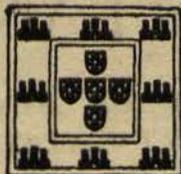


LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS
PORTVGVSES



DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA (*LITERATURA*); ANTÓNIO SÉRGIO (*CRÍTICA LITERÁRIA*); CARLOS MALHEIRO DIAS (*ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS*); FARIA DE VASCONCELLOS (*PEDAGOGIA*); JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS (*ETNOGRAFIA*); LUCIANO PEREIRA DA SILVA (*SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS*); MÁRIO DE AZEVEDO GOMES (*AGRONOMIA*); JOSÉ DE FIGUEIREDO, REYNALDO DOS SANTOS (*ARTE E ARQUEOLOGIA*); RICARDO JORGE (*SCIÊNCIAS BIOLÓGICAS*)

SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA

REYNALDO DOS SANTOS

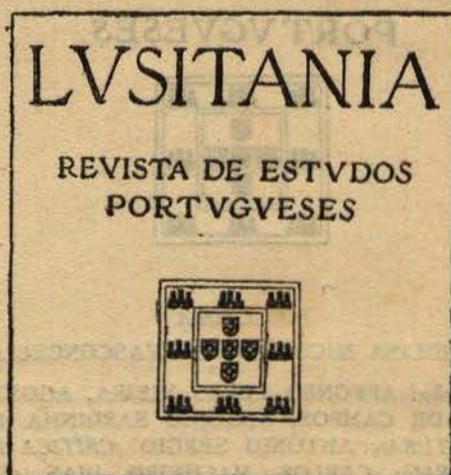
COSTA DO CASTELO, 45

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REYS

a quem será enviada toda a correspondência relativa à Administração



PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.^{da}»

ADMINISTRAÇÃO

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.^o — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

Portugal	60\$00
Províncias Ultramarinas	70\$00
Brasil	80\$00
Países estrangeiros.	£ 0.12

NÚMERO AVULSO : 10\$00 Esc.

COMPOSTO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA
NACIONAL DE LISBOA
IMPRESSO NAS OFICINAS DA EMPRESA
DO ANUARIO COMERCIAL

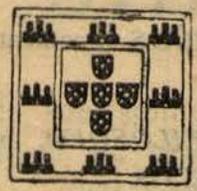
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

COMPRA
DEZ 1948



LUSITANIA

REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES



SUMARIO

FASCICULO I—SETEMBRO DE 1924

	Pág.
SALOMON REINACH— <i>LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE</i>	5
D. CAROLINA MICHAÉLIS DE VASCONCELLOS— <i>EM VOLTA DE SANCHO II</i>	7
ROKURO ABE— <i>UMA VISITA AO SR. WENCESLAU DE MORAIS</i>	27
J. LÚCIO DE AZEVEDO— <i>NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580</i>	33
LUCIANO PEREIRA DA SILVA— <i>O ASTRÓLOGO JOÃO GIL E O «LIVRO DA MONTARIA»</i>	41
REYNALDO DOS SANTOS— <i>O MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA</i>	51
ANTÓNIO SARDINHA— <i>O SÉCULO XVII</i>	57
AFFONSO LOPES VIEIRA— <i>O POEMA DO CID</i>	79
BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS	89
<p>Franz Hummerich: <i>Die erste deutsche handelsfahrt nach Indien</i>.— Aubrey Bell: <i>Alguns aspectos da literatura portuguesa</i>.— Sir H. C. Maxwell: <i>Catalogue of manuscripts and other objects of the Museum of the Public record office with brief descriptive and historical notes</i>.— Gonçalo Trancoso: <i>Histórias de proveito e exemplo—O Crepúsculo de Colombo</i>.— Eugénio de Castro: <i>Descendo a encosta</i>.— António Patrício: <i>D. João e a máscara</i>.— Egas Moniz: <i>Júlio Denis e a sua obra</i>.— D. Maria de Luz Sobral: <i>Contos e lendas da nossa terra—Uma carta de Jaime de Magalhães Lima</i>.</p>	
MARGINÁLIA.	129
SOMMAIRE	133

CAMÕES E "LUSITANIA,"

O próximo fascículo será consagrado a Camões

EXTRACTO DO SUMÁRIO:

CARTA INÉDITA DE CAMÕES — comentada pelo prof. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

CAMÕES, PENSADOR E FILÓSOFO, pela prof.^a D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS.

«*BRANCAS FLORES*», pelo prof. AFRANIO PEIXOTO.

A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA NOS «LUSIADAS», pelo prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

COMENTÁRIOS MÉTRICOS DE ALGUNS SONETOS, (*inéditos*), por CASTILHO.

MANUEL DE LIRA, impressor dos «*Lusiadas*», pelo Dr. ANTÓNIO BAIÃO.

CAMÕES LÍRICO, *Sóbolos rios que vão*, texto depurado e anotado pelo Dr. AGOSTINHO DE CAMPOS.

ILUSTRAÇÕES

Retratos de Camões, Vasco da Gama, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, e gravuras de obras de arte da época, acompanhados de notícias.

BIBLIOGRAFIA CAMONIANA

CAMÕES NA EUROPA E NA AMÉRICA

Far-se há d'este fascículo uma tiragem especial de 100 ex. numerados.

LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE

AU tome IV de son admirable édition du Procès de condamnation et de réhabilitation de Jeanne d'Arc (Paris, 1847), Jules Quicherat a réuni les témoignages d'écrivains étrangers, mais contemporains ou à peu près, sur notre héroïne nationale. On y trouve des textes d'écrivains belges, hollandais, anglais, allemands, italiens, espagnols; il y a même quelques lignes de grec écrites par Laonic Chalcondyle. Depuis Quicherat, on a publié d'autres textes de ce genre, mais je ne sache pas qu'on en ait découvert de portugais.

Or, il existe une bonne raison pour qu'un Portugais du xv^e siècle ait écrit sur les grands événements dont la France du temps de Charles VII était le théâtre et qui appelaient l'attention de toute l'Europe par le caractère surnaturel qu'on leur attribuait: c'est qu'il y avait, en 1430, des Portugais, appelés alors *Portingalois*, dans l'armée anglaise.

Ce fait est attesté par un long et ennuyeux poème de Martial dit d'Auvergne, né à Paris en 1440, mort en 1508, qui était procureur au Parlement et notaire au Châtelet. Dans ce poème, *Vigiles du roi Charles VII*, dont le fonds est emprunté à la chronique de Jean Chartier, il y a toute une histoire rimée de Jeanne d'Arc (Quicherat, t. V, p. 51-78). Arrivé aux faits de guerre de 1430 et au mémorable siège de Compiègne, Martial écrit :

*Si vindrent à une bastille
D'Anglois et de Portingalois,
Où là en mourut belle bille,
Car de cent n'en échappa trois.*

LVSITANIA

Il y avait donc des Portugais mêlés aux troupes anglaises au moment même où Jeanne fut faite prisonnière et vendue aux Anglais. Je ne crois pas que l'on trouve ailleurs une mention de ces auxiliaires, mais il n'y a aucun motif de révoquer en doute le témoignage de Martial, chez qui l'on a déjà signalé certains détails qui ne se rencontrent pas ailleurs.

Je suis trop peu versé dans l'histoire du Portugal pendant le premier tiers du xv^e siècle pour savoir si ce petit pays, alors dans toute la fièvre de sa jeunesse aventureuse, fournit des soldats à d'autres armées; je m'adresse donc à ceux pour qui cette histoire a moins de secrets et je leur demande : 1.^o de m'expliquer pourquoi et comment Anglais et Portugais combattaient ensemble en 1430; 2.^o de rechercher dans les dépôts d'archives si quelque Portugais, de retour dans son pays ou informé par ceux qui avaient combattu en France, n'a pas consigné par écrit quelques aventures relatives à la dernière période de la GUERRE DE CENT ANS.

SALOMON REINACH.



EM VOLTA DE SANCHO II

ANTÓNIO Brandão, o seiscentista que melhor atingiu o espírito da ciência histórica, já frizou, na *Monarquia Lusitana*¹, a injustiça com que a memória do quarto rei de Portugal fôra tratada pela tradição e pelos Cronistas.

Mas sòmente desde que Herculano deixou relatado de novo o reinado de Sancho Capelo², largamente, magistralmente, apesar-de a escassez e pobreza dos documentos dificultar muito a emprêsa, os letrados passaram a enaltecer sem hesitar a valentia do rei, reconhecendo que, depois de Afonso Henriques, nenhum trabalhara mais para o alargamento das fronteiras do reino do que, durante treze anos, o Conquistador das praças do Sudoeste: Elvas, Juromenha, Serpa, Aljustrel, Arronches, Mértola, Cacela, Ayamonte, Tavira:—aquele filho de Afonso, o Gordo, ao qual o *Capelo* de frade, que lhe fôra fatidicamente imposto pela piedade da mãe³, não havia enfraquecido os atávicos ímpetos guerreiros.—

Quanto às suas desavenças com o clero, não menos seguidas e arriscadas que as lutas com os Sarracenos, o historiador não pôde deixar de desenhar D. Sancho II como de ânimo fraco, débil contendor, vencido como foi pelo arcebispo de Braga Silvestre Godinho. E com respeito à administração

¹ Livro XIV, Cap. 26-31.

² *Hist. Port.*, Livro V.

³ É logo em Crónicas de princípios do século xiv que a alcunha se emprega: no *Breve Chronicon Alcobacense*, de resto pouquissimo exacto (*P. M. H.: Scriptores*, p. 21): *Iste alfonsus habuit duos filios scilicet Sanchium Capellum...*; Cron. Breve do Arquivo Nacional, p. 22: *El-Rey dom Sancho que foy chamado Capello.....*; *Livros de Linhagens*; p. 199 e 256 *dom Sancho... que se disse Capelo.*

LVSITANIA

civil, como negligente e descuidado, brando para os criminosos. Pouco apto para o govêrno na paz, portanto.

A êsse respeito é expressivo o facto de seu reinado ser designado nas *Inquirições* dos dois sucessores como *tempo dos roubos — quando erat rouba*. E muito mais o são as abundantes *Notas*, delas extraidas por Herculano, realmente illustrativas: um registo de actos infames, mas impunes, cometidos por fidalgos infrenes, de atroz brutalidade, entre 1231 e 1240.

A essas acrescento eu uma que particularmente me impressionou sempre: no belo Epitáfio latino de Rodrigo Sanches (um dos violentos bastardos de Sancho, o Velho), o louvor com que se menciona que não cometeu incestos — *vitans incestus!*

Demonstrando a brandura natural de carácter pela impunidade dêsses crimes, o autor da *Historia de Portugal* explica ao mesmo tempo, sem o desculpar, o torpe drama final que resultou de tal anarquia e se desenrolou com notável rapidez de 1244 a 1247, terminando com a deposição e expatriação de Sancho¹. Mixto de trevas, corrupção e hipocrisia, urdido pelo clero insatisfeito, prelados orgulhosos, como o arcebispo de Braga, o Bispo de Coimbra e o do Pôrto, e alguns nobres ambiciosos, de inferior categoria, como Ruy Gomes de Briteiro e os Portocarreiros, que fazendo opposição aos validos do reinante favoreciam o *Bolonhês*, como substituto ou coadjutor do irmão, que em caso de Sancho falecer sem descendentes, era *ipso facto* rei de Portugal, e não havia de lhes sonegar o prémio da sua traição.

Denunciando ao Papa a acção da coroa como nula, exagerando ainda a indesculpável tolerância de Sancho para os culpados de assassinatos, raptos, incestos, consórcios em grau proibido, e desenhando desmandos de outros como pessoais del rei, assim como com carácter de funestos, os defeitos e efeitos do seu recente consórcio com D. Mecía Lopes de Haro,

¹ O clero e a nobreza. O povo mal podia, no dizer de Herculano, detestar Sancho assaz, instigado embora pela clerezia, para tomar o partido de um bando, composto de nobres e eclesiásticos tanto ou mais desenfreados, cubiçosos e corrompidos que os favoritos de Sancho.

EM VOLTA DE SANCHO II

os conspiradores conseguiram que Inocência IV, sempre disposto a demonstrar a supremacia da Igreja sobre o trono, admoestasse primeiro e cominasse o rei—*se tu fores negligente, a corte apostólica tomará medidas*—e três meses depois, sem dar tempo ao tempo, decretasse a sua deposição na Bula *Grandi non immerito* ¹.

Procurando justificar até onde é possível o procedimento dos partidários do Bolonhês e ao mesmo tempo compreender a mentalidade dúbia de Sancho, eu ligo importância capital àquela das queixas dos acusadores que proclama que *não haviam rei*, visto que Sancho *não fazia justiça* e à réplica do Papa que escolhessem para soberano quem quisessem *com tanto que fizesse justiça*; ao louvor dado em todos os Anais aos reis antigos de Portugal como *mantenedores e guardadores da justiça—justiçosos—reis de grande justiça etc.*, e ao verso sentencioso, tornado proverbial, que *Rei que não faz justiça, não devia de reinar* ².

Ao breve consórcio de amor com a filha do senhor de Biscaia, Lopo Dias de Haro, *Cabeça Brava*, e D. Urraca de Leon e portanto neta de Afonso IX, já viúva, de aventurosa história, de D. Álvaro Pais de Castro, a qual enfeitiçara D. Sancho (por artes mágicas, segundo a crença do vulgo) como outrora a Ribeirinha enfeitiçara Sancho o *Velho*, e posteriormente D. Leonor Teles apaixonou Fernando, o Formoso—eu não ligo tanta importância como os conspiradores lhe quiseram dar perante o papa, e como os velhos *Analistas* lhe apõem, acusando-a de ter tido parte não pequena nos descuidos do reinante que, suggestionado por ela, teria *perdido o siso e ia para mal*.—Mentiras ou exageros que emparelham com a outra que ela era indigna do trono—*ex viliori genere!* ³ Verdade era apenas que Sancho a escolhera por amor, sem conselho de ninguém—*por seu conselho* ⁴. Talvez contra a vontade expressa da Rainha D. Berengaria

¹ De 24 de Janeiro de 1245.

² Vid. C. M. de Vasconcellos, *Romances Velhos*.

³ *E des alli foi pera mal*—na *Breve Cronica do Arquivo Nacional*, p. 22 e 23, e *ipsis verbis* no *Nobiliario*, p. 256.

⁴ *Ibi*—Até o nome lhe deturpavam, chamando-a *Elvira Lupi*.

de Leon, sua tia¹, cuja dama ela era. Verdade também que os dois eram, como mostrei, primos em quarto grau.

Mas, como de modo algum convinha ao Bolonhês e aos seus partidários que o rei tivesse casado (em 1243?), e muito menos que do consórcio nascesse um herdeiro, suponho que o romantico rapto da espôsa, (dos paços de Coimbra, para a vila forte de Ourem), será verdade, e não lenda. Fuga voluntária da rainha, que, conivente com os raptadores, falsa para o rei, nunca mais se importou com êle.

A guerra civil, travada em seguida entre Afonso e Sancho, preludiada pela chamada *lide do Pôrto*, ou de Gaia, entre os validos do problemático reinante e os partidários do pretendente², essa, cheia de episódios-anedócticos, sobretudo nos primeiros meses em que o legítimo rei se defendeu só contra o usurpador, ajudado embora a valer pelos alcaides de castellos que lhe ficaram fiéis, tem exemplos de lealdade e deslealdade, que não mais esqueceram, despertando, dentro e fora do país, ecos em prosa e verso.

Alguns dêles, Herculano e os mais historiadores os conheceram³. Desconheceu todavia os mais sugestivos, por ainda estarem inéditos nos seus dias tanto os três Cancioneiros Trovadorescos profanos, como as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, quasi coevas de Sancho Capelo e o Bolonhês⁴.

Juntando-os fica-se vendo que tôdas as referências são de indignação contra os traidores, o usurpador e contra o procedimento do Papa. Nem um trecho escarnece de Sancho, ou dá louvores ao irmão. Tanto nos *Cantares* como nos *Li-*

¹ Que essa fôsse não sòmente sua tia, mas também tutora, e talvez madrinha, deduzo-o de frases como a que diz: *E sayo de mandado aa rainha dona Biringuella, sa tia, e casou-se com Micia Lopes.*

² *P. M. H. Scriptores*, p. 157, 162, 167, 194, 293, 295, 330, 338, 371.

³ *Hist. Port. II.* 400, 408, 494.—Falando do tão mal conhecido drama da queda dêste príncipe, estabelece que não foi a máxima parte da nação que se declarou pelo Conde.

E diz: «Quem lê os documentos arcaicos com atenção vê às claras que a obra de usurpação de Afonso encontrou a repugnância de muitos alcaides firmes na sua lealdade». II, p. 422.

⁴ Se vários como o da truta são historietas, outros são verídicos, provados por documentos.

EM VOLTA DE SANCHO II

vros de Linhagens êsse é simplesmente o *Conde*, sem epíteto ornante.

Abstraindo dos passos contidos em *Anaes* e *Cronicões* que já extraí, em Nota, e historicamente são os mais valiosos, e das *Bulas* inspiradas pelos antagonistas, há apenas, num eco estrangeiro mas vizinho e que cronologicamente é o primeiro, redigido ainda enquanto Sancho ocupava o trono, vozes que parecem de descontentamento, não se percebe se pelo consórcio com sua parenta, ou por particularidades de administração do fim da vida que ignoramos.

É na *História de Espanha — De Rebus Hispaniæ* do grande Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes — que, no fim do Livro VII, vejo um breve resumo da história de Portugal. Êsse termina, no ano de 1243, com palavras elogiosas de Sancho como conquistador¹, seguidas todavia da frase que parece conter leve censura: *Ainda está vivo — Adhuc extat. — Que Deus guiê os seus passos! — Dominus dirigat eius passus!*

O mesmo trecho, traduzido para romance castelhano, foi repetido na *Cronica General de las Espannas* de Afonso, o Sabio (Cap. 979, — na redacção de 1289 e tôdas as posteriores). — Conquanto já não fôsse actual, lá se implora que *Dios enderece las carreras del!*

Quão profundamente as traições do usurpador e dos vasallos portuguezes haviam impressionado sobretudo aquêlle seu parente e coevo, — affligido também no fim da vida por conjurações de nobres e familiares — isso vê-se p. ex. numa das *Cantigas de S. Maria* em que, tendo feito a resenha das suas próprias desgraças e doenças, exclama, chegado às revoltas do fim:

Nunca assim foi vendudo Rei Dom Sancho em Portugal!
Bastante antes, o extraordinário emperador² Frederico I

¹ Post haec Sancius filius eius successit in régno. Huius temporibus Heluae, Juromenia, Serpia multa alia castra Maurorum Christianorum victoris accesserant, — Liber VII, Cap. V. — Ed. Schott, Vol. II p. 115.

² CM 235, — estr. 11. — O não ser obra individual do Sábio, mas apenas composta sôbre indicações dêle, por algum jogral-amanuense (Aires Nunes de Santiago), pouco abate do valor da lembrança.

(1215-50), cabeça dos reinantes europeus de então, sôbre o qual assentara também pesada a mão de Inocência IV, depondo-o, lembrou-se, numa carta a Fernando II de Castela, da dureza com que o Papa tratara o rei de Portugal — *in alienam messem falcem presumptuosus immittens*¹.

Talvez também já estivesse redigida a cantiga de «escarnho» e maldizer em que o galego-português Airas Perez, com a alcunha de *Vuiturom*, isto é, o grande abutre, se insurgia denodadamente contra a deslealdade dos que venderam ou ofereceram ao Conde *procurador e visitador*² os castelos de que tinham feito juramento a D. Sancho: o sirventês político que é assunto principal desta minha *Nótula*. Um dos mais notáveis *Escarnhos* do Cancioneiro. *Amostra significativa do sentir de grande parte da nação*.

Passo a tratar dêle. Não sem lembrar aos estudiosos que o primeiro investigador que se ocupou dêsse «escárnho» com sagacidade, foi T. Braga³, interessado naturalmente pelo assunto.

Infelizmente o texto tem, como quási todos os «escarnhos», em regra de difícil interpretação, forma bastante adulterada, pelos copistas italianos, em ambos os apógrafos⁴, e resistiu às minhas tentativas de o restaurar por completo, como tinha resistido aos de T. Braga, Ernesto Monaci⁵ e J. J. Nunes⁶, comquanto todos emendassem alguns dos erros.

O sentido de algumas das frases escapa-me — sobretudo o das últimas estrofes.

Compreende-se todavia que o poeta, erudito, talvez canonista, se revolta indignado contra as bênçãos lançadas pelo sólio

¹ Petrus de Vineis (Pier delle Vigne), *Epistolae Historicae*, I cap. 15. Vid. Herc. II p. 415.

² Procurator regni — Visitator Portugaliae.

³ No Capítulo III da Introdução ao *Cancioneiro Português da Vaticana* — Edição Crítica de 1878, p. XXIX — LVII, e em especial p. LVII. No *Cancioneiro da Ajuda* refiro-me ao sirventês e seu autor a p. 66, 298, 323 e 337 do Vol. II.

⁴ CV 1088 e CB 1477.

⁵ *Manualetto* (1881), p. 60.

⁶ *Crestomatia Arcaica*, p. 199.

EM VOLTA DE SANCHE II

pontifício e transmitidas pelos prelados portuguezes de Braga e Coimbra aos que, obedecendo às suas ordens, entregavam ao Conde os castelos do país — ou para me servir de outra fina expressão de Herculano, contra as maldições e escomunhões vibradas à *culpa da lealdade*.

São sobretudo castelos e alcaldes *da Beira* que o autor, querendo ser fiel, justo e leal, censura sarcásticamente. Provavelmente portanto no último período da guerra cívil, (1247) quando sòmente o centro com a capital resistia ainda ao Usurpador¹. Monsanto, Marialva, Leiria, Sortelha, Covilhã, Trancoso, Celorico, Sintra e Santarém de um lado — e do outro lado Martim, Pero e Fernam Diaz, Aires Soga, Pero Soares, Pacheco, Rui Bezerra e sobretudo com particular ira o pai: *Soeiro* ou *D. Soeiro Bezerra*².

Nomes perpetuados pela história e em lendas; citados nos Nobiliários. Em parte, pelo menos, comquanto no «escarnho» faltem outros famigerados. P. ex. Óbidos, Lanhoso, Guimarães³. — Mem Cravo, Martim Fernandes. — E sobretudo a capital, Coimbra, com Martim de Freitas.

Da falta dêsses dois nomes⁴ ; teremos realmente o direito de deduzir que a lealdade e resistência de Coimbra, divulgada em anecdotas, tardiamente, por Rui de Pina, seja verídica? Creio que sim, porque ela está registada também no Livro do Conde⁵. Com certa reserva embora, proveniente, salvo erro, das maledicências já correntes no século XIV relativas a Sancho, de cuja biografia consta o seguinte: «veo o comde e tolheo o rreyno a seu Irmaão: quantas boas villas hi avia, *que nom ficou senom Coimbra.*» A explicação mal acreditável «*E nom ficou senom porque nom foy hi o comde, ca sse hi veera assy a filhara como as outras*» tem carácter de acréscimo marginal.

¹ Vid. Here. II, p. 420: Coimbra e, segundo parece, a maior parte da Beira conservaram-se fiéis ao monarcha legítimo.

² *Bezerro* na rima da quarteta 6.

³ Herculano, II, p. 415.

⁴ Vid. Braga p. XLIII. Para êle a lenda é invalidada pela reserva feita no Nobiliário.

⁵ Título VII (p. 256) de P. M. H. *Scriptores*, I.

É portanto contra a familia dos Bezerras da Beira, como principais traidores na luta fratricida de 1245, que o trovador se dirige. Até precede o seu «escarnho», contra o costume, de um Mote irónico (não repetido como estribilho no fim de cada estrofe) em que aponta irònicamente, como tópico principal, e exemplo digno de imitação a *lealdade dos Bezerras!*

*A lealdade dos Bezerras pela Beira muito anda!
Ben he que a nossa vendamos, pois que no'lo Papa manda!*

Ao cabo de cem anos, o Genealogista classificou igualmente os Bezerras de traidores. Depois de dizer que o fundador da estirpe fôra mui bom cavaleiro, conta que teve um irmão de maus feitos «que ouve nome Sueiro Gonçalves, Sueiro Bezerra: e este Sueiro Bezerra ouve filhos bem maos como ele e de tam mau feitos; e foram treedores tam bem o padre como os filhos, ca derom peça de castelos na Beira que tinham del rei dom Sancho a que aviam feito menagem por eles e derom-nos ao Conde dom Afonso de Bolonha quando viinha por governador do reyno per mandado do papa²!»

Depois de Sueiro Bezerra³, como alcaide de Monsanto, o poeta censura o que vendeu Marialva⁴, desconhecido hoje; o que vendeu Leiria⁵, isto é Martim Fernandez, segundo o Li-

¹ Falta no *Cancioneiro da Vaticana*. Mas está no de Colocci-Brancuti. Que significará o segundo verso do Mote? Seria o poeta Aires Peres também alcaide? Ou falará em nome de todos quantos ainda eram fiéis ao monarca legítimo — diminuídos mesmo na Beira, conforme se vê dos nomes citados no escarnho?

² Tit. LXVI, 3. (p. 376).

³ Vid. Herculano II 442 e 414. — Linh., Tit. 48 (p. 350 e 49). *Dos Podentes donde vem os Ataides*: Martim Fernandes.... que foy alcayde de Leyrea.... Passado pelo Bezerra a outrem, tendo feito menagem por ele a elrei don Sancho Capelo pela quintaã d'Arrochela que lhe deram e por outras herdades e moinhos no termo de Leyrêa.

⁴ Haveria diferença entre *vendas e ofertas*? É bem possível. Nas primeiras a proposta podia vir do Conde.

⁵ A fazenda de Martim Vasques da Cunha que quis entregar o castelo que tinha das arrhas da Rainha D. Isabel e não sabia como. *Linh.* p. 371. A estrofe relativa a Pacheco não é, de resto, bem clara. Quem diz: *mitte*

EM VOLTA DE SANCHO II

nhagista; o que vendeu o castelo de Faria¹, tão famigerado por factos posteriores, também sem que seja indicado seu nome; quem deu Santarém ao conde; três varões da família Diaz como alcaides de Sortelha, Covilhã, e Monsanto²; o filho de Dom Sueiro que ofereceu Trancoso³; o que ofereceu Sintra⁴; Pacheco como alcaide de Celorico (seguramente Celorico da Beira, e não o de Basto que, no reinado de D. Denis, foi teatro de uma façanha feudal muito falada).

Além dêsses aponta um D. Aires Soga⁵ e um Pero Soares, com um verso (*de clerizia?*) que não sei interpretar.

E termina, resumindo, a sátira com a absolvição geral sarcástica *de quantos os castelos deram apresentando Bula papal:*

Salvos son os traedores quantos os castelos deron!

ou

Salvo é quen trae castelo, a preito que o isopen!

... Salvos son os traedores poys ben ysopados ficam:

E ainda:

non é torto de vender hom' o castelo:

non á torto quen faz traeçon e mente!

Melhor é ser traedor a morrer escomungado.

Ao todo 42 versos longos de romance, cada hemistíquio de oito sílabas e rima feminina (em contraste com os cantares

gladium in vagina? O Conde evidentemente a Pacheco. A rude e grotesca réplica dêsse significa *vai-te embora! levanta o sitio!* O carácter do sirventês exigiria contudo que a interpretassemos em desfavor do alcaide. Mas como?

¹ No Livro do Conde, Tit. 73, ha um Aires Soga.

² Não entro nesta *Nótula* em pormenores de poética e métrica, aliás muito importantes.

³ De Braga.

⁴ D. João Egas, irmão de Gomes Viegas de Portocarreiro, eleito para Bispo de Coimbra, depois do falecimento de D. Tibúrcio (2147).

⁵ *Quidquam — ficam; ficum Celorico; opem ysopen* — resultantes da pronuncia do latim.

LVSITANIA

de amor, de 10 sílabas e rimas masculinas)¹. Repartidos em estrofes de quatro, com rimas singulares (*aabb!* Dêsses quatro, o terceiro é sempre uma sentença latina—versículo da bíblia ou de texto litúrgico ou familiar aplicado maliciosamente como desculpa dos traidores—p. ex. *e tudo o que liares na terra será liado nos ceos*, subentendendo-se *mas não ca em baixo onde é permitido desliá-lo*—versículos atribuídos a Deus, ao arcebispo, o *esleito*, dois prelados, o legado, um bispo, a clerezia em geral. Deturpados pelo poeta, só ligeiramente na rima, mas mais um pouco pelos copistas italianos. Quatro foram identificados e restituídos pelos editores acima citados. O da quarteta primeira é do Evang. de S. Math. XIV v. 19 — *quodcumque ligaveris super terram erit ligatum et in cælis*; o da quinta, de Math. XIX 20 *Centuplum accipiet et vitam æternam possidebit*; o da sétima, do Salmo CXIX em que David diz pitorescamente com relação às línguas dolosas *Sagittae potentis acutae cum carbonibes desolationis*)? Assim na Vulgata—*Frechas agudas de valente com brasas vivas de zimbro*, na tradução de J. F. A. d'Almeida. *Wiestarke Pfeile eines Starcken, wie Feuer in Wachholdern*, na de Martinho Luter. O da penúltima *mitte gladium in vagina* é do Ev. de S. João XVIII 1. Os restantes bíblicos (2, 4) e os três profanos (3, 6 e 9), não os sei identificar ou comentar. Espero contudo que o meu illustre amigo e colega Dr. António Vasconcellos, que tanto me ajudou na restituição das citações latinas de Gil Vicente, seja também agora nosso auxiliador.

Quanto ao texto que, conforme disse, já despertou a atenção dos que se ocupam da história e literatura do velho Portugal, êle foi primeiramente e logo retocado por T. Braga, com arte e engenho, comquanto deixasse subsistir, além da repartição em hemistiquios (?), bastantes deturpadas pelo copista e interpretasse mal certas abreviaturas (*spont—et esconde—eleytlo—do Conde—aquele—o fez i—seguite—empescas—deriztia—scandis—et dum vacatos opem*). Monaci, que pôde comparar os dois Cancioneiros, melhorou-o muito, dando aos versos a forma épica e indicando tôdas as várias lições, sem

¹ Eu diria como *carvões em brasa*.

EM VOLTA DE SANCHO II

preencher todavia a lacuna da penúltima quarteta. J. J. Nunes, que não chegou a ver o *Manualetto*, voltou à divisão em versos curtos, emendando porém numerosos erros, e indicando a fonte das citações latinas. Também se afasta dos dois predecessores, em dar ao autor o seu nome: *Airas Peres Vuiturom*, desprezando o inexacto *Anonimo*¹, por êles adoptado por falsa interpretação da *Tavola* e das epígrafes das Cantigas respectivas².

Do *Vuiturom* ocupei-me no *Cancioneiro da Ajuda* e na primeira *Nota Marginal* (*Der Ammenstreit*)³, relativa a um grupo de Cantigas de escárnio sôbre *Amas* e *tecedeiras*, para juiz sôbre as quais fôra chamado *Dom Vuiturom* (CV 1023), não a contento de todos⁴.

Basta indicar aqui que, muito instruído, engenhoso mestre em leis por ventura, o Vuiturom escreveu exclusivamente escárnios (uns dezassete⁵), quasi todos ferozes, só em pequena parte humorísticos. Galego-luso, filho de um *Mestre Pedro Aires, de Lugo* — *Magister Petrus Arie Vnyt*, falecido em 1230) — saíu de Portugal, fiel a D. Sancho, provavelmente em 1247, fixando-se no país vizinho na côrte de Fernando III.

Eis agora o texto, criticamente restaurado:

A lealdade dos Bezerras
*ben é que a nossa vendamos*¹

1. Non ten SOEIRO BEZERRA³
ca diz que nunca Deus disse⁴
*quem tu ligares*⁵ *in terra*
Por én non diz que é *⁂*torto

pela Beira muito anda:
*pois que no'lo*² *Papa manda.*

que tort'ê vender Monsanto,
a San Pedro mais de tanto:
*erit ligatum*⁶ *in celo*^{5*}.
de vender om' o castelo!

¹ Vid. *Canc. Vat.*, p. XLIII. — Sôbre o texto o Ex.^{mo} Sr. Nunes faz figurar contudo o nome indicado.

² Na *Tavola* a Cantiga 1473 é precedida do nome *Ayras Perez vuytorum* 4. — No texto o mesmo nome encima primeiro por engano a Cantiga correspondente a 1083, e na mesma página correctamente, 1085.

³ *Zeitschrift*, XX.

⁴ CV 1085 - 1096.

^{5*} Além das cópias tiradas por Ernesto Monaci de ambos os Cancioneiros, possuo outra recente, feita a meu pedido por J. J. Nunes, cuja sciência todos conhecemos e admiramos.

2. Por én diz que non fez torto
ca lhe diss' o arcebispo⁷
éstote fortes in bello
Por én non diz que faz torto
o que vendeu Marialva,
un⁸ vesso per que se salva:
*et pugnate cum serpente*⁹
quen faz traíçon et mente!
3. E o que vendeu Leirãa
ca fez mandado do papa
*super istud caput*¹² *meum.*
Dad' o castel' ao¹³ Conde,
muito ten que fez dereito,
e confirmou lh' o esleito¹¹
et super ista mea capa!
pois vo' lo manda o papa!
4. E o que vendeu Faria
se mais tevesse, mais daria;
tu autem domine dimite,
Ben esmolou en sa vida
por remiir seus pecados,
e disseron dous prelados
a áquel que se confonde.
quen deu Santaren ao Conde.
5. Ofereceu¹⁴ MARTIN DIAZ
Covilhã¹⁵, e PERO DIAZ
Centuplum accipietis
Diz FERNAN DIAZ: ben m'est
aa cruz que os confonde
Sortelha, e diss' o Conde
da mão do Padre Santo.
porque offeri Monsanto.
6. E ofereceu Trancoso¹⁶
Falou enton DON SOEIRO
Non potest filius meus facere,
Salvos son os traedores.
ao Conde RUI BEZERRO¹⁷.
por sacar seu filho d'erro^{1*}
sine patre suo quodquam.
pois ben isopados ficam!
7. O que ofereceu Sintra
e disse lh' o legado
*Sogittae*¹⁹ *potentis acutae.*
Melhor é seer traedor
fez come bon cavaleiro;
log'un vesso do salteiro:
E foi i ben acordado.
ca morrer escomungado!
8. Quand' o Cond' ao²⁰ castelo
PACHEGO²² enton o cuitelo²³
*mitte*²⁶ *gladium in vagina,*
Diz Pacheco²⁷ alhur Conde
achegou de Celorico²¹
tirou²¹, e disse lh' un bispo²⁵
con el non nus empeesca!
peed'u vus digam crescas!

^{1*} Esta frase não está em harmonia com o resto. *Al...* como princípio do texto no *CV*, onde falta o Mote, é provavelmente *A lealdade...* êsse princípio mesmo, ilegível no códice-modêlo.

EM VOLTA DE SANCHO II

9. Maldisse DON AIRAS SOGA a uia velha noutro²⁸ dia :
 Disse-lhi PERO SOARES un vesso de clerezia²⁹
Non vetula bombatrico scandit³⁰ confusio ficum.
 Non foi SOEIRO BEZERRA³¹ alcaide³² de Celorico.
10. Salvos son os traedores quantos os castelos deron!
 mostraron-lhes en escrito³³ que muito ben o fezeron!
Super ignem eternum et dimittatis³⁴ opem (??)³⁵
 Salvo é quen trae castelo a preito que o isopen^{1*}.

Ainda há mais alguns cantares alusivos aos Castelos, e ao Conde.

Um é do mesmo Vuitorom². Motejando a brincar de um D. Estêvão, muito miope, emprega numa estrofe com o vocábulo *ver*, a fórmula *pois for aqui o Conde*³; na imediata *se o conde Conde o reyno á*⁴—e na terceira, *mentr' o Cond' assy ouver Santarem*. E além disso: *pois que s'agora o reino partiu*. Expressões de que se deduz às claras o tempo em que o «escarnho» foi escrito.

Outro é obra de um jogral (*Diego Pezelho*) que, a meu ver, fala em nome de um nobre que era alcaide de Sousa, *escomungado* pelo arcebispo (de Braga, evidentemente) *por ter feito lealdade*, não entregando o castelo ao Bolonhês⁵. Rogando-lhe que o absolva (*solte*), promete, numa espécie de confissão, rindo, ser traidor de aí em diante, dizendo:

^{1*} Os principais lapsos que foi preciso emendar são os seguintes: ¹ Y B denhamus — ² V B uolo — ³ V B bezeira — ⁴ V B dess, diss — ⁵ B legares — ⁶ V erir legarum — ⁷ V artebro — ⁸ V hir — ⁹ V sspente — ¹⁰ V leyr — ¹¹ V esleiro — ¹² capud — ¹³ do — ¹⁴ V Offeçeu — ¹⁵ B Con velhas — ¹⁶ V cranios B Francos — ¹⁷ bezeiro — ¹⁸ V ligum — ¹⁹ V sagte — ²⁰ a — ²¹ teleuco — ²² ra-cequo — ²³ cuyrelo — ²⁴ Ayrou — ²⁵ urō — ²⁶ Mite — ²⁷ pachezo — ²⁸ nontio — ²⁹ derizia — ³⁰ seandiz — ³¹ bezeira — ³² al ande — B alcayre — ³³ e en escreite ³⁴ duñcatis — B dunnitatis — ³⁵ open.

² CV 1089.

³ For por foi ?

⁴ A' em vez de ouver.

⁵ CV 1124.

Se traíçon fezesse, nunca vo-la diria,
 mais pois fiz leãldade, vel por sancta Maria,
 Soltade — m'ay senhor!
 e jurarei, mandado, que seja traedor!
 Per mia mala ventura tivi un castelo en Sousa,
 e dei-o a seu dono, e tenho que fiz gran cousa,
 Soltade — m'ay senhor,
 e jurarei, mandado, que seja traedor!
 Per meus negros pecados, tive um castelo forte
 e dei-o a seu dono, e ei medo de morte.
 Soltade — m'ay senhor,
 e jurarei, mandado, que seja traedor¹!

O terceiro é também uma espécie de chacota, em que um nobre, partidário de D. Sancho (D. Afonso Mendes, de Besteiros) escarnece de um alcaide que para vender o castelo de que estava encarregado *en fronteira de Leon* — en cabo de Portugal² — se serviu do pretexto falsíssimo de não haver pão suficiente nêle³.

A favor do Bolonhês, nada, conforme já disse.

Nem tão pouco a favor de *D. Mecia*, cuja estada em Portugal foi de tão pouca dura que não despertou verdadeiro interêsse popular. É menos feliz que a *Ribeirinha*, a qual (como eu tive a sorte de provar) inspirou a Sancho I a linda bailada *Ai eu coitada* que todos os estudiosos conhecem hoje, ela não vive na poesia ou pela poesia. Ou pelo menos, só literariamente neste século xx, desde que Óscar da Silva fêz dela a protagonista da sua ópera.

A respeito dela note-se em primeiro lugar que sempre se pronunciava e deve continuar a pronunciar-se *Mecia*⁴. De modo algum *Mécia* para rimar com *sécia* — como um tempo para

¹ Vid. *Canc. da Ajuda*, II, 401.

² Talvez o de Alva?

³ CB 432 (1559) — Vid. *Canc. da Ajuda*, II, 560-562.

⁴ Antigamente também *Miçia*. Vid. Herc. II 509.

EM VOLTA DE SANCHO II

cá se tornou costume¹. *Mencia* em castelhano² com a nasalização popular da sílaba que começa com *m*, como em *manzana mancilla*, onde nós conservamos *maçã* e *maçela*³. Nome feminino usado tanto cá como lá, entre o povo e nos círculos aristocráticos⁴. Contranome feminino de *Macias*, *Mancias*. Do grego *Matthias* que pela sua vez é forma helenizada do hebraico *Matathias*: dádiva de Deus.

Com respeito à sua vida, cheia de aventuras deduz-se delas que foi de fascinante formosura. Da sua mocidade contam os Nobiliários uma scena de ciúmes entre D. Álvaro de Castro, seu futuro (primeiro) espôso, e Martim Sanches⁵, que também adorava essa neta de Afonso IX de Leão (por sua mãe D. Urraca Afonso) e nessa qualidade *quarta eidem regi Domino Sancio consanguinitatis et affinitatis linea attinente*. Outra scena romântica, do seu tempo de espôsa, passou-se no Castelo de Martos, cercado por Mouros⁶.

Do lugar e do ano em que Sancho II a viu, nada certo se sabe; provavelmente na côrte de Leon. Depois de 1240. Talvez em 1243. Com título de Rainha figura pelo menos em dois diplomas. Na Bula *Sua nobis* de 10 de Fev. de 1245 Inocêncio IV ordena ao Arcebispo de Compostela e o Bispo de Astorga examinassem, se realmente D. Mecia e D. Sancho eram parentes tão próximos que o matrimónio era pecaminoso. A seus parentes e amigos fêz o rei muitas graças e mercês. Seu irmão Diogo Lopes de Haro veio em ajuda de Sancho a Portugal. Depois do falecimento dêle em Toledo passou a Espanha, onde morreu em 1270 ou 1271,

¹No *Canc. Geral*, Vol. III, p. 518 e 519, numas Trovas de Garcia de Resende, *Mecia Mencia* está em rima com *dia via Maria devia galantaria sabia Garcia*, Cf. Vol. II 483.

²Será Óscar da Silva o culpado dêsse êrro?

³Com o deminutivo *Mencigüela*.—Latinizado *Mentia* em ambos os países. Vid. Herc. II 508.

⁴Na *Farsa llamada Ardamisia* (p. 69) ha uma bailada em que o refram *Abrid-nos por Cortesia Madre Mencia* é repetido vinte e duas vezes, com outras tantas consonâncias em —*ta*.— Em Juan del Encina encontro *Sóy hijo de Juan Garcia y carillo de Mencia* (p. 259).

⁵*Linh.* p. 295.

⁶Vid. Argote de Molina, *Nobleza de Andalucia*, Herc. II 507-511.

em Palência. Na sua sepultura, na Capela da Cruz do mosteiro beneditino de S. Maria la Real de Najera há uma bela estátua jacente. Junto dela repousam dois de seus irmãos bástardos.

Entre os nobres que logo no princípio da conjuração contra Sancho Capelo se uniram ao partido do Bolonhês e mais activos e arrojados foram, um figura não sòmente nos *Livros de Linhagem*, mas também nos *Cancioneiros*. Como personagem perseguido com sarcasmos. E como autor de «escarnhos».

É Rui Gomes de Briteiros, que de simples infância — *milles* — subiu, em virtude dos serviços que prestou a Afonso III, a rico-homem de pendão e caldeira: *Dom Rodrigo Gomes de Briteiros*¹.

Verdade é que já antes de ser assim enaltecido êle se havia entremetido numa das cinco famílias mais nobres do reino: a dos Sousas. Violentamente. Na anárquica menoridade de Sancho, raptara — roussara — uma das netas do bom Conde, a rica-dona D. Elvira Anes da Maia² em 1227. Prepotência criminosa que não o prejudicou na còrte de Sancho, a quem servia. Em 1245 foi um dos enviados a Lyon, ao Papa. O resultado da missão prova todavia que não tomou

¹ Vid. *Linh.* Livro Velho, Titul. XXI p. 184; Livro do Conde p. 287 e 291. *Herc.* II, 397-407. *Canc. da Aj.* II, 329-336, onde tracei a sua biografia.

² *Linh.* p. 195-196. Tit. XXIII: *De Dona Elvira Anes filha de Joham Perez da Maya e de dona Guiomar Meendeç, filha del Conde Dom Meendo—o Sousão.*

«Esta Elvira Anes roussou a Roi Gomez de Briteiros que era infância, e depois casou com ela. E depois fez el-rei dom Afonso este dom Roi Gomez de nome, e deu-lhe pendom e caldeira, etc.» — Traslado ainda o princípio do parágrafo immediato, porque se refere ao filho Dom Meen Rodrigues de Briteiros, e chamo a atenção para a frequência da fórmula *foi sandeo e moreo sem semel*, na genealogia, que, prolongando-se até o reinado de D. Afonso IV, entrou na família real, por casamento de uma Froilha Eanes com D. Fernam Sanchez, filho de D. Denis, *de gaança*: E, esta dona Elvira Eanes e D. Roi Gomes fizeram filhos *D. Mem Rodrigues que chamaram de Briteiros* e D. Joam Rodrigues de Briteiros.

EM VOLTA DE SANCHE II

a peito os interesses do seu mandatário, passando ao partido do Bolonhês, com quem tratou em Paris¹, abandonando Negligente aquêle.

que tanto em seus descuidos se desmede
que de outrem quem mandara era mandado².

Êsse *parvenu* — ou mais exactamente, *arrivé* — seu primogénito D. Mendo, alcunhado de *Belpelho* (*vulpelho*, *golpelho*, de *vulpeculus*) — é motejado por um trovador pertencente a uma família de velha estirpe — D. Afonso Lopes de Baião, *princeps terrae*³.

Numa *gesta* de maldizer, poema narrativo em que imita os franceses, e mostra certo conhecimento da *Chanson de Roland*, ridiculariza o filho do infanção, a quem a mercê do soberano concedera pendão e caldeira, e vassallos para criar e armar, e êsses vassallos, por êle apresentados em *alardo* ao reinante.

Eis êsse «escarnho»: A Cantiga 1080 (B. 1470) a que serve de epígrafe a proposição: «Aqui sse começa a gesta que fez don Afonso Lopez a don Mendo e a seus vassallos, de maldizer».

Sedia-xi⁴ don Belpelho en ũa sa maison
que chaman Longos, ond' eles todos son:
per porta lh'entra Martin de Farazon,
escud'a colo en que sê un capon
que foi ja poleir' en outra sazón.
Caval'agudo que semelha furon⁵,
en cima del' un velho selegon,
sen estrebeiras e con roto bardon.
Nen porta loriga nen porta lorigon,
nen geolheiras quaes de ferro son,
mais trax perponto roto, sen algodón,
cuberturas d'un velho zarelhon.

¹ Lá assina como simples *miles*.

² *Lus.* II, 91.

³ CA Biografia XXII, D. Afonso Lopes de Baião. Em especial p. 403.

⁴ VB Seriaxi — ⁵ B foron.

LVSITANIA

Lança¹ de pinh', e de bragal o pendon;
chapel de ferro que xi lhi mui mal pon,
e sobrad' ² un velho espadeiron,
cuitel' a cachas, cinta sen fercilhon,
duas esporas destras, ca seestras non son;
maça de fuste que lhi pende do arçon.

A don Bepelho moveu esta razon:
«Ay meu, senhor, assi Deus vos perdon
u é Joan Aranha, o vosso companhon
e voss' alferez que vos ten o pendon?
Se é aqui, saia desta maison!
ca ja os outros todos en Basto son
Eoy! ³»

Estas oras chega Joan de Froian
cavalo velho caçurr' e alazan (? ⁴).
Sinaes porta ⁵ eno arçon d'avan:
campo verde u inquire o can.
Eno escud'ataes lh'acharan.
Ceram' e cint' e calças de Roan.
Sa catadura semelha d'un jaian.
Ante don Bepelho se vai aparelhan
e diz: «Senhor, non valredes un pan
se os que son en Basto se xi vus assi van.
Mais id' a eles, ca xe vus non iran;
achá-los — edes e escarmentaran.
Vingad' a casa en que vos mesa dan;
que digan todos quantos pos vos verran
que tal conselho deu Joan de Froian.
Eoy!»

Esto per dito chegou Pero Ferreira:
Cavalo branco, vermelho na peiteira,
escud' a colo que foi d'ua masseira;
sa lança torta d'un ramo de cerdeira,
capelo de ferro e anassal na trincheira
e furad' en cima da moleira.
Trag' ùa osa e ùa geolheira!
estrebeirando vai de mui gran maneira

¹ B lancha — ² sobarcadun — ³ Falta no CB. — ⁴ alaxam — ⁵ B porca
meiadan pognos perlico peiteira.

EM VOLTA DE SANCHO II

E achou Belpelho estand' en ũa eira
e diz: « Aqui estades, ay velho de matreira!
Venha Pachacho (?) e don Joan Cabreira!
pera dar a un a deanteira,
ca ja vus tarda essa gente da Beira:
o moordom' e o sobrinho de Cheira,
e Meen Sapo, e don Martin de Meira
e Lopo Gato, esse filho da freira,
que non a antre nos melhor lança per peideira. (?)

Independente tècnicamente, mas ligado na ideia é a pequena
Esparsa que se segue à *Gesta* nos Cancioneiros:

Deu ora el rei dinheiros
a Belpelho que mostrasse
en alardo cavaleiros
e por rícomem ficasse.
E pareceu a cavalo
com sa sela de badana:
Qual ricomen, tal vasalo,
qual concelho, tal campana!

Com relação à forma da *gesta*, que é a primeira paródia da literatura portuguesa, só posso repetir o que deixei dito no Cancioneiro da Ajuda:

O título de *gesta*, usado exclusivamente para classificar esta composição, o metro que é o decassilabo épico bipartido, de 10, 11 ou 12 sílabas gramaticais com cesura depois da quarta ou quinta e acento tónico na última sílaba-par de cada hemistíquio, a distribuição dos 56 versos em três *leixas monorrimas (laissez homoteleutes)*—em *on an eira*—de extensão desigual, rematadas com a onomatopeia *Eoy!* são outras tantas provas de que D. Afonso Lopes de Baião conhecia pelo menos a obra-prima da poesia épica francesa, o poema de Roncesvales.

Isto meado o século XIII, no reinado só aparentemente pouco literário—quási mudo de Sancho II. Pobre talvez em *cantigas de amor* e de *amigo*, mas rico em «escarnhos» e trovas de maldizer, como mostram os exemplos por mim dados, e como se compreende perante os acontecimentos apontados.

CAROLINA MICHAÉLIS DE VASCONCELLOS.

EM VOZES DE SANCHÃO II

E sobre a figura de Sanchão II, de quem se sabe pouco, a tradição oral conta que ele foi um grande guerreiro e um homem de bem. Conta-se que ele morreu em uma batalha, e sua esposa ficou muito triste. Ela ficou tão triste que começou a chorar e a chorar muito. Ela ficou tão triste que começou a chorar e a chorar muito. Ela ficou tão triste que começou a chorar e a chorar muito.

Independentemente de qualquer coisa, mas devido ao fato de a população ter se agitado com a queda dos Camões.

Mas em el rei d'Alfonso
 e de todos que mostram
 em taldo cavalheiro
 e por risonha fozza
 E parca a caval
 com as tal de padua
 Qual risonha tal vual
 qual corolla tal camara

Com relação à forma da voz que é a primeira palavra da literatura portuguesa, só posso repetir o que deixei dito no Camonismo de Aires:

O tipo de voz usado exclusivamente para classificar esta composição, o metro que é o decassílabo épico dipartido de 10 sílabas gramaticais com oitava depois da quarta ou quinta acento tônico ou última sílaba por de cada hemistiquio, a distribuição das 10 versos em três léxas menores (léxas hemistiquias) — em ou an em — de extensão desigual, terminadas com a onomatopéia *hah*, são outras tantas provas de que D. João Lopes de Hailão conhece pelo menos a obra-prima da poesia épica francesa, o poema de Ronsard. Isto mesmo o século XII, no entanto, só aparentemente pouco literário — para modo de Sanchão II. Porém talva em contextos de amor e de amizade, mas não de guerra e honra de nobreza, como mostram os exemplos por mim dados: como se compreende perante os acontecimentos apontados.

CAROLINA MICHELE DE VASCONCELOS



WENCESLAU DE MORAIS

EM TOKUSCHIMA



UMA VISITA AO SR. WENCESLAU DE MORAIS

O Sr. Rokuro Abe, antigo discípulo japonês do prof. Abranches Pinto na Escola de Línguas Estrangeiras, de Tóquio, escreveu originalmente esta visita em a nossa linguagem. Pela evocação histórica que encerram, pela característica e enternecida expressão que as envolve, constituem estas páginas notabilíssimo documento, ao mesmo tempo que demonstram o ensino patriótico e tão inteligente de um professor de português ao serviço da admirável Nação japonesa, já assinalado no discurso de outro seu discípulo, publicado em o nosso fascículo anterior, e que nós revelámos com um verdadeiro gôsto de glória. As omissões indicadas por pontos suspensivos, com que este original nos chegou, impô-las um discreto sentimento de delicadeza e correspondem a passos em que Wenceslau de Moraes se referiu à vida íntima do seu coração.

N. da R.

HÁ 380 anos, no tempo do Shogunato de Ashikaga, os japoneses puderam pela primeira vez associar-se com os europeus pela vinda dos portugueses ao Japão. Ao mesmo tempo, as ondas da civilização europeia foram seguidamente trazidas ao nosso país por eles.

Cêrca de 60 anos se passaram e as relações nacionais luso-japonesas, que eram muito amigáveis, extinguiram-se como as estrélas pela manhã, e desta forma decorreu o lapso de 320 anos.

LVSITANIA

Agora as relações nacionais entre os dois países ressurgem como no tempo passado, mas sem o aspecto do que então foram.

Os japoneses esqueceram-se dos portugueses e os portugueses também dos japoneses. Quem fêz reviver as flores delicadas do Japão, esquecidas dos portugueses, foi o Senhor Wenceslau de Moraes, um escritor retirado, que apresentou de novo (pois que primeiro lho apresentou Fernão Mendes Pinto) o Japão aos portugueses.

Logo que eu entrei na Escola de Línguas Estrangeiras para aprender a língua portuguesa, falaram-me nêle e eu fiquei impressionado com o seu viver.

Só me sabiam dizer que estava exilado numa cidade rústica chamada Tokushima, porque não gostava de ter relações com ninguém.

Eu, por motivos particulares, tive de ir a Tokushima e ali procurei muito e finalmente pude encontrá-lo no seu refúgio.

A minha alegria foi muito grande!

Antes, êle era Capitão de fragata e nas suas viagens veio ao nosso país e, antes de retirar-se em Tokushima, tinha sido Cônsul de Portugal em Yokohama e Kobe.

Nesse país ocidental da poesia, da formosura, as suas faculdades literárias são muito estimadas. As coisas que êle viu e sentiu no Japão, apareceram transformadas em literatura.

Publicou vários livros, entre êles os seguintes: *Traços do Extremo Oriente*, *Dai-Nippon*, *Cartas do Japão*, *O Bon-Odori em Tokushima*, e o seu último trabalho que ainda desconheço, *O-Yoné e Ko-Haru*.

No mar Meridional do Japão encontra-se uma grande ilha chamada « Shikoku », onde o vento é quente e o panorama muito formoso.

Nas costas orientais desta ilha, onde as ondas do Pacífico são muito serenas, está a cidade de Tokushima, com 70.000 habitantes, a maior de tôdas as cidades desta ilha.

Os pinheiros e os templos espalhados pela colina que tem

WENCESLAU DE MORAIS

o nome de « Bizan » são reflectidos nas águas do rio que corre através da cidade. Um encanto.

Ao fundo desta colina há umas ruas antigas em que no tempo feudal viviam « Bushis » (guerreiros). Na rua de Iga-cho, uma dessas, há uma casa rodeada de carvalhos, cedros e outras árvores; parece uma casa no meio de uma floresta. É este o lugar de refúgio em que o Senhor Wenceslau de Morais vive.

Na manhã do dia 16 de Agosto de 1923, batia eu na porta fechada da sua casa. Enquanto eu batia, ouvia-se o som de pés andando dentro e logo appareceu-me um velho com barbas compridas. Era quem eu aspirava de topar.

Disse logo em língua portuguesa:

— Sou um estudante da Escola de Línguas Estrangeiras de Toquio.

Antes mesmo de abrir a porta, êle, surpreendido, exclamou:

— Ah!

Logo ao entrar foi-me tomada a atenção por um mapa de Portugal, por uma lanterna metálica japonesa suspensa do teto e por pratos de porcelana seguros nas paredes.

O Senhor Morais vestia um « *juban* » (derivado da palavra portuguesa *gibão*) e um Koshimaki largo (espécie de camisa); parecia ter 70 anos de idade, pouco mais ou menos. Mas a viveza do tempo passado ainda se nota na sua fala e visagem.

Assentámo-nos na sala de visitas e começámos a conversar.

— Há 12 anos que vim para esta cidade e nunca mudei de casa, mas ninguém sabe onde ela fica, a-pesar-de muitas pessoas falarem comigo fora dela. Por isso devia ter-lhe sido muito difficil descobrir o meu abrigo. Como o conseguiu? Aqui vivem 10 estrangeiros, dois dêles são missionários espanhóis, mas não me dou com êles.

Neste momento reparei num Butsudan (o oratório budista) colocado a um lado da sala e em cima dêle uma pequena fotografia.

.....
Depois de lhe pedir o seu consentimento, fui diante do oratório, bati no sino, acendi a vela, acendi o incenso e orei.
.....

Êle continuou, depois de uma pausa:

— Tenho agora dez galinhas e vinte passarinhos que são meus bons amigos. Eu nunca mais quero sair de Tokushima; passo a maior parte do dia dormindo e à noite saio de casa para passear pela rua de Shimaachi-Bashi-Dori, uma das ruas mais importantes de Tokushima, e às vezes, mas raras, vou ao restaurante para comer comidas europeias e ver bonitas « Nippon-Musume » (raparigas japonesas).

Posteriormente um vizinho dêle diz-me ser êle muito celebrado em Tokushima por ser um bom velho e que é conhecido pelo nome de Portugaru-San (Senhor Portugal); as crianças da vizinhança tomam-no pela mão e suspendem-se dos seus ombros.

É amabilíssimo.

Passadò pouco tempo, êle perguntou-me se não fumava.

— Sim Senhor, fumo.— Foi a minha resposta.

Então êle trouxe tabaco numa concha e fumámos.

O nosso diálogo passou a referir-se a Toquio.

Fumando um cigarro, êle diz:

— Essa cidade está muito mudada; eu ainda me lembro dos parques de Hibia, Ueno, Shiba, da Estação de Shimbashi e rua de Ginza, do templo de Asukusa, etc. Também o Japão está muito europeizado, especialmente Toquio. As mulheres vestem à europeia. Não é verdade?

— Sim Senhor, respondi.

Sorrindo e fazendo um gesto de reprovação, êle diz:

— Mas os vestidos europeus para japonesas não vão bem. As japonesas são encantadoras, parecem pinturas quando vestem os seus kimonos, concebidos inteiramente ao gôsto japonês e feitos pelos belos artistas do próprio Japão.

Então êle elogiou muito os kimonos, a forma do penteado das nossas mulheres, as belas-artes, etc.

Variando de assunto, eu disse que os estudantes da nossa escola sentiam por êle muito respeito e consideração e que consideravam grande honra a sua estada neste país.

Sacudindo a cabeça em sinal de negação, êle disse:

— Não Senhor, não Senhor.

WENCESLAU DE MORAIS

Mas vi o agradecimento no seu coração. E perguntou-me muitas coisas da nossa escola.

— Agora no Japão há talvez duzentos portugueses, mas são quasi todos de Macau e não podem falar quasi nada português. Os portugueses de Portugal são somente três: o ministro de Portugal em Toquio, o seu professor e eu.

Perguntou-me depois que faria eu depois de acabar a escola.

Eu disse-lhe que tencionava ir para o Brasil. Êle aplaudiu muito a minha tenção e disse-me:

— Agora tôdas as noites vem a minha casa um moço para aprender português, mas fala ainda muito pouco. Venha cá antes de ir para o Brasil.

Como êle me perguntou se ficava muitos dias em Tokushima, eu respondi que não, que tinha de partir essa mesma noite para a minha terra.

— Onde é a sua terra?

Apontando num mapa, eu expliquei-lhe.

Então êle, como se se tivesse recordado de alguma coisa, disse:

— Há vinte e dois anos, ainda estava em Kobe, quando tive o prazer de ir a Tadotsu; visitei Kotohira-jinja; depois, atravessando as montanhas, cheguei a Tokushima, descendo em barca o rio Yoshino. Depois voltei a Kobe. Isso é perto, é uma província vizinha.

Êle recordou com deleite êste tempo.

.....
— Agora tenho só uma irmã que vive perto de Viseu, que às vezes me escreve.

— Então por que não volta ao seu país — a Portugal?

Êle, tristemente, disse:

— Já estou velho; não tenho coragem para sair para países estrangeiros e, além disso, não tenho dinheiro para o fazer. Estou satisfeito nesta sossegada cidade de Tokushima. Quero ser enterrado no solo de Tokushima.

Assim se passou a nossa conversação, que correu sem parar, sem nunca parecer terminar. Mas o tempo de partir chegou. E eu despedi-me do Senhor Morais. Antes de eu sair, êle pediu-me para apresentar os seus cumprimentos aos professores e estudantes da minha escola.

LUSITANIA

— E antes de ir para o Brasil, não se esqueça de cá vir mais uma vez.

Com palavras de «passe muito bem» apertámos as nossas mãos.

E eu saí da casa do respeitável Senhor Wenceslau de Morais, olhando muitas vezes para trás e sempre com estas palavras gravadas na minha memória:

— Seja muito feliz.

Toquio, 25 de Novembro de 1923.

ROKURO ABE



NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580

SEGUNDO CARTAS DE UMA CASA COMERCIAL NEERLANDESA

I

AO despontar o século XVI, quando, em seguida à viagem de Vasco da Gama, Lisboa se constituiu mercado dos produtos da Índia, activaram-se as relações com as praças do Norte, e as atenções até aí presas no Mediterrâneo desviaram-se para o novo empório da especiaria. Então se intensificou o interesse dos súbditos do Império, até esse tempo moderado, pelo tráfico com Portugal.

As informações mais antigas, que ao presente possuímos, sobre comércio dos alemães no país, são do reinado de D. Afonso V. De um documento de 1456 sabemos que vinham buscar ao reino sal e vinho, e traziam madeira e provavelmente cereais do Báltico, bem como panos de Flandres. Em 1485 concedeu-lhes D. João II privilégios iguais aos dos flamengos e outros súbditos do Duque de Borgonha. Os vassallos do *Duque desterrique* (de Áustria, Oestreich) são expressamente nomeados na concessão.

Ao número destes pertenciam os negociantes de Augusta e Nuremberg, que nessa época tinham já celebridade no mundo comercial: os Fuggers, Welsers, Hochstetters e Imhofs, que todos tiveram negócios consideráveis na Península, e que o descobrimento do caminho para a Índia chamou a Lisboa.

Anteriormente o comércio da pimenta, que veio a ser por muitos anos o *lume dos olhos de Portugal*, na frase de Gaspar Correia, e o era já daqueles negociantes, fazia-se pelos portos do Levante, através de Veneza. O novo caminho directo deslocou

LVSITANIA

para Lisboa o tráfico, e tornou mais abundante e acessível o produto.

Ainda em 1501 as firmas alemãs interessadas cuidavam em estabelecer uma feitoria em Génova, para o trato da pimenta, sob a direcção de Fugger; quando souberam do êxito feliz da jornada pelo Cabo da Boa Esperança, abandonaram o propósito que o sucesso inutilizava.

Na sua nova feição, o negócio oferecia vastas possibilidades, assim nos lucros da especiaria como nos fornecimentos de retorno, que em prata e cobre para as compras da Índia, materiais para as armadas e mercadorias de toda a espécie se enviavam a Lisboa. Isto, que em parte se realizava por adiantamentos à coroa, que monopolizava o produto, demandava capital volumoso, e só podiam intentá-lo casas ricas de numerário, e que dispusessem de crédito em larga escala.

Destas nenhuma como a de Jacob Fugger, que destinado à vida eclesiástica largou a batina, adquiriu imenso cabedal, e teve preponderância notável na côrte de Carlos V. Do seu tempo data a intervenção do capitalismo como fôrça activa nas decisões da política. Foi o dinheiro dos capitalistas, acima de tudo o de Fugger e o seu crédito, o que deu a Carlos a coroa imperial.

Perdeu-a Francisco I por menos abonado. Os Eleitores peitados exigiam adiantadamente moeda, ou então obrigações directas de Fugger, que o rei de França não podia dar. Foi ainda o dinheiro d'êle que facilitou a eleição de Fernando I para rei dos Romanos; e na maior parte ajudou Carlos e Filippe II a custearem suas guerras.

Do espanto que êste até então desconhecido poder da finança inspirava aos contemporâneos, dão testemunho os termos em que a respeito de Jacob Fugger falava a D. João III o escrivão da feitoria de Flandres, Rui Fernandes: « Êle é o maior homem da Alemanha, e o que governa todos os príncipes e reis; nenhum príncipe vive sem êle e todos folgam de o ter por amigo; o que quer acaba-o »¹, e assim por diante, como que em êxtase, perante esta nova soberania do capital, na sua aurora.

¹ Carta publicada por Braamcamp Freire em *Arquivo Histórico Português*, T. 6.º, p. 379.

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

Apenas inferiores eram os Welsers. Êsses vinham em 1503 estabelecer casa em Lisboa, tendo obtido carta de privilégios, que além de certas isenções na alfândega, os autorizava a construir navios em Portugal, e mandá-los a todos os portos do reino e senhorios, com tanto que fôsem as tripulações e os mestres portugueses.

No ano antecedente tinha-se vendido em Flandres a primeira partida de pimenta, vinda pelo Cabo da Boa Esperança. Conta Guicciardini ter sido o comprador Nicolau Rechterghem, que por seu turno expediu para Alemanha o produto. Ali, sabendo que era pimenta embarcada em Portugal, e não recebida pela via ordinária do Mediterrâneo, suspeitaram os consumidores que não fôsse genuína do Oriente. «É que— diz o autor— não havia lá conhecimento da jornada dos portugueses às Índias »¹.

O facto, a ser verdadeiro, retrai dois anos a época em que se assenta terem pela primeira vez aparecido em Flandres as especiarias trazidas do Oriente pelos portugueses, que é em 1504. Propagada a notícia, correm os mercadores alemães a Lisboa, e é passada a carta de privilégios, requerida pelos Welsers, a 13 de Fevereiro de 1503. A data indica que a venda de pimenta anterior seria da que trouxe Cabral, cujos navios tinham chegado ao reino em Junho de 1501. O seguinte carregamento, por João da Nova, entrou no Tejo em Setembro de 1502. No intervalo não haveria tempo de transportar os produtos a Flandres e Alemanha, e virem de lá os comerciantes interessados antes de Fevereiro de 1503.

Não tardaram êsses a fazer uso dos privilégios, que por uma interpretação lata puderam também abranger a participação nas frotas da Índia, como fôra já antes concedido a Bartolomeu Marchione, florentino e talvez a outros. Por efeito disso, entraram na expedição de D. Francisco de Almeida, em 1505, três naus, armadas por um consórcio de negociantes florentinos, genoveses e alemães, à testa dos

¹ *Descriz. dei Paesi Bassi*. Trecho transcrito em *Flandre et Portugal*, por E. Vanden Bussche, p. 9.

quais estava o Welser. A êste se agregaram Fugger, Hochstetter, Imhof e outras firmas, tôdas as quais tiveram depois negócio mais ou menos considerável em Portugal.

Na esteira destas casas poderosas vieram as menores. Em 1528 declarou D. João III extensivos a Lubeque e mais cidades hanseáticas os privilégios de 1503, porque, diz o diploma, seus súbditos, conhecidos em Portugal por *estrelins*, «alemães eram de natureza posto-que o não fôssem de nome». A dúvida que a denominação estabelecia ficou desta maneira dissipada.

À sombra de tais regalias, desde Flandres até ao Báltico, todos os portos comerciais mandavam navios a Portugal, e gente dêles oriunda assentava residência cá. Com os foros dos alemães havia em Lisboa no século xvi uma colónia relativamente numerosa. Tinham seu juiz privativo, que era o Corregedor da cidade, e corretor que escolhiam. Podiam trazer armas, andar em mulas, e lhes eram dispensados muitos encargos em que incorriam os naturais.

Gaspar Cunertorf, nativo de Kampen, pôrto no Zuiderzee, tinha em 1572 casa de negócio em Lisboa, e desposara uma portuguesa, Maria Galoa, segundo o livro de onde tiro a notícia, mais provavelmente Maria Galvão ou Galvoa. Uma demanda que teve na sua terra fêz que se nos conservasse parte da correspondência comercial de cinco anos, extractos de contas, e outros documentos, que além de pormenores biográficos proporcionam dados interessantes, relativos ao comércio português da época, e sôbre a situação económica e política do país durante o período.

Deu à estampa êstes escritos, há vinte anos agora, o arquivista da Municipalidade de Kampen, J. Nanninga Uitterdijk, em volume que faz parte das publicações da Sociedade para o estudo do direito e história da Província de Overijssel, com o título: *Uma casa comercial de Kampen em Lisboa, 1572 a 1594. Correspondência, contas e documentos*¹.

¹ *E en kamper handelshuis te Lissabon 1572-1594. Handelscorrespondentie, rekeningen en bescheiden. Bewerkt door Mr. J. Nanninga Uitterdijk, Archivaris der gemeente Kampen, 1904.*

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

São 552 páginas de texto, a que precedem 114 de um bem acabado estudo explicativo, com a análise do processo judicial, a que estavam as cartas apensadas, e o resumo dos assuntos versados.

De um contrato de sociedade mercantil anexo, sabemos que Cunertorf, natural de Kampen, cidade do Santo Império Romano, era morador da freguesia de S. Nicolau; com êle residia o patricio João Jansen, a quem são dirigidas muitas das cartas; terceiro kampense, Hans Snel Junior, habitava junto ao convento de Esperança. Entre os três se ajustou uma parceria, para certos negócios a tratar fora de Portugal.

A casa de Cunertorf era de grande movimento. Vinham-lhe consignadas embarcações dos portos do Norte, desde Amsterdam a Dantzic, de onde importava trigo e outros cereais, tecidos, ferro, cobre, madeiras, alcatrão, cabos e utensilios navais. Na exportação figurava em primeiro lugar o sal de Setúbal¹, muito buscado para a preparação do arenque. Geralmente os navios traziam trigo a Lisboa e levavam sal. Tão considerável êste tráfico que, em 22 de Maio de 1579, dava parte o negociante, a um seu correspondente, de terem chegado em seis dias, ao Tejo e a Setúbal, mais de 250 embarcações, das quais 150 ou 160 neerlandesas e alemãs, as restantes de Bretanha. Note-se todavia, para nos não enganarem os números, que a capacidade média dos navios de comércio, naquele tempo se não deve computar em muito mais de 100 toneladas.

Depois do sal estavam os demais produtos da terra: vinhos, frutas sêcas e couros. Mas o negócio de mais vulto, pelo valor, era feito nos gêneros de além-mar: açúcar, algodão, anil, canela, cravo, gengibre, marfim, noz moscada, pau-brasil, pimenta, e outros menos comuns.

Da valia dêste comércio em moeda, dão idea as tabelas de preços, em duas épocas, extraídas da correspondência.

Em 1578. — Importação: trigo 120 réis o alqueire; centeio 85; cevada 60; farinha 130. Exportação: sal, moio

¹ Variamente escrito Setuval, Sinthuval, Santhuvis, e desta ultima forma procedeu ser conhecido nos Países Baixos o produto por *sal de St. Ubes*.

LVSITANIA

320 em Setúbal, 370 em Lisboa; açúcar da Madeira, arrôba 2.600; de S. Tomé 630; do Brasil 1.400; algodão, arrôba 2.200; anil quintal 50 mil réis; canela 34 mil réis; cravo 45 mil réis; gengibre 10.400 réis; noz moscada 50 mil réis; pimenta quintal 30 a 36 cruzados, segundo a qualidade.

Em 1582. — Importação: trigo 120 a 160 réis o alqueire, conforme a procedência e qualidade; centeio 60; farinha 80.

Exportação: sal, moio 320 em Setúbal, 400 em Lisboa; açúcar da Madeira, arrôba 3000 réis; de S. Tomé 950; do Brasil 1850; canela, quintal 42 mil réis; cravo 52 mil réis, noz moscada 29 mil réis; gengibre 23 mil réis; pimenta 35 e meio a 36 cruzados.

O pau-brasil comprava-se em 1578 a 450 réis o quintal; em 1581 a 800 e 900 réis.

Quanto esta gente forasteira se deixava embeber do espírito local, se manifesta na quantidade de termos da língua da terra, entremeados no seu dialecto nativo. Se bem que as cartas fôsem dirigidas a pessoas que tinham vivido em Portugal e conheciam os costumes, o emprêgo constante destas palavras estranhas, mostra que êle se tornara em hábito mental, e conduz à suposição de que já o vocabulário em parte irradiara para os centros comerciais do norte da Europa. Os termos castelhanos pode ser fôsem trazidos dos Países Baixos, onde por causas políticas se devia ter divulgado a língua; mas nos que são ao mesmo tempo portugueses, a forma da escritura de muitos faz crer accidental a identidade, e que todos foram realmente colhidos em Portugal. Tais os seguintes: acabado, aceitado, aviso, cabeça, cativo, cidade, conta, cunhado, desconfiado, desgosto, ditoso, diveda, excusar, falta, fiado, finalmente, jornada, largo, leal, lealdade, manhoso, necessidade, negócio, obediência, pagar, parceiro, partida, perda, quando, quieto, receber, resposta, rigor, salvamento, sogro, tanto, vagar, vandima; e as frases: pouco a pouco, tudo por tudo, etc.

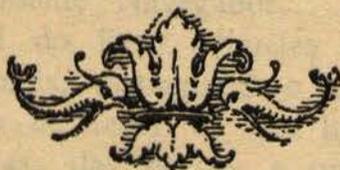
Em grande número são os enxêrtos de português germanizado, principalmente verbos no infinitivo: acabeiren, apartieren, bastieren, carregieren, cumpriren, deslinderen, despacheiren, determineren, empregeren, encomendiren, gasilieren (de

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

agasalhar) heredieren, junteiren, meressieren (merecer), offensiren, offresceren, pranteiren, recadiren, responderen, valieren; e os particípios: gheacertiert, gheinverniert (de invernar), etc. O seguinte trecho, de uma carta de 18 de Maio de 1578, é assaz característico desta especial linguagem, posto-que nem sempre a vizinhança dos termos alheios à língua do original seja tão freqüente: « Wy syn ser *occupados* mit de ancomste van *diverze* vloten, sodatt wy de *vagar* neit hebben kunnen *juntiren* om *despacio* op alle capittelen van V. L. breven the *respondieren* »¹. Para intelligência do texto organizou o editor da correspondência um vocabulário das palavras estranhas, que ocupa sete páginas a duas colunas, sendo a maior parte portuguesas ou de fundo português; mas a leitura das cartas descobre ainda mais, que não foram recolhidas.

J. LÚCIO D'AZEVEDO.

A continuar.



¹ Tradução: Estamos muito ocupados com a chegada de diversas embarcações pelo que não tem havido vagar (literalmente: não temos podido juntar o vagar) para respondermos de espaço a todos os capítulos das suas cartas.

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL E O “LI- VRO DA MONTARIA”

O *Livro da Montaria*, feito por D. João I, rei de Portugal, entre os anos de 1415 e 1433, foi mandado publicar pela Academia das Ciências de Lisboa em 1913, sob a direcção do Snr. Francisco M. Esteves Pereira, que assim teve ocasião de prestar mais um relevante serviço à Literatura portuguesa. Lendo-se esta obra, cujo assunto é a caça ao porco-montês, causam alguma surprêsa as referências a obras astronómicas que se encontram no Cap. XVIII do primeiro livro, a propósito dos rastros deixados pelo animal que os monteiros querem emprazar. São bemvindas essas referências por nos permitirem avaliar a cultura da côrte do nosso rei D. João I relativamente à sciência dos astros, o que tem importância, sobretudo por se tratar do pai do Infante Navegador.

No capítulo XVI do livro primeiro ensina-se a conhecer o rastro do porco-montês, distinguindo-o do cervo e do bezerro. No imediato trata-se de saber de que horas é o rastro « pelas fresquidões das terras, das hervas e outras coisas ». O capítulo XVIII intitula-se: « Das cousas que aos tempos fazem, que não possam os monteiros conhecer de que horas é o rastro que querem aprazar ». O monteiro precisa de saber se é da manhã ou da noite o rastro do porco, a que quer fazer o cêrco. Mas os ventos fazem às vezes parecer sêcos os rastros que são da manhã, e frescos os trasnoitados. Assim se chega ao estudo da influência dos planetas sôbre ventos e chuvas, influência variável com o lugar por êles occupado ao longo do zodiaco. Não entramos nestes pormenores meteorológicos, pois nos importa apenas considerar as obras astronómicas citadas.

LVSITANIA

Na página 125 desta edição da Academia lê-se: «Ora sabede que diz Joam Gil, no seu grande livro de estronomia, que tódallas cousas que som feitas todas som feitas per natura naturante que he Deus ou per natura naturada, que Deus fez...»; e na página seguinte: «Ca Joam Gil, o grande estrologo, no seu grande livro, disse que Mars he de color vermelha, e Mercurio e a Lua de color branca, e esso mesmo disse que o Sol, Jupiter e Venus som de color amarela como ouro, e Saturno fez certo que avia color negra...». Temos assim mencionada uma obra que se classifica de «grande livro de astronomia», considerando-se o seu autor, João Gil, um grande astrólogo. A seguir (pág. 127), e a propósito da divisão do zodíaco em signos, é ele citado juntamente com o ilustre Ptolomeu e mais quatro tratadistas da sciência dos astros, dos quais, dois árabes e dois latinos: «Ca destes signos disse Joam Gil e Albamazar no seu livro das deferenças e dos juizos, e Tolomeu no seu almagesto, e Ali abem Ragel no seu livro dos juizos, e o author da sphaera, e da theorica das pranetas, e todos estes disserom que no ceo octavo, a que os estrologos dizem octava sphaera, esta sphaera partirom os sabedores em doze partes...».

«Albamazar» é o escritor árabe Abu Mazar Gáfar ben Muhammed ben Omar al Balhí, a quem a Escolástica latina chamou Albumazar. Viveu no século ix, morrendo em 886. A sua obra mais famosa foi traduzida do árabe para latim, no ano de 1140, por Hermann Segundo (Herimannus secundus), com o título *Introductorium in astronomiam*, composta de oito livros. Foi ela que iniciou os latinos nos princípios da astrologia judiciária, e nela aprendeu toda a idade média latina as leis do fluxo e refluxo das marés, explicadas pela acção da Lua. Outra obra de Albumazar, que teve grande voga, foi a intitulada *De magnis conjunctionibus*, em oito tratados, divididos em Diferenças (Pierre Duhem, *Le système du Monde*, tomo II). Na Livraria do Cabido toledano encontram-se três manuscritos com traduções latinas do mesmo escritor árabe, intituladas: *Libellus de modo elegendi tempus*, *Liber experimentorum*, *Liber florum astrologicum*.

De «Ali abem Ragel» dá-nos notícia Rico y Sinobas nos *Libros del saber de astronomia*, tomo 3.º Nos códices afon-

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL

sinos é êle citado com o nome Ali fi de Aben Ragel el Cano. A sua obra, escrita em Toledo, foi traduzida do árabe para castelhano a mandado de Afonso X, o sábio, por Judá fi de Mosse Alcohen, alfaqui do rei, com o título: «El libro complido de los judicios de las estrellas». Trechos desta versão castelhana, relativos aos planetas, podem lêr-se na parte final do vol. 5.º dos *Libros del saber*, intitulada «El zodiaco y los planetas alfonsies». Na côrte portuguesa havia, pois, uma cópia dêste livro dos juízos das estrêlas, que depois foi vertido para latim por Egidio de Tebaldo e Pedro de Regio, imprimindo-se esta tradução em Veneza, 1520. Na Biblioteca do Escorial existe um códice do século xv com esta versão latina da obra de Aben Ragel (*Catálogo de los códices latinos de la Real Biblioteca del Escorial*, por el P. Guillermo Antolin, vol. II).

O «autor da sphaera» é João de Sacrobosco, que, como é sabido, compôs no século xiii um tratado *De Sphaera*. O autor da Teórica dos planetas deve ser Gerardo de Cremona que redigiu em Toledo, no século xii, uma obra intitulada *Theorica planetarum*. Foi êle quem primeiro traduziu o *Almagesto* de Ptolomeu, do árabe para latim, o que fêz em 1175. A sua *Theorica planetarum* é o mais antigo tratado de astronomia teórica produzido pela Escolástica latina (Pierre Duhem, *Le système du monde*, tómo III). Devemos, porém, notar que, depois de Gerardo de Cremona, outros escritores compuseram obra semelhante com o mesmo título.

O *Livro da Montaria* continua ainda a citar Joam Gil (pág. 127): «E disse este Joam Gil que estes signos eram adoptados as quatro partes desta sphaera, e disse que os tres som orientaes, e os tres meridionaes, e os tres occidentaes e os tres septentrionaes...». Depois D. João I fala dos sete planetas que se movem em cada um dos sete céus, situados sob a oitava esfera, dizendo que o céu da Lua tem seu movimento próprio em 29 dias e 12 horas, o do Sol num ano, e o de Saturno em 30 anos, o que mostra conhecimento da teoria dos planetas. Por fim (pág. 132) refere-se à segunda parte do grande livro de astronomia, que trata de ventos e chuvas: «Ca assi o disse este Joam Gil na segunda parte do seu livro que falla da tempestade, e ventos, e chuyvas, e pedriscos: ca elle diz que

quando for a conjunção do Sol e da Lua em nove graaos de Capricornio, e Saturno em quatro graaos de Sagitario, e Jupiter em sexto graao de Aquario, acerca de sextil de Saturno, e de Mars e Mercurio em dezasete graaos de Capricornio, que fará vento dabrego [ábrego, vento de sudoeste], e que nom choverá com elle, e se chover que será pouco ».

¿ Quem era êste João Gil, cinco vezes citado por D. João I? Só últimamente achámos resposta a esta pergunta, e foi na excelente obra do Snr. A. Rubió y Lluch, intitulada *Documents per l'història de la cultura catalana mig-èval*, publicação do « Institut d'estudis catalans ». Possuimos dela apenas o Vol. II, obsequiosamente oferecido pelo Institut por intermédio do Snr. Jordi Rubió, filho do autor e o seu melhor colaborador, o que muito nos penhorou. O Vol. I está infelizmente esgotado. Mas pudemos consultá-lo na Biblioteca do Ateneu de Madrid, por indicação do malogrado escritor D. Segundo de Ispizúa, cuja inesperada morte sentidamente lastimamos. Nesta obra, excelente não só pela riqueza e carácter do diplomatário, como pela beleza dos dois prólogos, passam, como numa evocação animatográfica, as vidas dos príncipes da casa de Barcelona. Os documentos assinados por Jaime II, Pedro III, e seus filhos, João I e Martim I, mostram o constante interêsse dos soberanos de Catalunha e Aragão por tôdas as iniciativas científicas, e merecem o estudo dos que se dedicam à história dos descobrimentos portugueses, na preparação do saber náutico que lhes serviu de base. O livro de João Gil fornece o exemplo de uma obra, de proveniência catalã, gostosamente lida na côrte portuguesa.

O documento n.º CLXIV, datado de Valência, 9 de Dezembro de 1352 da era de Cristo, é assim descrito (*Documents*, vol. I, pág. 164): « Pere III mana pagar a Joan Gil de Castiello pel seu treball d'escriure un Llibre de las ordinations de la casa reyal y un d'astrologia ». Pedro III, cognominado *o Cerimonioso*, manda com efeito, nessa carta, que o seu tesoureiro Bernardo de Ulzinellis pague 600 soldos de Barcelona ao fiel da sua escrivania, João Gil de Castiello, pelo trabalho que êste teve em escrever dois livros, um das Ordenações da Casa real e o outro de astronomia, por seu especial mandado. Êste último é, sem dúvida, o livro citado pelo rei português D. João I. Transcrevemos o documento, que é em latim de fácil leitura:

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL

«Petrus etc. dilecto consiliario et thesaurario nostro Bernardo de Ulzinellis militi, legum doctori, salutem et dilectionem. dicimus et mandamus vobis quatenus de pecunia curie nostre que est vel erit penes vos, detis et solvatis fidei de scribania nostra Johanni Egidii de Castiello sexcentos solidos barchinonenses quos ratione laboris per eum sustenti in scribendo de nostro speciali mandato facto, duos libros, alterum ordinationis domus nostre, et alterum de astrologia, sibi dari providimus cum presentis. et facta solutione recuperetis presentem loco apoche et mandati. datum Valencie. IX. die decembris anno a nativitate Domini. mccc. secundo».

Em carta datada de Saragoça, 24 de Março de 1350 (documento n.º CXLIX), dirigida ao herdeiro de João Çapata, o rei Pedro III manda dar «libros infrascriptos, videlicet *Institutam, Digestum et Clementinas ac Summam Jaufredi*», a João Gil de Castiello, que naturalmente já nessa data estava encarregado de escrever as Ordenações da Casa real. Noutra carta, escrita em catalão, que transcrevemos, datada de Barcelona, 10 de Julho de 1351 (documento n.º CLIII), o rei recomenda a mestre Afonso a maior diligência em comprovar e arromançar o Livro de figuras e astronomia que lhe levou João Gil de Castiello:

«El rey d Arago.

Mestre Alfonso: rogamos vos que con diligencia vos hayades en el comprobar et romançar aquell *livro de figuras et astronomia*, el qual vos levo el fiel de la scrivania nostra Joan Gil de Castiello, e d esto nos faredes senyalado servicio e plazer. dada en Barchinona, a .X. dies de julio anno a nativitate Domini millesimo. cccl. primo».

Temos assim três referências a João Gil de Castiello em três anos sucessivos, 1350, 51 e 52: quando o rei lhe manda entregar a *Instituta*, o *Digesto*, as *Clementinas* e a *Suma* de Gofredo; quando o rei pede a mestre Afonso que se apresse

LVSITANIA

a traduzir, para lingua catalã, o livro de figuras e astronomia que êle lhe levou: e quando lhe manda pagar o trabalho de escrever o livro de Ordenações da Casa real e um livro de astrologia. Devia pois ser ao mesmo tempo entendido nas sciências, jurídica e astronómica.

¿Onde existirá hoje a obra de astronomia de João Gil, fiel da escrivania de Pedro, o *Cerimonioso*? Sabemos apenas que na Biblioteca Colombina de Sevilha se conserva uma cópia, em letra do século xv, da terceira parte desta obra.

Nos *Apuntes para una Biblioteca científica española del siglo XVI*, de Picatoste y Rodriguez (pág. 130), menciona-se um João Gil, cónego de Sevilha, doutorado em Teologia no ano de 1530, e juntamente o livro seguinte: «*Juan Gil de astronomia, tercera parte en lengua castellana y de mano. Asi anota este libro el Indice de la Biblioteca colombina*». Mas êste livro não é do cónego João Gil, doutorado no ano de 1530; é do seu homónimo do século xiv, fiel da escrivania do rei de Aragão.

O sr. dr. Joaquim de Carvalho, que, com tanto proveito para as Letras portuguezas, está dirigindo a Imprensa da Universidade de Coimbra, e que últimamente esteve trabalhando na Biblioteca Colombina, dá-nos sôbre êste códice as informações seguintes. O *Registrum librorum* de Fernando Colon, sob o n.º 4162, descreve o seguinte livro: «*Juan Gil de astronomia, tercera parte, en lengua castellana y de mano. I—la parte tercera del libro de Juan Gil. D—Al padre y à la madre. Es en 4.º encuadernado en pergamino com otras obras. Costó assi encuadernado en Sevilla, por Junio año de 1527, real y medio*». Êste manuscrito ainda hoje se conserva na afamada Biblioteca Colombina. Encuadernado juntamente com outros dois manuscritos—a cópia da tradução espanhola, por «maestre Jusepe», dos *Canones* que antecedem o *Almanach perpetuum* de Zacuto, e o *Tratado da Sphera* de Sacrobosco—está escrito em letra do século xv e é mencionado no catálogo actual com o título: *Del nacimiento de los hombres*. O título geral da obra era, sem dúvida, o que Fernando Colombo indicou no seu *Registrum*; a terceira parte, porém, única existente, versa realmente, como

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL

problema dominante, o nascimento dos homens sob o ponto de vista astrológico.

Não pode restar dúvida, pelo que temos exposto, que o «grande livro de astronomia», tantas vezes citado pelo nosso rei D. João I, foi escrito por João Gil de Castiello, fiel da escrivania do rei de Aragão, no meado do século xiv, e que dêle existe ainda a terceira parte na Colombina de Sevilla, em cópia feita no século immediato.

Do que fica exposto resulta que o *Livro da Montaria* nos dá testemunho de seis obras astronómicas existentes na livraria do rei português: o *Almagesto* de Ptolomeu, o *Tratado da esfera* de Sacrobosco, a *Teórica dos planetas* de Gerardo de Cremona, uma, pelo menos, das obras de Albumazar, o Livro dos juizos das estrêlas de Ali Aben Ragel, mandada traduzir por Afonso X de Castela, e o grande livro de astronomia de João Gil de Castiello, escrito por ordem de Pedro de Aragão. Embora estas últimas sejam mais de astrologia do que de astronomia, o conhecimento desta sciência serviu de base à astrologia e foi sempre por ela impulsionado.

Rico y Sinobas diz que uma das primeiras cópias dos *Libros del saber de astronomia*, de Afonso, o *sábio*, foi destinada a seu neto, o rei português D. Denis, o qual, quando Infante, o visitou em Sevilha e Toledo. Que também o livro de Aben Ragel, traduzido por Juda Alcohen, veio para a côrte portuguesa, sabemos pelo *Livro da Montaria*. O mais natural é que cópias de todos os códices afonsinos fôsem dadas a D. Denis pelo seu avô materno, que bem lhe conhecia os gostos intellectuais.

A leitura dos dois volumes dos *Documents* do Sr. A. Rubió y Lluch depara-nos freqüentes cartas do rei Pedro III e de seu filho primogénito, quer quando Infante, quer, depois de 1387, como rei com o nome de João I, em que se pedem, com vivo interêsse, livros e instrumentos astronómicos, o mapa-mundi e cartas de navegar. É dêste tempo o célebre mapa catalão de 1375, mandado pelo Infante D. João ao rei de França, Carlos V. Entre as cartas do rei Pedro lembramos a de 6 de Fevereiro de 1376, escrita de Barcelona à sua muito cara filha, em que lhe explica o relógio, com que a presentea, munido de três cimbaletes para tocar as horas, em cuja frente dá uma volta em cada 24 horas uma

aranha ou rêde de astrolábio, com seu zodíaco e ponteiros de estrélas fixas, o que permite saberem-se as horas do dia e da noite, o ascendente e as mais coisas necessárias para a arte de astrologia. Pertencem-lhe três discos de latitude, em latão, gravados em ambas as faces, com que se pode adaptar o astrolábio para as seis latitudes de 38, 39, 40, 41, 42 e 43 graus, pelas quais se estendiam os domínios do rei. Os pormenores em que entra mostram o seu amor à sciência astronómica, que bem se manifesta na carta a Mestre Afonso, atrás transcrita, pela ansiedade com que deseja ver terminada a versão para a língua catalã do livro de astronomia, levado por João Gil. Dentre as cartas do seu sucessor, João I, mencionaremos a de 18 de Dezembro de 1387, escrita em Vilafranca del Panadès, em que pede informações dos livros e instrumentos astronómicos que tinham sido de Ponç de Jovals, perguntando especificadamente se entre êstes se encontravam astrolábios, quadrantes, armilas, açafeas, ou esferas, e mostrando portanto conhecer os instrumentos descritos nos *Libros del saber* de Afonso, o *sábio*. A menção do tratado de João Gil no *Livro da Montaria* denuncia-nos uma das obras importadas do país catalão, cujos príncipes tanto se interessavam pela sciência. De lá nos vieram livros, cartas de navegar, e por fim Mestre Jácome de Maiorca.

A propósito de relações de Portugal com a Catalunha, lembremos que o rei português Sancho I casou com D. Dulce, filha do Conde de Barcelona, Raimundo Berenguer IV, e de Pedronilha, muito cedo rainha de Aragão pela renúncia de seu pai Ramiro, o *monge*. O conde Berenguer foi assim rei pelo seu matrimónio, mas não tomou êste título, usando o de *príncipe e dominador* de Aragão. Seu filho, a quem a mãe trocou o nome de Raimundo Berenguer pelo de Afonso, de tradição aragonesa, sucedeu-lhe já com o título de rei. Assim se fêz a união da Catalunha com Aragão, conservando contudo plena autonomia. Notemos, de passagem, que o rei Pedro, o *Cerimonioso*, de quem atrás falamos, é designado geralmente por Pedro IV de Aragão, mas os catalães preferem chamar-lhe Pedro III, por ser êste o número de ordem que lhe compete como príncipe da Catalunha. O nosso rei Sancho I era pois genro de Raimundo

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL

Berenguer e cunhado do rei aragonês Afonso, e o seu filho segundo, D. Pedro, casou com a filha do Conde de Urgel, Hermengol VIII. Depois é o rei português D. Denis que, em 1282, casa com a infanta aragonesa D. Isabel, o que o faz genro de Pedro, o *grande*, de Aragão e cunhado do sucessor Afonso III. Mais tarde D. Duarte esposa D. Leonor de Aragão. O infante D. Pedro, o de Alfarrobeira, segundo filho do nosso rei João I, passa por Barcelona em Julho de 1428, no regresso da sua célebre viagem, e no ano seguinte casa com D. Isabel, filha do último Conde de Urgel, realizando aliança semelhante à do homónimo, irmão de D. Afonso II. Como resultado deste enlace, seu filho, o Condestável D. Pedro, autor do *Poema do Menospreso do Mundo* e da *Tragédia de la insigne reina Doña Isabel*, foi pretendente à coroa de Aragão, residindo desde Janeiro de 1464 até Junho de 1466, na capital da Catalunha, onde, durante este tempo, se intitulou Conde de Barcelona e Rei de Aragão, da Sicília, de Valença, das Maiorcas, da Sardenha e da Corsega.

Concluindo, nos séculos XIII e XIV a cultura científica de Castela e da Catalunha teve gostoso acolhimento na côrte portuguesa, onde se foram acumulando tesouros de saber que, no século XV, sob o impulso do Infante D. Henrique, produziram um novo progresso da sciência náutica. Substituiu-se, na navegação, o método das distâncias e rumos, usado no Mediterrâneo, pelo de rumos e alturas; e as cartas, os instrumentos e regras de marear sofreram as modificações e melhoramentos necessitados pelo avanço para o equador e regiões austrais, em cujo céu os marinheiros portugueses, para determinação das latitudes, isolaram novo sinal estelar, o Cruzeiro do Sul.

Coimbra, Julho de 1924

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

O ASTRÓLOGO JOMÓ GIL

Herzog e conde do rei aragones Alonzo, e o seu filho
segundo, D. Pedro, casou com a filha do Conde de Urgel,
Hermebold VIII. Depois é o rei português D. Denis que
em 1282, casou com a infanta aragonesa D. Isabel, o que o
faz parente de Pedro, o grande, de Aragão e conde do
seu reino de Pedro. Mas tarde D. Duarte esposa D. Leonor
de Aragão. O infante D. Pedro, o de Alharobas, se-
gundo filho do noivo rei João I, passa por Huesca em julho
de 1388, no regresso da sua delibada viagem e no ano se-
guinte casou com D. Isabel, filha do último Conde de Urgel,
recebendo alguns semelhantes a do herónimo, irmão de
D. Alonzo II. Como resultado deste enlace seu filho, o
Conde de Urgel, D. Pedro, antes do Povo de Alharobas de
Huesca e da ilha de la Mancha, visita João I, João I
pretendendo a coroa de Aragão, recebendo desde então de
lado ao tempo de João I, os capitais de Castela, onde de-
tante este tempo, se intitulou Conde de Huesca e Rei de
Aragão, da Sicília, de Valença, das Marchas, da Sardenha
e da Corcega.

Concluído nos séculos XII e XIII a cultura científica de
Castela e da Catalunha teve gostoso acolhimento na corte por-
tuguesa, onde se foram acumulando recursos de saber que, no
século XV, sob o impulso do infante D. Henrique, produziram
um novo progresso da ciência náutica. Substituiu-se, na navega-
ção, o método das distâncias e rumos, usado no Mediterrâneo,
pelo de rumos e alturas; e as cartas, os instrumentos e re-
gras de marinar sofreram as modificações e melhoramentos ne-
cessários pelo avanço para o equador e regiões austrais, em
cujo caso os marinheiros portugueses, para determinação das
latitudes, isolaram novo sinal estelar, o Cruzeiro do Sul.

Collecção, Lisboa de 1914

LUCIANO FERREIRA DA SILVA



MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA,
DE LISBOA.

FOT. DE FURTADO & REIS





MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA,
DE LISBOA

FOT. DE FURTADO & REIS



O MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

DATA de 1911 a separação em dois Museus — de *Arte Antiga* e de *Arte Contemporânea* — do velho espólio de primitivos e modernos, até ali apenas armazenados no palácio pombalino das Janelas Verdes.

O que desde então ficámos devendo aos dois homens a quem o Estado, num momento raro de lucidez, entregou a sua direcção, está-o dizendo o prestígio, já hoje europeu, pelo menos nos meios artísticos, da ordenação que José de Figueiredo imprimiu ao seu Museu, e a originalidade com que o Museu de Arte Contemporânea nos apareceu agora, transformado pelo gosto de Columbano.

Numa colecção heterogénea, com tendências de escasso valor, dentro da exiguidade do espaço de velhas dependências conventuais, e com a miséria duma dotação insuficiente, o mestre fêz o milagre, tirando partido dos próprios obstáculos, de dar a cada obra o ambiente que melhor a valoriza, expondo-a, quando forte e segura, como o retrato dum Lupi, à clara iluminação das galerias, e recolhendo a arte mais discreta da aguarela e do pastel à intimidade de santuários de cripta, em que os artistas, aí mais tranquilos e confiados, nos podem revelar as suas emoções.

Neste controvertido debate — se a direcção dum Museu compete aos críticos e historiadores de arte ou aos artistas profissionais — Portugal pode dar o depoimento interessante (e excepcionalmente feliz numa terra onde quási todos os homens estão fora do lugar que lhes compete) da solução mais judiciosa e lógica, porque confiando a Arte Antiga, que envolve problemas de crítica e cronologia, de filiação, *expertise*, ao seu mais eminente crítico e historiador, e a Arte Moderna ao mais alto artista do seu tempo, vê agora na obra admirável que ambos realizaram nos respectivos

LUSITANIA

Museus o mais grato fruto duma escolha inteligente e justa. O arranjo e a selecção duma colecção antiga ou moderna exigem acima de tudo uma qualidade essencial — que êstes dois homens excepcionalmente possuem — o gôsto; mas dentro das responsabilidades dum Museu Nacional, que já são grandes, as dificuldades a vencer são de ordem diversa. Na *arté antiga*, os problemas da identificação, da cópia e da parede surgem a cada momento, pondo a competência técnica, a erudição e a visão intuitiva do perito em jôgo. Por outro lado, e pelo que respeita ao público, a perspectiva do tempo e a comunidade dos juízos críticos sôbre os velhos mestres, a magia da pátina, o encanto do passado e até o préstigio da sua valorização comercial, tudo auxilia e concorre, se não para a integral compreensão, pelo menos para a estima e admiração da arte antiga.

Com a *arte contemporânea*, se a sua selecção e crítica exigem menos cultura de arqueologia artística e uma competência técnica menos especial, o problema do gôsto é aqui mais delicado, exigindo um eclectismo mais largo e mais difficil, tolerante para a diversidade de concepções estéticas em conflito por vezes apaixonado, aberto a tôdas as inovações audaciosas e até às extravagâncias duma evolução em marcha. O artista que as julga, decide da sua aquisição e por fim as incorpora na história que o seu Museu tem de reflectir, há de vencer por certo relutâncias do próprio sentimento e gôsto, tanto mais fortes quanto mais caracterizada é a sua personalidade; perdoar insuficiências de *métier* para não omitir certo aspecto de sensibilidade e acatar os *futurismos, cubismos, dadaismos, expressionismos*, destrinchando o que por-ventura haja de perdurável no efémero das modas. Tem de possuir, em-fim, esta qualidade, rara entre os homens, de admirar os confrades seus contemporâneos — o que tudo põe à prova, em plena gestação dolorosa dá sua própria arte, a subtilidade e a segurança do seu gôsto e até as próprias qualidades morais de abnegação e imparcialidade.

É seguir e julgar da batalha em plena acção — o que é, não digo mais difficil, mas pelo menos mais perigoso que criticá-la mais tarde à luz da história.

Pôsto isto, é oportuno perguntar talvez, agora que o nosso pri-

ARTE CONTEMPORÂNEA

meiro Museu de Arte Contemporânea vai reabrir, se os artistas do nosso tempo estão realmente ali representados conforme os seus méritos e por uma escolha de obras essenciais.

O direito de prioridade dos museus, nas aquisições das exposições, é uma legítima preferência de que os artistas devem ser os primeiros a louvar-se. A sua reputação duradoura basear-se há essencialmente na forma como os museus os revelarem ao público, que perde facilmente a memória das exposições anuais, desconhece as pequenas collecções privadas, mas guarda e revê através dos tempos o que dêles se fôr arquivando e patenteando nos museus do Estado.

¿ Está a arte destes três quartos de século — a arte que abrange cêrca de quatro gerações — lisonjeira e suficientemente representada no nosso Museu Nacional ?

¿ Traduz êle e revela ao amador, de dentro e fora do País, o carácter, a evolução e as tendências da arte portuguesa dos tempos modernos ?

Seria ousado afirmá-lo. E não é êste o momento próprio para desenvolver esta impressão.

Lupi, que Columbano tanto tem contribuído para valorizar, é talvez o único que o Museu vem verdadeiramente revelar com êsse assombroso retrato da mãe de Sousa Martins, obra-prima do mestre e da pintura do seu tempo, que da vizinhança dum busto de Soares dos Reis tira realce sem se ofuscar.

Não desejaria que destas notas, essencialmente destinadas a saudar a reabertura do Museu de Arte Contemporânea e a obra do seu ilustre Director, ressaltasse a impressão de que, fazendo justiça ao artista, lhe attribuo responsabilidades na representação dos nossos artistas contemporâneos. ¿ Como pensá-lo se Columbano é logo a primeira vítima dêste mal, — embora seja incapaz de dar por isto, absorvido como se acha na obra colectiva do Museu, — e se a causa é a *exigua dotação de que o Museu dispõe* para as oportunidades que se lhe oferecem de aquisições mais valiosas ? O mestre ainda há pouco nos confiava a sua mais recente desolação de ver perder-se para o Museu uma bela obra de Silva Pôrto, que a miséria duma dotação irrisória o obrigou a recusar.

A incultura geral torna difícil às entidades que repartem os dinheiros públicos compreenderem que o que atesta e fica da civilização dum povo é essencialmente a sua literatura e a sua arte e que

das próprias indústrias só as artísticas atingem prestígio histórico. Suprima-se a obra dos homens de letras e dos artistas, de Antero de Quental e de Eça de Queirós, de Oliveira Martins e de João de Deus, de Soares dos Reis e de Silva Pôrto, de Ramalho Ortigão e de Rafael Bordalo, para só falar nos mortos, ¿ e que fica afinal da segunda metade do século XIX que nos prestigie? Ainda a glória dos escritores dispensa a protecção do Estado, porque a sua divulgação depende apenas de serem lidos e comentados com inteligência; mas os artistas, dispersa a sua obra pelas colecções particulares, em geral inacessíveis e até mesmo desconhecidas do público, ¿ que destino os espera se os Museus Nacionais, por escassa dotação, não puderem ir escolhendo e conservando a memória viva da sua melhor arte e expondo ao amator, à crítica e à história os documentos mais originaes das suas personalidades?

Feita, porém, esta restrição, não ao esforço do organizador, que foi admirável, mas ao valor intrínseco do recheio, que Columbano aliás valorizou extraordinariamente, graças a virtuosismos de harmonia e a uma discreta distribuição, é justo considerar e admirar agora todo o partido que desta matéria, nem sempre valiosa, o mestre consegue tirar só pelo ambiente que lhe criou.

Na arte portuguesa há sempre um pouco de timidez, de candura e de confissão; como disse ainda recentemente o sr. Aubrey Bell da literatura, é ainda o subjectivismo que marca. Columbano criou a esta sentimentalidade dos nossos artistas o ambiente de discreta intimidade que melhor acolhe a sinceridade da sua emoção, e protege a timidez de concepções sem ambição, contra as vastas paredes e os altos pés direitos das clássicas galerias de Museu. A arte portuguesa contemporânea falta em geral o sentimento largo da composição ou um vasto espírito decorativo; exprime-se melhor nas pequenas telas, *pochades* impressionistas, de paisagem, scenas de interior e natureza morta ou o naturalismo do retrato. Mas estas notas, por vezes cheias de pitoresco e de encanto, transportadas para uma galeria de Museu, perdem-se na vastidão desproporcionada dos muros, ou sentem-se, como certas almas, isoladas no meio da multidão que as envolve.

Columbano trouxe-as, porém, carinhosamente, para o recolhimento de velhas dependências conventuais, colocou-as audaciosa-

ARTE CONTEMPORANEA

mente sôbre um fundo branco de paredes caiadas, nivelou as telas maiores quasi connosco, e entregou-as, entre pilares de cripta, à intimidade do seu sonho, numa meditação de clausura.

Dir-se-ia que a mesma vida discreta e contemplativa que inspirou estas aguarelas, desenhos, pastéis e gravuras, teceu em volta de si, na humildade franciscana da cal e nas encantadoras proporções da cela, o seu casulo de crisálida. Por isso nos é dada por vezes esta ilusão, rara em Museu, da descoberta inesperada duma determinada mancha exposta sem teatralidade e cuja pequenina chama emotiva arde tão perto de nós que toca a nossa sensibilidade.

O *hall* da escultura é outro triunfo do gôsto do mestre, que resolveu o problema árduo de reunir numa sala única, não só a obra, naturalmente pouco homogénea, de três gerações, mas de harmonizar matérias diversas como o gesso, o mármore e o bronze.

Columbano associou aqui ao seu génio ordenador o saber e o gôsto do grande mestre do classicismo sr. José Luís Monteiro, cuja decoração architectural, baseada em tons marfim e cinza, derrama uma luz que envolve a obra dos nossos escultores numa auréola de doçura, que afaga o naturalismo da *Viúva* de Teixeira Lopes, corrige as exuberâncias plásticas e a sensualidade por vezes excessiva de Francisco dos Santos e exalta em-fim o génio de Soares dos Reis. Tudo aparece secretamente fundido na harmonia de um sentimento comum, que marca através das épocas a mesma unidade de sentimento da escultura nacional—sôbria, calma, terna e séria, a qual, desde os mestres medievais de Coimbra, e através o *São Bruno* de Manuel Pereira em Burgos, revive no génio de Soares dos Reis, que tem aqui o mais importante núcleo da sua obra, em que domina o encantador mármore da Condessa de Vinhó e Almedina e o busto da *Inglesa*—obra de síntese em que se reflecte uma raça.

REYNALDO DOS SANTOS

O SÉCULO XVII

I

ENTRE as mentiras convencionais da nossa história destaca-se o descrédito do século xvii como uma das mais universalmente aceites. Século em que a Companhia de Jesus exerceu uma verdadeira ditadura moral e intelectual, ennegrecê-lo é dever de quantos, mordidos pelas piores gafas anti-clericaes, ainda se gastam no salivoso e anacrónico ódio contra os Jesuitas, verdadeiros obreiros do Portugal-Restaurado,—do Portugal, cujas virtudes tão sólidas como modestas são o admirável recheio dêsse não menos admirável século xvii.

Motivam as presentes reflexões o volume, recentemente apparecido,—*O Seiscentismo em Portugal*, do dr. Manuel Múrias. Espirito disciplinado por uma prudente cultura, Manuel Múrias pertence a um reduzido, mas iluminado escol de moços que já descreram da mera eventualidade da renovação da pátria por virtude duma simples transformação politica, para plenamente entregarem as suas esperanças à ressurreição integral das directrizes obliteradas do génio portuguez. Considerando o problema da revisão da nossa história como fundamental, logo lhe atraiu a atenção recolhida e douta o recolhido e douto século xvii. Cabe a Manuel Múrias a glória de haver, numa visão de conjunto, intentado a reabilitação dum largo período da nossa actividade nacional, ainda que aproveitando materiais carreados por outros, mas com um restrito fim monográfico. Efectivamente, desde Joaquim de Vasconcelos, arredando com mão segura o acervo de calúnias que ennodavam a figura del-rei D. João IV, a Edgar Prestage e a J. Lúcio de Azevedo,—um, contornando enèrgicamente o complicado perfil de D. Francisco Manuel de Melo, o outro elevando à memória do Padre António Vieira um sólido e imperecível monumento, o século xvii já entrara como tema preferido nos trabalhos dos nossos eruditos

LVSITANIA

mais reputados. Faltava-nos, porém, uma ementa do que êle fôra, não em aspectos parciais e destrucados, mas como unidade sintética dentro do plano geral da nossa história. Sem a pretensão de arrumar o assunto, Manuel Múrias conseguiu dar-nos um volume fácil e persuasivo, em que se restitui ao Seiscentismo o sentido das suas magníficas contribuições, tão adulteadas e tão pervertidas por uma crítica sectária depois.

Quere-me parecer a mim que o descrédito do século xvii não é apenas obra da falsa e superficial historiografia do século passado. Sobre de-certo a Pombal, a êsse nefasto e vigoroso desnacionalizador, rendido por completo aos métodos da Enciclopédia, — sobe, sem dúvida, à *Dedução cronológico-analítica*. A infamação dos Jesuitas, promovida por tão indigno como insubsistente libelo, caiu em cheio sôbre o século xvii, nascido e conformado pela inspiração da Companhia. Mas, se despidos de preconceitos, o considerarmos através da joeira dum frio e imperturbável juízo, não tardaremos a reconhecer que êle, ao lado do século xv, é um século de puro e castiço lusitanismo.

Não aludiremos agora ao esforço político da Restauração, — esforço em que as energias colectivas improvisaram uma magnífica pléiade de generais e de diplomatas, saídos quasi todos das aulas da Companhia de Jesus e em cuja escolha o dedo de D. João IV se manifesta com adestrada felicidade. Mas fixar-nos hemos um pouco na campanha intelectual desenvolvida em tôrno e a favor da Restauração por um grupo de polemistas experimentados e pertinazes. Trata-se dum capítulo da nossa história, que é simultâneamente um capítulo da história das ideas europeias. Aqui se acolheram os últimos defensores da « liberdade cristã » da Europa, numa hora em que o absolutismo real, engrossado pelos ventos da Renascença e da Reforma, estrangulava avidamente as derradeiras franquias e privilégios, tanto localistas como corporativos, legados pela Idade-Média. Se, incontestavelmente, são castelhanos em parte os tratadistas que inspiram a agitação filosófica, que a política da Restauração utilizaria com ressonância e labareda, devemos, em todo o caso, acentuar que muitos dêles, com o insigne Suarez à frente, professaram em cátedras portuguezas, crescendo ainda que, reavivado de S. Tomás e dos seus diligentes comentadores, o alto pensamento que os guiava, se pertencia ao património mental da

O SÉCULO XVII

Europa, só na Península encontrou o seu último reduto, — um reduto firme e consciente. Em face da galhardia com que os nossos polemistas de Seiscentos, educados em tão segura formação, combateram, contra o Direito-Romano dominante, o conceito patrimonial do Estado, não nos aventuraremos a uma afirmação leviana se os saudarmos como os precursores das modernas correntes nacionalistas. Sustentavam já eles então, contraditando as copiosas apologias filipinas, divulgadas por toda a Europa, que « os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis. » E, por que outros não eram as lições e os ensinamentos dos Jesuitas, compreendemos agora porque, um século a seguir, o marquês de Pombal os expulsaria por « *monarcómacos & sequazes dos republicanos* ». Os Jesuitas, sequazes dos republicanos, é de estarrecer, na verdade, Mr. Homais na sua botica em Rouen!

Este aspecto do nosso Seiscentismo, cuidadosamente assinalado por Manuel Múrias no seu excelente estudo, relaciona-se de perto com uma questão não menos acalorada, em que as nossas duas Universidades (Coimbra e Évora) figuraram igualmente como teatro. Aludo ao « molinismo ». Não ignoro que o livro do jesuita Luís de Molina, professor da Universidade de Évora, sobre a concordância do Livro-arbítrio com a Graça, apareceu em Lisboa no ano de 1588. Mas um século no seu significado cultural e social não coincide as mais das vezes com os seus limites cronológicos. E quanto a mim, o século XVII, filho da Contra-Reforma, não é senão a demonstração de quanto se ajustaram à parte sã da alma portuguesa as direcções dadas em Trento à catolicidade em crise. Ora o « molinismo » não se enquadra já no grande desvario de Quinhentos e corresponde inteiramente à mentalidade que dirigiria o nosso Seiscentismo. Conquanto espanhol, Luís de Molina, como todos os Jesuitas, achou entre nós maior eco de que na sua própria pátria, onde um virtuoso dominicano, fr. Domingos Bañez, confessor de Santa Teresa, o impugnou ruídosamente. ¿ A que conclusões chegava o « molinismo »? Obtiveram as suas disputas uma ampla repercussão europeia e não suponham que versavam uma querela inútil, — um bisantinismo de argumentadores infatigáveis. Não! Defensores da liberdade política contra a concentração absolutista, os Jesuitas mostraram-se da mesma maneira,

LVSITANIA

e com a mesma veemência, defensores da «liberdade interior», — da «autonomia individual», seriamente ameaçada pelos excessos da doutrina da Predestinação, que suprimia tôda a humana iniciativa. As teses de Molina honram a Companhia de Jesus e as nossas escolas. E no seu *Condenado por desconfiado* um outro Molina, — Tirso de Molina —, castelhano também, dar-lhes-ia expressão literária inolvidável.

Aponta Manuel Múrias no seu volume com suma acuidade a característica fundamentalmente intelectual do século xvii. Século da prosa portuguesa, — século da fixação da língua, o define Manuel Múrias. Se as arcarias e as musicalidades excessivas do neo-classicismo conferem abundância e dinamismo ao idioma, enfim estabilizado, o folc-lore, com exemplo nos *Apólogos dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, imprime-lhe imprevisito, sabor e até picturalismo, — coisa rara nas literaturas contemporâneas, exceptuada a espanhola. Mas a linguagem, assim apurada, não se detinha num mero exercício verbal, — num exclusivo arranjo plástico da palavra. Se as modas poeticas gafam com maneirismos de importação a nossa frondosa árvore lírica, não se veja nisso um sinal ou estigma de decadência! A viçosa floração mental do século xvii certifica-nos do contrário. E não é debalde que Manuel Múrias sumaria os serviços dos nossos missionários, — Jesuitas, sobretudo, prezados ao conhecimento das línguas exóticas, preparando com recuada antecipação o caminho à filologia comparada. Título êsse de glória, que é preciso reivindicar para os que, porventura, duvidem de que houve uma «sciência portuguesa», ajuntemos-lhe ainda o do «Suarismo», oportunamente recordado por Manuel Múrias num momento em que a reviviscência da Escolástica tanta actualidade dispensa ao desprezado labor dos esquecidos mestres coimbrões.

Viajando em Portugal à volta de 1875, observava a tal respeito Menéndez y Pelayo, ainda rapaz: — «*Hombres en lo demás doctos y juiciosos, estan llenos de preocupaciones respecto à la antigua filosofia, y solo asi se explica el que tengan olvidados por completo a los comentadores de la Escuela Conimbricense y para nada tomen en cuenta el desarrollo del Suarismo en Portugal que fué tan notable.*» E o brilhante poligrafo acrescenta: — «*Los libros más recientes vienen llenos de declamaciones contra la filosofia de los jesuitas, como si*

O SÉCULO XVII

estuviesemos aun á la altura del siglo xviii.» O reparo de Menéndez y Pelayo atinge no íntimo a teia de falsidades em que até hoje o Seicentismo se enredou entre nós. Vítima da superficialidade gárrula do século xviii, o nosso Seiscentismo sofreu o descrédito que sofreu a Escolástica com a vitória das filosofias fáceis da Enciclopédia. Para que se aprecie a amplitude de tamanho desvio que nos levou a atirar para o limbo dos farrapos anónimos um dos mais inconfundíveis capítulos da nossa vida cultural, não falarei do renascimento do Tomismo, com o seu centro irradiador em Lovaina, nos termos em que falaria um publicista católico. Prefiro que escutemos um testemunho insuspeito, — o dum agnóstico confesso, Gonzague Truc, no seu livro, *Le retour à la Scolastique*. Diz-nos êle: — « *La tradition philosophique arrêtée au xviii.^e siècle, sait-on que c'est avec l'esprit humain que l'on rompait? Voici donc que l'Eglise reprend son vieux rôle, qu'elle recueille pour la conserver, à travers l'indifférence ou l'hostilité des Barbares, la sagesse des anciens jours.* »

Considera Gonzague Truc a Escolástica como uma extraordinária resultante da prudência de Aristóteles e do arrôjo de Plotino, — « como o melhor da meditação antiga vivificada e penetrada pela sensibilidade cristã. » Para Gonzague Truc a religião não foi a única atingida, quando no século xvi a Reforma inaugurou o puro individualismo. « *On a dit non et à l'autorité dogmatique, et à la discipline, et aux trésors du passé. On a tout daté de soi. On a imposé à l'esprit d'oublier le travail des siècles, de recommencer sur nouveaux frais.* » E o autor do *Le retour à la Scolastique* concretiza o que significou para nós, ocidentais, o repúdio da Escolástica, *perennis philosophia*: — « *Au fond, l'œuvre du monde moderne a consisté en ceci, à dresser un esprit issu de l'âpre génie des peuples envahisseurs contre la domination intellectuelle des peuples méditerranéens...* » Opõe Gonzague Truc aos desvios da inteligência contemporânea a Escolástica, — Gonzague Truc, cujo agnosticismo é necessário ter bem presente, para que o seu depoimento se pese nas suas condições de imparcialidade perante a Igreja, o que o valoriza excepcionalmente para a nossa demonstração. Assim na incapacidade construtiva dos vários subjectivismos filosóficos que pretenderam substituir a Escolástica, esta «*reste*

LVSITANIA

donc le témoin perpetuel de la seule pensée valable et la règle où les diverses disciplines doivent se venir mesurer. Não sei de apologia mais calorosa de que a de Gonzague Truc! O seu livrinho contribuirá indubitavelmente para transformar as opiniões correntes, depois do ascenso do falso racionalismo, sobre o alcance e os méritos da Escolástica. Êle ajuda-nos a restituir ao seu lugar perdido os velhos mestres conimbricenses, que já Menéndez y Pelayo, ha quasi cinquentá anos, achava envoltos num injusto e, para nós, deprimente esquecimento.

Podemos agradecer ao falecido e ilustre doutor Ferreira Deusdado o inventário da doutíssima actividade dos comentadores coimbrões no seu precioso opúsculo *La philosophie thomiste en Portugal*. Mencionemos o jesuita Pedro da Fonseca, que alguns apelidam de « novo Aristóteles » e que Menéndez y Pelayo nos indica como influinto grandemente na formação e na enunciação do « molinismo ». Na difusão e no comento do « Suarismo » nomearemos os padres Baltasar Teles, Manuel de Góis e Sebastião do Couto, — os dois últimos autores do célebre *Curso de Artes*, publicado pelo Colégio Conimbricense, sendo a Lógica de Couto e o demais de Manuel de Gois. Foi europeu o *Curso de Artes* e debaixo da designação geral de *Commentarii collegii Coninbrensis* serviu de texto de ensino a tôda a Europa culta. Mede-se já a importância de quanto nos roubou, falseando a interpretação exacta do século xvii, o anti-jesuitismo, contaminado por Pombal e pelo Enciclopedismo aos nossos pretensos críticos e historiadores. Ninguém ignora que, num desdém vexatório pelo latim, Inocêncio só registou no seu *Dicionário bibliográfico* os autores que escreveram em português. Repeliámos dêste modo um jesuita como Manuel Álvares, a quem se deve o *De Institutione Grammatica libri tres*, — compêndio notabilíssimo, igualmente espalhado por tôda a Europa, e o mercedario fr. Serafim de Freitas, catedrático em Valladolid e eminente refutador de Grocio no seu *De justo imperio Lusitanorum asiatico*. Não falando nos orientalistas fr. Jerónimo de Azambuja (Oleaster) e fr. Francisco Foreiro, teólogos ao concílio de Trento e insignes tradutores dos sagrados textos hebraicos. Bem nos recordamos que cronologicamente fr. Francisco Foreiro e fr. Jerónimo de Azambuja são do século xvi, mas intellectualmente encorporam-se já na corrente culta que originou

O SÉCULO XVII

e alimentou o nosso Seiscentismo. Tanto fr. Jerónimo de Azambuja, como fr. Francisco Foreiro, não se limitam nos seus trabalhos a uma versão rigorosa das Escrituras. Nos *Commentarii in Pentateuchum Moysi*, fr. Jerónimo Oleastro empenha-se em procurar o significado genuino e primitivo de cada palavra hebraica, subindo às suas etimologias e corrigindo, inclusivamente, a versão dos Santos Padres em bastantes passos. Fr. Francisco Foreiro, na sua tradução das *Profecias de Isaias*, emprega processos idênticos, oferecendo-nos um notabilíssimo comentário filológico sôbre os idiotismos da língua hebraica. Adicionemos aos seus nomes o nome do crúzio Pedro de Figueiró, ao qual, pela sua perícia no domínio e cultivo das letras sacras, chamaram os seus contemporâneos « *alter Hieronymus* ».

Com semelhante preparação e tais antecedentes compreendemos já sem custo a que elevação intelectual nós subímos no século xvii. Insisto pelo carácter tridentino do nosso Seiscentismo, — pela perfeita ortodoxia do seu pensamento e das suas tendências. Não porque me dirija agora qualquer intenção apologética. Mas, colocado em pleno critério objectivo, para que se destrua de vez o aleive injustificado que tem êsse século como uma pausa humilhante na nossa história, acusando nêle os frutos duma longa e asfixiante tutela eclesiástica. A minha tese é a tese do dr. Manuel Múrias, — tese que me facilitou motivo para as breves glosas com que a estou torneando. Exactamente, nos moldes e direcções impostas pela Contra-Reforma à sociedade portugueza, é que reside o segrêdo do florescimento lusista do nosso Seiscentismo. Na *Introdução ao Dicionário da Língua Portuguesa*, de Pedro José da Fonseca, e impresso pela Academia em 1793, confessa-se louvavelmente que « *a idade mais elegante da pureza da nossa língua deve contar-se desde o ano de 1540 em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que El-Rei D. João III nela estabeleceu.* » Eis o reconhecimento dum facto que só por si enche de luminosidade o século xvii: graças ao ensino humanista, como os Jesuitas o professaram, a nossa língua se estabilizou na pena dos Seiscentistas, — e estabilizou-se numa prosa onde mergulha as suas raízes quanto, no falar portuguez, existe de sóbrio, de grave e de definitivo.

Eu não quero converter os meus leitores à admiração da

Companhia de Jesus. Exijo-lhes apenas, como homens cultos e de boa-fé, que a encarem e julguem sem prevenção de espécie alguma. Um livro lhes recomendo, embora êsse livro seja sectário no debate de mais duma questão. É o estudo de H. Boehmer, professor da Universidade de Bonn, — um dos redutos do protestantismo intelectual, e traduzido para francês pelo calvinista Gabriel Monod, — *Les Jésuites*. Basta a leitura da obra de Boehmer para despojar de preconceitos inadmissíveis, no caso particular dos Jesuitas, quem se reja pelas luzes serenas da inteligência. Ora nós, portugueses, não podemos, na verdade, separar a nossa história da história da Companhia. Boehmer honestamente classifica como errôneas as imputações que atribuem a nossa decadência aos Jesuitas. A revisão do processo do século xvii põe-nos em frente da Companhia, levando-nos a verificar que, século jesuítico por excelência, é também essencialmente um século português, desde a medula à alma. Não constituíram os Jesuitas com os seus colégios e os seus professores um cerrado mandarinato para raros e escolhidos discípulos. Apostolizaram como poucos as primeiras letras e à Companhia se agradece a instituição e difusão da que hoje entendemos por « instrução secundária ». Resolveram assim os Jesuitas hábilmente o problema do « humanismo ». O mal da Renascença, com conseqüências bem funestas na dissolução individualista dos nossos dias, consistiu em arvorar o ideal humanista como *tipo* ou *fim* de vida. Apropriando-se dos recursos que as « humanidades » traziam à cultura geral do espírito, os Jesuitas utilizaram o « humanismo », não como uma *finalidade*, mas como um *meio* ou *elemento* de formação mental. Como o renascimento do Tomismo lhes dá hoje razão no seu apêgo à filosofia tradicional, não os reabilita menos a defesa recente e unânime das « humanidades » como clarificadoras do espírito nos adolescentes. Coincide o período escolar em que as « humanidades » se freqüentavam com um período grave no nosso desenvolvimento moral e físico. Oiçamos Léon Daudet no seu formidável discurso, pronunciado na Câmara dos Deputados francesa em 27 de Junho de 1922, sobre a influência das « humanidades » no ensino secundário: — « *Vous savez que la maladie du jugement, qu'on appelle, d'après la racine grecque, l'aphronie, de a privatif et — phronos jugement, est un trouble*

O SÉCULO XVII

cerebral et corporal qui prend les enfants à l'âge de onze ans et les accompagne jusqu'à l'âge de vingt ans, l'âge de l'échéance philosophique, des connaissances métaphisiques qui libèrent la personne humaine des préoccupations exclusives de l'instinct sexuel.» E Daudet adita: — «*Pendant cette période, je considère que les humanités, même sous la forme réduite ou elles sont enseignées, sont la meilleure assise du jugement.*»

Não nos é possível seguir Léon Daudet na dedução das suas considerações. Mas o pequeno trecho reproduzido intima-nos a importância capital das «humanidades», não só como método de ensino, mas também como tratamento eficaz da psicologia tão revolta e desencontrada da adolescência. Explica-se, pois, o sucesso da acção pedagógica dos Jesuitas, que entre nós, — no debatido século xvii, sobretudo —, se disciplinaram inteligências, criaram, principalmente, «homens». Com êsses «homens», provindos dos colégios da Companhia, se levantou e consolidou a fábrica difícil do Portugal-Restaurado, — dos seus generais, dos seus diplomatas, da sua burguesia, aos seus escritores e aos seus missionários. É um século em que, ao lado dum Salvador Correia de Sá, dum marquês de Marialva, dum D. Sancho Manuel, dum Matias de Albuquerque, no campo das batalhas, se perfilam nas pugnas subtis da política externa um Francisco de Sousa Coutinho, um Andrade Leitão, um João Rodrigues Sá e um António de Sousa de Macedo. Não nos faltam economistas, como que tocados dum antecipado sentido nacionalista, em Manuel Severim de Faria e em Duarte Ribeiro de Macedo. Sobrepuja a todos pela multiplicidade das suas aptidões o Padre António Vieira, — expressão invulgar do Sonho e da Acção. É um século em que se *constrói*, — desde as fortificações de Elvas, exemplar completíssimo do sistema Vauban, aos inumeráveis edifícios militares e civis, que as necessidades sociais e políticas da Restauração nos exigiam. Há uma justa correspondência em tôdas as camadas nacionais, — uma como que equilibrada e salutar função de osmose e endosmose. O povo preenche com bela matéria-prima os quadros da pátria que se reedifica. E porque os Jesuitas exercem uma intensa ditadura nas almas e nos cérebros, não o suponham mergulhado no obscurantismo das inevitáveis declamações duma história para gastos folhetinescos!

LVSITANIA

Conhece-se uma memorável consulta da *Mesa de Consciência e Ordens* dos fins do século xvi que nos ajuda a reconstituir a divulgação do ensino, levada a efeito pelos Jesuitas. «Essa consulta, — elucida o malogrado doutor Ferreira Deusdado nos seus *Educadores portuguezes* —, quer atalhar à falta de homens para outros exercícios lícitos e necessários da nação e mostra os inconvenientes que há em haver em Portugal muitos letrados pela facilidade com que pais tanto nobres como mecânicos, ainda que pobres, mandam aprender latim e artes, nos colégios, gratuitos, espalhados em todo o reino. Uns vogais, querem, — continua Ferreira Deusdado —, que se fechem os colégios ficando uma só classe, paga à custa dos ouvintes, outros que nenhum nobre possa matricular na Universidade mais de dois filhos e o mecânico um só e o cristão novo nenhum, sem especial licença do Rei, porque ainda desta maneira sobejarão letrados nestes Reinos». Recortado de José Silvestre Ribeiro na sua *História dos estabelecimentos scientificos e literários*, chama Ferreira Deusdado em seu refôrço um excerto de Faria e Sousa. É como segue: — «O Cardeal D. Henrique fundou em Évora um sumptuoso Colégio e Universidade para os Padres da Companhia, onde têm escolas gerais de que se aproveitam os naturais daqueles sitios, com tal concorrência que vindo muitos para isso a deixar a cultura dos campos, em cujo exercício se criaram, a perderem-se muitas terras que produziam fertilmente o sustento de grande parte do Reino, levado por isso à necessidade de pedir pão aos seus próprios inimigos.»

Tão ligados ao viver íntimo de povo, não se admite mais a declamada lenda de obscurantismo que envolve simultaneamente os Jesuitas e o século xvii! Não se afirma nenhum paradoxo se dissermos que êsse é o século em que, proporcionalmente, a cultura geral se acha difundida com maior largueza e penetração. Século de Sebastianismo ignaro, — obtemperará em defesa última quem se atreva a permanecer fiel aos conceitos herdados da *Dedução cronológico-analítica*. Século de Sebastianismo, efectivamente, — corroboro eu, mas sem que à palavra «Sebastianismo» atribua um sentido de baixa e estigmatizante alucinação. Se há em Portugal um período da sua história mais estruturalmente intelectual, — insisto —, é, fora de dúvida, o século xvii. ¿Como explicar então, a não ser por uma rara

O SÉCULO XVII

psicose colectiva, o sonho, a crença comum no Encoberto, de que participam ardentemente, antes e depois da Restauração, nobres e plebeus, ganhões e catedráticos? Motivo para extensas lucubrações, o Sebastianismo, como « religião da Esperança » e como « mito nacional », não merece os desdêns dos que objectiva e racionalisticamente se ocuparam dêle, desde o confuso e babilónico José Pereira de Sampaio (Bruno) a J. Lúcio de Azevedo e António Sérgio. Urge, porém, que o ilibemos das constantes ampliações romanescas que a cada hora o adulteram, tornando-o em teta esfalfada dumã não menos esfalfada bastardia lírica. Antes de tudo, no Sebastianismo revela-se, transfigura-se, a aptidão universalista do génio nacional. É semelhante aptidão o sinal peculiar e próprio da alma hispânica. Ainda recentemente Oswaldo Spengler, tão afamado pelas suas teorias catastróficas acêrca do futuro da « civilização ocidental », asseverava que os « espanhóis », primeiro que ingleses e prussianos, souberam dar à civilização europeia ideas universais. Tais ideas resumem-se no ideal católico, que a Península desposou como seu, ditando-o e servindo-o como uma projecção da sua fisionomia espiritual. A designação de Spengler: — « espanhóis » é preciso corrigi-la por « hispânicos », para que, mais exacta, abranja assim « portugueses » e « castelhanos ». Ora a tendência espontânea para a hegemonia mundial, equivalente ao *ville zur Macht* faustiano, que Oswaldo Spengler reconhece nos « hispânicos », entrega-nos a chave da concepção sebastianista.

Se o temperamento dogmático e sêco do castelhano, como nascido e medrado nas solidões pensativas do Meseta, o empurra para manifestações exclusivamente *individuais* e *individualistas*, como o *D. Quijote*, as gentes da ribeira atlântica, dispondo dumã outra sociabilidade e senhoras dumã feição lírica inconfundível, encontrariam no relêvo dumã criação anónima o herói que lhes personificasse as aspirações, a um tempo comunitárias e imperialistas. A condição especial do Luso dentro da família peninsular, objecto de longos debates, fixa-se tipicamente no caso do Sebastianismo. Claro que « Sebastianismo » significa e importa um conjunto de sentimentos e de fôrças morais que excede a figura restrita de D. Sebastião, o qual foi o seu condensador. Entrelaçando agudamente a origem da crença sebastica com as entranhadas raizes do lirismo português, nota

LVSITANIA

algures Menéndez y Pelayo : — « *No es vana la antigua tradición que pone en Portugal o en Galicia la cuna del Amadis y de la mayor parte de los primitivos libros de caballerias, derivación muy libre y muy españolisada de los cuentos galeses y armoricanos. Allí debieron nacer por la misma ley de misterioso atavismo celtico que llevó a los portugueses à la conquista del Mar Tenebroso, fascinados por el espejismo de las islas encantadas y de la leyenda de S. Brandam, y que à través de los siglos renueva hasta en sus minimos pormenores el mesianismo del Rey Artur, rex quondam resque futurus, en la esperanza nunca desfallecida y siempre renaciente, de los que todavia aguardan en dia de niebla por la foç del Tajo al Rey Don Sebastian, redentor de su raza y fundador del sexto (sic) imperio apocalyptico.* »

O parentesco evidente do mito do Encoberto com o mito do Rei Artur obrigava Menéndez y Pelayo a recorrer para um recuado fundo étnico, que o insigne polígrafo qualificava de « céltico », forçado pelo celticismo erudito da época em que escrevia. Sem discutirmos agora qual a natureza dêsse *substratum* étnico, — se céltico, se ligure, ou se até ibérico, convém recordar que na sua *Historia de los heterodoxos españoles*, Menéndez y Pelayo, encostado a um passo célebre de Suetonio, nos fala duma sibila de Clunia, — *fatídica puella*, que prometera à sua tribu oprimida um salvador no futuro. Para os que se gastam a denunciar o Sebastianismo como uma afloração espúria do messianismo judaico, tanto as suas afinidades com o mito de Artur, como o facto apontado da *fatídica puella* de Clunia, emancipam-no prontamente dessa indicada ascendência israelita. Os elementos bíblicos que transitaram para a religião sebástica forneceu-lhos a mística cristã. Na hora de Seiscentos, em que aparecia o opúsculo de Lucindo Lusitano, (Luís Marinho de Azevedo), em favor de D. João IV, — *El Principe encubierto, manifestado en quatro discursos políticos exclamados al rei D. Philippe IV de Castilla*, Lisboa, 1642, corria também em Madrid *El principe escondido (Meditaciones, de la vida oculta de Cristo, de los doce hasta lo treinta años)*, por fr. Marcos Calderon, Geral dos Mercedários e Prêgador de Felipe IV. A linguagem do nosso mito nacionalista ajusta-se, pois, à linguagem simbólica da Igreja. Não carecemos, por

O SÉCULO XVII

isso, de degenerar o que é flama acesa do nosso génio numa superstição passiva sem dignidade nem grandeza.

Mas eu referia-me à sibila de Clunia, — à *fatidica puella*, mencionada por Menéndez y Pelayo. Não passou ela despercebida ao nosso infatigável Martins Sarmiento. Em nota a pags. 273-274 dos seus *Argonautas (Subsídios para a história antiga do Ocidente)* consigna o doutíssimo arqueólogo: — « Para completar a sua obra, não seria estranho que os druidas semeassem a promessa dum libertador. Não há notícias dêste messianismo na Galia; mas vamos encontrá-lo na Espanha, na Cantabria, onde menos se esperava. Quando Galba subiu ao trono, viu-se nêle o libertador do mundo, profetizado dois séculos antes por uma virgem cantábrica (Suetonio, Galba, IX)... O noroeste da Espanha foi talvez o refugio de muitos Ligures da Galia e da Inglaterra. ¿É de alguns dêstes países que vem o misterioso messianismo dos Cantabros? » Se Martins Sarmiento atendesse à irmandade em costumes e instituições de Lusitanos, Galaicos, Astures e Cantabros, expressamente testemunhada por Strabão, não carecia de formular a sua pergunta. A *fatidica puella* de Clunia insere-se no mesmo fundo étnico, de que derivou depois o Encoberto. E tão autóctone tal *subtractum* se nos revela, que, relacionando-o com os primitivos cânticos galaicos, Menéndez y Pelayo, para provar o indigenato dêstes, sublinha sãbiamente nêle uma ausência total de carácter bélico. ¿Pretendo eu, por meu lado, sustentar que o Sebastianismo, como expressão dum determinado estado psíquico, seja afirmação exclusiva da árvore genealógica em que a grei portuguesa se entronca? De modo nenhum. De-certo que Sebastianismo, pròpriamente dito, é apenas nosso, mercê da figura histórica que o corporizou. Mas a ânsia messianista que o inspira pertence ao património sentimental e místico da humanidade. Acontece, porém, que, se em muitos povos ou raças há excepcionalmente um herói salvador que, derrotado, volverá um dia, para resgate e apoteose dos seus, — isto desde as fundas idades poéticas até as portas da eras contemporâneas, em Portugal a crença no Encoberto torna-se a feição predominante duma sociedade e duma época, com aquêle valor de condensação energética, conferido modernamente por Georges Sorel aos « mitos », que se apressa a não confundir com as « utopias ».

Baseado na teoria de Georges Sorel, reflexiona Vilfredo Pa-

LVSITANIA

reto : — « *Il n'existe dans l'histoire aucun peuple grand, fort, prospère, chez lequel on ne trouve les sentiments profonds et actifs qui se manifestent par un idéal, une religion, un mythe, une foi. Tout peuple, — avança Pareto —, où ces sentiments s'affaiblissent est en voie de décadence. Bien des petits peuples sont devenues grandes parce qu'ils avaient foi en eux mêmes ; un peuple qui perd cette foi est tout près de la ruine.* » O Sebastianismo, como mito nacionalista, não era, no momento agudo de Seiscentos, senão a fé exasperada da nação portuguesa em si própria. O que no Sebastianismo crepitasse de vesânia ou estultícia, como o regresso de D. Sebastião, — forma tangível da « religião da Esperança » para o vulgar das gentes, nobre e lógicamente o combateu o vigoroso espírito seiscentista. Nada melhor no-lo ensina do que a lápide famosa da « Porta do Nó » em Vila Viçosa, — lápide comemorativa da aclamação de D. João IV. Reza a inscrição, transposta a vernáculo : — « *Esta é a fatal porta dos Nós. João poderoso livra-me com a espada do nó da Espanha. Desfaz Alexandre o nó para imperar como rei na redondeza da terra ; o meu rei o desata para empunhar os scetros do Rei Encoberto. Ano de 1654.* » Tal é o sentido preciso, — a definição histórica do mito sebastico. Portugal identifica-se ao rei perdido, mas imortal. D. João IV, retomando o lugar de D. Sebastião, dá realidade ao mito e volve-o em acto permanente e vivo. Com razão declara Vilfredo Pareto que « *dans la vie des peuples, rien n'est aussi réel et pratique que l'idéal.* » Na vida do nosso povo, o « Sebastianismo » é a « personificação » dêsse ideal que o alimenta, — ideal de que o « milagre de Ourique » traduz igualmente um outro aspecto, uma outra face.

Salienta ainda Vilfredo Pareto que « *la réalité de l'idéal ne se trouve pas en soi-même, mais dans les sentiments qu'il révèle* », acrescentando que « *le contenu logique de l'idéal importe peu.* » *Ce qui importe beaucoup plus c'est l'état psychique qu'il révèle, dont il est un symptôme.* » Eis o problema do « sebastianismo » em relação ao século xvii. Rectificando a Oliveira Martins, pretende mestre Bruno no seu *Encoberto* que o historiador confundiu « dois factores diferenciados diversificadamente : o do sebastianismo e o do messianismo em Portugal ; o primeiro considerado irrisório e pertença de maniacos ; o segundo, reputado intangível, como

O SÉCULO XVII

inviolável timbre da dignidade colectiva. Um, além da adaptação de profecias estranhas, deriva das trovas de Bandarra; o outro fundamentava-se, além da tradição nacional, anónima, no juramento de D. Afonso Henriques.» Enganava-se, porém, redondamente o afanoso publicista portuense! O messianismo é que, duma maneira ou outra, representa no desenvolvimento de todos os povos um traço geral e comum. O «Sebastianismo», pelo contrário, determina a feição especial que semelhante fenómeno adquiriu em Portugal. Não há que separá-lo, portanto, da exaltação nacionalista que falsifica as actas de Almacave e utiliza mais tarde, nos combates diplomáticos da Restauração, as miragens eruditas de fr. Bernardo de Brito na sua *Monarquia Lusitana*.

Vimos já como a lápide de Vila Viçosa concretiza o significado oportunista do Encoberto. O mesmo propósito conduz à modificação da estrofe célebre do Bandarra:

« *Saya? Saya esse Infante
Bem andante?
O seu nome he Dom foam:
Correrlheam o Pendam,
E o Guiam,
Poderoso & triumphante.* »

por

« *Saya? Saya esse Infante
Bem andante?
O seu nome he Dom Joam.* »

De resto, bem antes da Restauração, o cristão-novo Manuel Bocarro Francês não fugia de apregoar, como sebastianista confesso, que, embora D. Sebastião não tivesse morrido em Alcácer, Rei haveríamos nêle, — não na sua pessoa, «mas no sangue da sua raça». Tal é a linha dorsal do sebastianismo da Restauração, que no seu manifesto *El principe encubierto* Luis Marinho de Azevedo inclui na comparação feliz do Encoberto, abrangido pela fórmula — D. Sebastião ao D. João IV = ao Deus ignoto dos atenienses, em quem a gentilidade prestava culto antecipado à

LUSITANIA

unidade do Deus Criador. Evidentemente que na massa avulsa da nação o Encoberto tomava aspectos de fetichismo baixo e depressivo. Não esqueçamos, para o explicar, o que de judaico se espalhara por entre a arraia miúda. Mas então com isso só se prova a filiação hebraica do Sebastianismo, — gritarão, vitoriosos, os opositores da minha tese. Ora escutemos o senhor J. Lúcio de Azevedo na *Evolução do Sebastianismo*, discorrendo das profecias do Bandarra:— «Ao fundo pròpriamente judaico se juntou o que da lenda de Merlim restava ainda na tradição popular, se é que não veio de Espanha com outros elementos, que o autor das *Trovas* igualmente utilizou.» Mas ¿o que é para o senhor J. Lúcio de Azevedo o «fundo pròpriamente judaico» das *Trovas*? Êle nos responde:— «Não é de estranhar o alvoroço que entre os Hebreus causavam as trovas proféticas, peçadas de reminiscências bíblicas, no sentido e na linguagem». E o illustre historiador esclarece:— «Reconheciam no Bandarra um dos seus, se não pelo sangue, no affecto aos livros sagrados, que lhe inspiravam a grosseira musa.» Pelo sangue, seguramente que não, segundo o senhor J. Lúcio de Azevedo testifica com a certidão passada pelo Santo-Ofício, — certidão que atesta não ter sido o Bandarra preso por culpas de judaismo, mas por «*fazer trovas sôbre lugares da sagrada escritura*». Os «lugares da sagrada escritura», em que o sapaiteiro de Trancoso se apoiava, vinham-lhe, como já notámos, da Bíblia, sim, mas pelo canal da mística cristã. Notarei ainda que se o «messianismo» é uma aspiração judaica, ¿o que pensaremos do Cristianismo da «parusia», ou seja do «advento do reino de Deus», durante as idades apostólicas, sobretudo? Sucede também que aos Judeus repugnava visceralmente, tanto a «ressurreição dos mortos», como a idea de «imortalidade da alma». Lembremo-nos da tragédia mental de Uriel da Costa!

E sem divagar, unicamente para assentarmos o nosso juízo, consinta-se-nos um recorte elucidativo da *História de Cristo*, do convertido italiano Giovanni Papini. Frisa-nos Papini a dificuldade com que os apóstolos e discípulos do Senhor acreditaram na sua ressurreição. Maria Madalena toma-o pelo jardineiro de José de Arimatéa e os caminheiros de Emauz como qualquer outro viajante. «Tem-se a impressão, ao lêrem-

O SÉCULO XVII

-se os Evangelhos, que os amigos de Cristo, bem longe de inventarem a sua volta, só a aceitaram constrangidos por uma triunfante evidência e depois de bastantes hesitações. É, numa palavra, o inverso, » de quanto pretendem provar aqueles que os acusam de ingenuidade ou fraude. E Giovanni Papini interroga : — « Mas porque tais incertezas ? ; Porque é que os ensinamentos de Jesus não tinham podido destruir, nessas almas lentas e indóceis, a antiga repugnância judaica à idea da immortalidade ? A crença na ressurreição dos mortos foi estranha por muitos séculos ao espírito todo temporal dos Hebreus. Encontramos rastros dela em raros profetas, — em Oséas e Daniel, não aparecendo verdadeiramente explicita senão numa passagem da história dos Macabeus. Nos tempos de Cristo o povo possuía uma confusa noção, como dum milagre longínquo que entrava no plano dos apocalipses, mas que não se realizaria antes do dia da destruição suprema. Os Saduceus negavam terminantemente a ressurreição dos mortos ; os Fariseus admitiam-na, não como o privilégio dum só, mas como a recompensa afastada e comum de todos os justos. Quando o supersticioso Antipas dizia de Jesus que êle era João ressuscitado dentre os mortos, queria dizer, servindo-se duma imagem enérgica, que êle era um outro João. » Donde o concluir Papini legitimamente : — « A relutância em admitir uma tão extraordinária infracção às leis da morte mostrava-se tão profunda entre os Judeus que os Discípulos mesmo do *Ressurrector*, que anunciara a sua própria ressurreição, não estiveram dispostos a reconhecê-la, sem primeiro se convencerem por meio de provas e contra-provas. »

Se transpusermos para o mito sebástico, em que o messianismo judaico deve desaparecer diante da « parusia » cristã, as considerações de Papini, ; o que inferiremos nós ? Que, embora a vinda do Encoberto exprima para Portugal a sua vitória no mundo, — o seu máximo poderio (Portugal-Maior, diríamos hoje), e se possa aparentar por aí ao imperialismo moral dos judeus, no mito sebástico distingue-se, em todo o caso, um elemento — o elemento predominante, que rejeita os seus supostos antecedentes hebraicos. Morto ou não na batalha, D. Sebastião tornará um dia ampliado no tempo pelo dom duma immortalidade, que, se não é eterna, é, pelo menos, *histórica*. Isto, quanto às origens poéticas do « mito », pois que a sua inter-

LUSITANIA

pretação prática já sabemos em que termos lha deu o século xvii. Creio suficientemente indicado, por um trabalho de raciocínio que o leitor suprirá no seu miúdo encadeamento, como o «sebastianismo», sinónimo de «encobertismo», é mais cristão do que judaico, — e como brotou antes da autoctonia psíquica da nossa raça, do que duma enxertia ou posterior imiscuencia hebraica.

O carácter providencial de «povo eleito», que o mito sebastico concede a Portugal, é que o assemelha, mas pelo lado dos teólogos e místicos do Cristianismo, à perda de dignidade de Israel como «nação escolhida». Socorrendo-se do «milagre de Ourique», Pedro de Sousa Pereira, no seu *Mayor triumpho de Monarchia Lusitana*, na esteira de muitos outros autores, reclamaria para Portugal a «semelhança cõ o povo de Israel, de que se lhe transferio dominio, porque «o reyno de Portugal é de eleição divina e succedeo a Israel, que o perdeo por seus peccados, e se deo às gentes que fizeram fructo n'elle de estender o nome de Deus até o Japão, que he o outro polo, cõfirmado nossa santa fe com suas vidas, a pezar de tãtos encontros dos infieis, e riscos do grãde Oceano.» Aqui se espelha bem a natureza universalista que o nacionalismo extremo do mito sebastico abrigava consigo. É o tema que preside às lucubrações de D. João de Castro, — o comentador do Bandarra, quando nos convida a crer na vinda do Desejado, para realizar a monarquia universal de Cristo, coroado o nosso D. Sebastião imperador do mundo pelo Papa Angélico.

«O Papa Angélico, — aclara D. João de Castro —, futuro contemporaneo Del Rey Nosso Senhor, constrangido pela tribulaçam grande que se erguera na Igreja, desampará Roma & fugirá para França ou para os reynos seus comarcões indo-se emfim refugiar a Portugal... No qual por expresso mandado de Deus coroará por Emperador a El Rey Dom Sebastiam, traspassando o imperio da Allemanha á Casa Real de Portugal.» E, — detalhe curioso! —, que D. João de Castro, iluminado pela sua quimera, até aos detalhes desce: — «Na coroaçam do Emperador Dom Sebastiam Nosso Senhor, (o Papa Angélico) o coroará com coroa de espinhos, por ele mesmo não querer que seja com a douro, senam com

O SÉCULO XVII

a tal por reverencia & memoria de Christo: pedindo isto muy afincadamente a sua Santidade, que por condescender com seu santo zelo & humildade, lho otorgará.»

Provado fica que, tanto no seu nacionalismo como no seu universalismo, o mito sebástico é de perfeita conformação cristã. Originado certamente nas velhas lendas ocidentais, de que o Saturno, desterrado para uma ilha longínqua das tradições teogónicas, recolhidas por Diódoro Siculo, é, sem dúvida, a mais remota figuração, impossível será reconstituir-lhe a emmaranhada genealogia até se corporizar em momentos de febre colectiva no moço herói, sumido para sempre na tarde congestionada de Alcácer. Mas as suas raízes mergulham no fundo étnico de que brotou o belo tema de Artur, descansando até ao retôrno triunfal, na misteriosa Avalon, convem não esquecer que a *fatidica puella* de Clunia,— a sibila cantábrica de que, a propósito de Galba, Suetonio nos fala acidentalmente, se nos desvenda como o elo sôlto duma longa e interrompida cadeia. Antes de D. Sebastião, é em Castela, na monarquia de Carlos V, que o *Encoberto* nos surge, personificando, quem sabe, os protestos insofridos do espírito público contra Carlos de Gand e o seu séquito de flamengos. Correm, como de Santo Isidoro, diversas profecias. Aventa uma:—«*Sazon se hallegara que el Encubierto verra en Espanna cavalgando en cavallo de madera: y aun estara aca, y de muchos no sera crido.*» Tentando explicar em rima para o vulgo os textos apócrifos atribuídos ao santo prelado de Sevilha, estampam-se em Valência, no ano de 1520, as *Coplas de fr. Pedro de Frias*, de que oferecemos amostra:

«*Esto sera al mes doutubre,
Esta escritura no erra.
Avera la vitorya en guerra
Un rey que no se descubre*»:

Donde o justissimo reparo do senhor J. Lúcio de Azevedo:—«O Encoberto era pois achiado anterior ao Bandarra, e já assumira o título um indivíduo misterioso, judeu, que

LUSITANIA

capitaneava os sublevados de Valência em 1532, e pretendia passar pelo príncipe D. João, filho de Reis Católicos, anos antes falecidos. É provável fôsse o livro de Pedro de Frias que suscitou a aparição e apelido do aventureiro. Morreu êle no patíbulo; teve, porém, sucessores, e cada um se dizia o próprio Encoberto redivivo. Aqui se encontra a lenda do sebastianismo em embrião.»

O caso do «*Encubierto*» de Valência tem servido para reforçar a opinião dos que reputam o «encobertismo» como uma florescência judaica. Perfeito equívoco, porque se o «*Encubierto*» de Valência era judeu, valeu-se de profecias nacionalistas, não em relação à sua grei, mas em relação a Castela, encapotando-se de mais a mais debaixo do disfarce do defunto herdeiro dos Reis-Católicos, sepultado e bem sepultado no seu magnífico túmulo de Avila. Confundindo êsse movimento de obscura crepitação colectiva com o seu particularismo messiânico, os judeus aproveitam-no, sem que o originem. As suas raízes, conforme esboçamos, derivavam do consórcio lírico, — exprimamo-nos assim —, das nossas velhas crenças naturalistas com o depósito deixado nas almas pela aspersão benéfica do Cristianismo. Se insistimos em tal ponto, é porque o entendemos de completa necessidade.

Ora o que ocorreu no país vizinho, sob o scetro de Carlos V, ocorreu igualmente entre nós. Propagadas as «*Trovas*» do Bandarra, os judeus mexeram-se também, julgando nelas uma promessa inesperada ao seu pertinaz, — tão pertinaz como cego —, messianismo. Recorramos de novo ao senhor J. Lúcio de Azevedo: — «Assim, pois, fora do que tomou ao judaísmo, o profeta nacional caminha em sendas já trilhadas. As *Trovas* dizia êle que as fizera em louvor de Deus e de El-rei; e o leão vinha a ser D. João III. Os cristãos novos referiam-nas porém ao Messias e muitas circunstâncias a isso os incitavam. Isaac Abravanel, notável hebreu português, tão famoso como financeiro, como pela sciência bíblica em que foi exímio, annunciara para 1503 a chegada do redentor prometido. Para cumprir o prognóstico, — é ainda o senhor J. Lúcio de Azevedo quem fala —, appareceu em 1502 um aventureiro, em Istria, a dar-se pelo Messias, e a noticia logo se divulgou em tôda a Itália, com grande alvoroço da população judaica. Contemporâneo

O SÉCULO XVII

do Bandarra foi o alfaiate Luís Dias, de Setúbal, que a um grupo de crentes ingénuos logrou também persuadir que era o Messias. E, caso mais extraordinário que iludir a simplicidade de criaturas apaixonadas e incultas, do número dos crentes chegou a fazer parte um cristão velho, letrado, o doutor Gil Vaz Bugalho, juiz de fora em Évora e desembargador dos Agravos, além de outras pessoas igualmente de consideração.»

Advertindo apenas que o senhor J. Lúcio de Azevedo considerava equivocadamente como extraídos do judaísmo os elementos bíblicos de que Bandarra se inspirou nas suas « profecias », quando os recebeu, por certo, da mística cristã, a sua transcrição confirma-nos absolutamente no nosso parecer. Independente do « mito » judaico, o « mito » nacional correu-lhe paralelo, enquanto o desastre de Alcácer o não definiu inteiramente, encarnando-o na pessoa de D. Sebastião. Hesitante nas trovas do sapateiro de Trancoso, avoluma-se e torna-se crença comum, com as desgraças da nacionalidade. « Sebastianismo » se passa então a chamar. E se para o profetismo supersticioso das camadas sociais em que o mestiço se incrustara fortemente num país, esgotado pela sangria ultramarina e onde o problema do trabalho rural se resolvia, principalmente, pela importação e massa de negros, — se para êsse profetismo D. Sebastião devia voltar, bem cedo o « mito » se classificou com o sentido positivo que a Restauração lhe fixa. Errava, por isso, Bruno ao considerar loucura de maníacos baixos o « sebastianismo », enquanto que tomava como sinal augusto de vitalidade pátria o « messianismo », expresso nas actas de Almacave e no juramento de Afonso Henriques. Se, na esteira de Bruno, o « messianismo », como esperança num redentor, — ou deus ou herói, é um património quasi geral da humanidade, precisamente o « sebastianismo » individualiza-o e nacionaliza-o entre nós. De « mito » poético torna-se de-prensa em como que « teoria da nacionalidade ». D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito português*, conta-nos « que à proporção dos descontentes que fazia o governo castelhano, crescia o número de sebastianistas, e que as primeiras reuniões dos conjurados para a revolução se convocaram como práticas sôbre o sebastianismo ». Religião do nosso irredentismo, ¿ porque tomar o mito sebástico como uma baba abastardante de manicómio? Tão grandes àsas

nos deu, que os panigeristas filipinos, depois do acto revolucionário de 1640, se insurgem contra a « simplicidade e superstição do povo português em afectar prodigios falsos para se amotinar contra seus príncipes ». Com feliz penetração entrelaça Manuel Múrias o « sebastianismo » de Seiscentos ao « suarismo », não o « suarismo » filosófico, mas o « suarismo » político. Já abordaremos tão decisivo aspecto da questão. E não se me leve por exagêro tamanho apêgo à explanação do mito sebástico. Êle é decisivo na constituição dêsse admirável estado de espírito, que animou o Portugal-Restaurado, enchendo de nacionalismo criador o caluniado século xvii. Século de prosa, — de análise, portanto, êle é, entre todos, o século da « cultura portuguesa ». Bem haja Manuel Múrias por haver dissipado o veu que o entenebreceia. E porque o assunto nos merece mais alguma demora, a êle tornaremos, depois duma pausa de repouso.

ANTONIO SARDINHA.



O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA,
DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII
« CANTAR DE MIO CID »

AS BODAS DAS FILHAS DO CID

(CONTINUAÇÃO)

DESCANSA, pois, em Valência o Cid dom Rodrigo, e não o deixa um momento Álvaro Fáñez Minaya. Enriquecidos estão os que se desterraram com êle, aos quais o Campeador, para mais os contentar, deu casas e herdades em Valência. Dêste modo conhecem quanto é largo o seu amor. Aos que se lhe juntaram mais tarde, já lhes pagou também; mas êstes bem vê o Cid que, se pudessem ir-se, tornariam a suas terras com os ganhos. Então dispôs que a quem abalasse sem se despedir e lhe beijar a mão, o prendessem, lhe tirassem o que houvesse e o enforcassem.

— Se bem vos parecer, Minaya, quero contar aos que aqui estão e comigo houveram ganhos: contados sejam e aponte-se o seu número. Se alguém se esconder ou se encontrar a menos, o que houver de seu há de dá-lo aos meus vassallos que andam rondando Valência.

— De bom conselho é — tornou Minaya.

Mandou, pois, que se juntassem todos na côrte, e fê-los nomear e contar: quando viu que havia três mil e seiscentos, o Cid alegrou-se e começou a dizer, sorrindo:

— Graças a Deus, Minaya, e a Santa Maria Madre! Com bem menos saímos da casa de Bivar... Agora havemos riqueza, e mais viremos a ter. Se vos agradar, Minaya, e vos não fizer transtôrno, quisera que tornasseis a Castela, onde estão nossas herdades, e falasseis de novo a el-rei Afonso, meu senhor natural. De tudo que já ganhei, quero agora

LUSITANIA

ofertar-lhe cem cavalos, e vós os levareis. Beijai-lhe a mão por mim e rogai-lhe, rogai-lhe a mercê de deixar que a mim venham minha mulher dona Ximena e minhas filhas. Então mandarei por elas, e ouvide a minha mensagem: «Que a mulher do Cid e suas filhas meninas venham com grande honra às terras estranhas que êle ganhou.»

Minaya respondeu:

— De bom grado!

Havendo falado assim, concertam a partida.

Deu o Cid a Álvaro Fáñez cem homens para de boa-mente o servirem na jornada.

Mandou mil marcos de prata a São Pero, e que desse a metade ao abade dom Sancho.

Nêste comenos, e com alegria de todos, chegou das partes do Oriente um clérigo, a quem chamavam o bispo dom Jerónimo. Era muito versado em letras, de avisado ânimo e tão esforçado a-pé como a-cavalo. Assim buscava êle novos proveitos ao Cid, e suspirava por que êste saísse outra vez a lidar em campo com mouros, a-fim de se fartar de pelejar com êles, e que em dias de sua vida o não lastimasse ninguém.

Quando o Campeador o ouviu, ficou muito agradado:

— Ouvide, Álvaro Fáñez Minaya, por Aquêle que no alto está: pois que a Deus tanto apraz ajudar-nos, bem lho devemos agradecer. Quero fazer um bispado em terras de Valência e dá-lo a êste bom cristão. Quando fôrdes a Castela, levareis mais estas boas-novas.

Agradou a Álvaro Fáñez o que lhe disse dom Rodrigo. A êste dom Jerónimo outorgam o bispado de Valência, onde êle viverá com esplendor. Deus! quanto se alegram todos os cristãos de haverem já agora em terras de Valência um senhor bispo!

Minaya, muito contente, despediu-se e partiu.

IV

Deixadas em paz as terras de Valência, Álvaro Fáñez Minaya endireitou a Castela.

Chegado que foi aí, perguntou onde poderia falar a el-rei

O POEMA DO CID

dom Afonso. Como el-rei pouco antes partira para San Fagunt, encaminhou-se para Carrion, onde o encontraria, e com o seu presente se adiantou para lá. Saía da missa el-rei dom Afonso, e eis que o gentil Minaya se lhe dirige. Ajoelha-se-lhe aos pés diante do povo todo e, beijando-lhe as mãos, começa a dizer assim:

—Mercê, senhor dom Afonso, em nome do Criador! Como a seu senhor natural, o Cid Campeador beija-vos as mãos e os pés e roga-vos—assim o Senhor vos valha—que lhe façais mercê! Lançaste-lo de sua terra e lá não tem vosso amor. Mas ainda que em terra estranha, vai a todos fazendo bem. Tomada Xérica e a chamada Onda, tomou Almenar e Murviedro, que é melhor; o mesmo fêz a Puig, adiante a Castejón, e depois a Penha Cadiela, que é forte penha. Em-fim tomou Valência, de que é senhor, e onde há criado por sua mão a um bispo. Pelejou em cinco batalhas campais e em tôdas venceu. Deu-lhe o Criador grandes riquezas. As provas da verdade, ei-las aqui: cem cavalos fortes e corredores, enfreados e selados, os quais o Cid roga que aceiteis. Êle é vosso vassalo e vós o seu senhor!

Erguendo a mão direita, el-rei persignou-se:

—Valha-me Santo Isidro! Alegra-se-me o coração ao saber que o Campeador ganhou tanta riqueza, e essas novas tôdas me contentam. Aceito o dom dêstes cavalos.

Porém o que aprouve a el-rei, pesou a Garcia Ordóñez:

—Parece que em terra de mouros não há viv'alma, pois por lá faz quanto quere o Cid Campeador!

—Tal não digais, conde, que em tudo me serve êle melhor do que vós—atalhou el-rei.

Proseguiu Minaya como esforçado varão:

—Senhor, a mercê que o Cid vos pede, se vos apraz sabê-la, é que sua mulher dona Ximena e suas filhas saiam do mosteiro onde êle as há deixado, e se lhe vão juntar em Valência.

Respondeu então el-rei:

—Do coração o concedo. Eu as farei abastecer em-quanto journadarem por minhas terras, e as guardarei de todo o dano e afronta. Quando chegarem à fronteira, ao Campeador e a vós competirá servi-las. Ouvide-me, pois, mesnadas e tôda

LUSITANIA

a minha côrte! Nada quero que perca o Campeador. A todos que por senhor o reconhecem, restituo quanto lhes confisquei: que por suas hajam as herdades, onde quer que se achem com o Cid. Seus corpos livro de castigo, e tudo isto faço para que sirvam bem a seu senhor.

Álvaro Fáñez Minaya beijava-lhe as mãos; e el-rei continuou, sorrindo com muita gentileza:

—Aos que queiram ir servir o Campeador, dou minha licença e que vão na graça de Deus. Mais ganharemos com isto que em tratá-lo com desamor.

Aqui os moços Carrions, que eram filhos do conde daquelas terras, puseram-se a dizer um ao outro:

—Muito vai crescendo por suas façanhas o Cid Campeador! Se casássemos com as filhas dêle, bem nos iria a nós. Não ousariamos porém mostrar êste desejo, que o Cid é de Bivar e nós vimos dos condes de Carrion.

E calaram-se com êstes pensamentos.

Álvaro Fáñez Minaya despediu-se do seu bom rei.

—Ides-vos pois?—disse êste.—Ide então com a graça do Criador! Levai a um meu mensageiro, que poderá convir-vos. Se acompanhardes as senhoras, servi-as a seu contento. Até Medina dar-lhes-hei tudo que precisarem; de aí por diante cuidará delas o Campeador.

Despediu-se Minaya e foi-se da côrte.

V

Decidiram-se entretanto os moços Carrions. Acompanham a Minaya e vão-lhe dizendo assim:

—Como de tudo vos saís bem, assim seja com isto: saú dai da nossa parte ao Cid de Bivar, dizei-lhe que o serviremos no que pudermos, e que nada perderá em nos ter por seus.

Respondeu Álvaro Fáñez:

—Nada me custará dizer-lhe isso.

Minaya partiu; os moços Carrions tornaram.

Encaminhou-se aquêle para o mosteiro de Cardenha, onde as senhoras estavam. Vendo-o assomar, quanta alegria sentem!

Apeou Minaya e foi rezar a São Pero. Acabada a oração, falou às senhoras:

O POEMA DO CID

—Diante de vós me humilho, dona Ximena, a quem Deus guarde do mal, assim como a vossas filhas ambas. Saída-vos o Cid lá de além donde está. Mui rico e são o deixei. A mercê de el-rei vos entrega a mim, para que vos leve a Valência, que ora havemos por herdade. Quando o Cid vos vir assim bem como estais, tão alegre ficará que não sentirá mais penas.

—O Criador o mande!—disse dona Ximena.

Álvaro Fáñez Minaya enviou a Valência três cavaleiros com êste recado:

—Dizei ao Campeador, a quem Deus livre do mal, que a sua mulher e suas filhas concedeu el-rei a liberdade; que emquanto formos por terras de Castela nos dará sustento, e que dentro de quinze dias, se Deus quiser, estaremos em Valência, eu, sua mulher, suas filhas, e as donas que elas têm.

Abalam os cavaleiros e Álvaro Fáñez Minaya demora ainda em São Pero.

Iam chegando ali de tôdas as partes cavaleiros que queriam juntar-se ao Cid de Bivar. E pediam a Álvaro Fáñez que lhes desse despacho.

—Com gôsto vo-lo darei—respondia Minaya.

Juntam-se ali sessenta e cinco cavaleiros, sem contar os cem que Minaya trouxera: boa companhia para ir com as senhoras.

Deu Minaya os quinhentos marcos ao abade, e dir-vos-hei o que êle fez dos outros quinhentos. Tratou o bom Minaya de prover a dona Ximena, a suas filhas e donas dos melhores vestidos e atavios que pôde achar em Burgos; e escolheu palafréns e mulas para elas. Quando houve comprado o com que prover as senhoras, o bom Minaya voltou a São Pero e pensou em cavalgar. Reüne-se-lhe muita gente; e foi cheia de pena a despedida do abade dom Sancho:

—O Criador vos valha, Álvaro Fáñez Minaya! Beijai por mim as mãos ao Campeador e que não esqueça êle êste mosteiro, pois em o proteger se acrescentará.

Respondeu-lhe Minaya:

—De bom grado o farei, dom abade.

Despedem-se e põem-se a caminho, levando a seu serviço um mensageiro real.

LUSITANIA

Por tôda a terra de el-rei os abastecem com fartura. Vão em cinco dias de São Pero a Medina.

E aqui deixamos as senhoras em companhia de Álvaro Fáñez.

VI

Agora vos direi dos cavaleiros que levaram ao Cid a mensagem. Na hora em que êle os ouviu, não cabia em si de contente, e começou a dizer:

— Quem bom mensageiro manda, boa mensagem recebe! Tu, Muño Gustioz, e também tu, Pero Vermúdoz, e Martim Antolínez, o leal burgalês, e o bispo dom Jerónimo, bom clérigo, cavalgai com cem homens armados como se fôsem lidar. Passareis por Santa Maria, ireis adiante a Molina, cujo alcaide é Avengalvon, meu amigo, com quem estou em paz, e vos dará outros cem cavaleiros. Adiantai-vos quanto puderdes para Molina: por novas que recebi, aí deveis de encontrar minha mulher e minhas filhas, às quais Minaya acompanha. Trazei-as para cá com grandes honras. Eu ficarei em Valência, que tanto me custou a ganhar; seria loucura desampará-la agora. Ficarei em Valência, pois por herdade a tenho.

Dito que foi isto, cavalgam e andam quanto podem.

Passaram por Santa Maria, foram albergar-se em Fronchales e no dia seguinte pousaram em Molina.

O mouro Avengalvon, quando recebeu a mensagem, acolheu-os com muita alegria:

— Sois vós-outros vassalos do meu bom amigo? Sabei que muito me apraz receber-vos.

Muño Gustioz retorquiui-lhe logo:

— O Cid vos saúda e vos manda pedir que sem tardança lhe deis cem cavaleiros. Sua mulher e suas filhas estão em Molina. Deseja o Campeador que vós as procureis e as acompanheis até Valência.

— Da melhor vontade — disse Avengalvon.

Deu-lhes o alcaide boa ceia e de manhã abalaram. Haviam-lhe pedido cem homens; êle partiu com duzentos. Passam as serras altas e bravas, de aí a mata de Taranz; de tal guisa vão que nada temem, e baixam ao vale de Arbuxuelo.

Quando em Medina viram adiantar-se tantos homens ar-

O POEMA DO CID

mados, Álvaro Fáñez Minaya, bem precatado, receou, e enviou dois cavaleiros a reconhecer aquelas gentes. Êstes partem logo, como prestáveis que são; um dêles fica com os recém-vindos e o outro torna a Álvaro Fáñez:

— São gentes do Campeador e vêm a buscar-nos, trazendo à sua frente a Pero Vermúdoz e a Muño Gustioz, que tanto vos estimam, a Martim Antolínez, o burgalês leal, e ao alcaide Avengalvon que por amor do Cid traz aos seus. Juntos vêm e prestes serão aqui.

— Vamos ao seu encontro.

Logo se apressam cem formosos cavaleiros em bons cavalos cobertos de gualdrapas, com peitorais de cascavéis; levavam os escudos pendentes como colares e empunhavam lanças com pendões.

Álvaro Fáñez Minaya quer mostrar a todos de quanto é capaz para acompanhar desde Castela a senhoras tais.

Em-quanto vão cavalgando, floream com as armas, folgam em desportos, e assim passam alegres à beira do Salon. Quando os outros chegam, vêm prostrar-se ante Minaya.

E Avengalvon, que o olha a sorrir-se, acerca-se, abraça-o e beija-lhe o ombro, conforme o uso:

— Em ditoso dia vos vejo, Álvaro Fáñez Minaya! A estas senhoras trazeis, pelo que mais valem: a mulher do Cid Campeador e suas filhas. Todos as honraremos, como convém ao Cid; pois ainda que mal lhe quiséssemos, não lho poderíamos fazer. Do nosso compartilhará, na paz ou na guerra. E ao que assim o não quiser, por torpe o haveirei.

Com a bôca também a sorrir-se, Álvaro Fáñez Minaya tornou-lhe:

— Ó Avengalvon, bom amigo sois! Se Deus me levar em bem até ao Cid, logo que o vir lhe direi o que haveis feito, com o que nada perdereis. Agora vamos comer, que a ceia está pronta.

— Muito me apraz vosso agasalho — tornou-lhe Avengalvon.

— Antes de três dias, eu vo-lo retribuïrei acrescentado.

Entraram em Medina, e a todos contentava o encargo que haviam tomado e o serviço de Minaya. Dali despachou êste o mensageiro real.

LVSITANIA

E todos honravam ao Cid, que ficara em Valência, honrando aos seus em Medina, onde lhes davam fartos comeres. El-rei tudo paga e Minaya está quite de gastos.

Passada que foi a noite, vinda que foi a manhã, ouviram missa e cavalgaram. Saíram de Medina, passaram o Salon, deram de esporas por Arbuxuelo acima, logo passaram o campo de Taranz e chegaram a Molina, a que Avengalvon mandava. Havia noites e dias que o bispo dom Jerónimo, cristão sem mancha, ali aguardava as senhoras, à guisa de bom cavalo de combate que vai na primeira fila das armas. Junta-se a Álvaro Fáñez e quando entram em Molina, boa e rica terra, o mouro Avengalvon os serve muito bem, sem que nada lhes falte de quanto necessitam. Até pagou as ferraduras de que os cavalos precisavam.

Deus! como o alcaide honrava às senhoras e a Minaya!

No outro dia pela manhã partiram, e até cêrca de Valência os serve Avengalvon. Aí se despediu o mouro, que dêles nada aceitou. Com tais alegrias e boas-novas chegaram a três léguas de Valência. E mandaram recado ao Cid, o que em boa-hora cingiu espada.

VII

Tão alegre ficou o Campeador que nunca o fôra mais, nem tanto! É que, do que êle mais amava, já recado lhe vinha. Mandou logo sair a duzentos cavaleiros a-fim de receberem a Minaya e às donas filhas-de-algo. Êle demora em Valência, cuidando dela e guardando-a. E certo está de que Minaya tudo fêz como convém.

Recebem, pois, aquêles a Minaya, às senhoras, às meninas e a tôda a companhia.

Mandou o Cid a todos os da sua casa que guardassem o alcáçar, as tôrres altas, as portas, as saídas e as entradas da cidade, e ordenou que lhe trouxessem o cavalo Bavioca, o qual ganhara havia pouco àquêle rei de Sevilha vencido. Ainda não sabia o Campeador, o que em boa-hora cingiu espada, se êle seria bom corredor e se tinha a bôca macia. E queria, às portas de Valência cativa, jogar as armas diante de sua mulher e suas filhas.

O POEMA DO CID

Acolhidas com grande pompa as damas, adianta-se o bispo dom Jerónimo, apeia e entra na capela, donde sai a recebê-las e ao bom Minaya com quantos ali já o esperavam, vestidos em sobrepelizes e com cruces de prata alçadas.

Apressa-se o que nasceu em boa-hora e enfia um pelote. Ostenta as suas longas barbas. Tomando armas de fuste, o Cid monta e dá uma carreira tão de admirar que todos se maravilham ao vê-la. Desde êsse dia foi Bavioca tido por precioso em tôda a Espanha.

Ao cabo da carreira descavalgou, e adiantou-se para sua mulher e suas filhas.

Dona Ximena ajoelhou-se-lhe aos pés:

— Graças, Campeador, que em boa-hora cingistes espada! De vergonhosos trabalhos me haveis livrado. Eis-me aqui, senhor, com vossas filhas ambas, sãs e criadas para servir a Deus e a vós.

À mãe e às filhas abraçava êle, e do gôsto que sentia choravam-lhe os olhos.

Alegravam-se tôdas as mesnadas; jogavam as armas e quebravam tavolados.

Ouvide o que disse o que em boa-hora cingiu espada:

— Vós, dona Ximena, querida e honrada mulher, com minhas filhas, que são meu coração e minha alma, entrai comigo nesta cidade de Valência, herdade que para vós-outras ganhei!

Mãe e filhas beijavam-lhe as mãos, e com tão grandes honras entravam na cidade.

Encaminhou-as o Cid para o alcáçar e com elas subiu ao ponto mais alto.

Espraíam-se em roda os formosos olhos: miram Valência, que se estende em baixo; alongam-se doutra parte até ao mar; vêem os hortos imensos e frondosos, e admiram quanto estão olhando.

Então levantam as mãos a-fim de agradecer a Deus tão grande e boa riqueza!

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

HISTÓRIA E FILOLOGIA

FRANZ HUMMERICH: *DIE ERSTE DEUTSCHE HANDELSFAHRT NACH INDIEN*, 1505-06. Publicação da *Revista de Historia* de Munich, 1922, 150 pág.

P RIMEIRA viagem comercial dos alemães à Índia em 1505-06; empreendimento dos Welsers, Fuggers e outras firmas de Augusta e Nuremberg. Com êste título e subtítulo, um amigo de Portugal na Alemanha consagra valioso estudo a um episódio da nossa história da Índia, que interessa igualmente às duas nações. É sabido que, a 25 de Março de 1505, saiu do Tejo uma armada às ordens de D. Francisco de Almeida, com destino ao Oriente, a sexta depois que Vasco da Gama achara o caminho das terras da especiaria; mas nem Barros, nem Castanheda, nem Gaspar Correia, nem nenhum dos nossos outros autores, contam que participaram na expedição navios pertencentes a mercadores estrangeiros, italianos residentes em Lisboa, e alemães, que a notícia da primeira jornada atraia a Portugal.

Já antes os mesmos genoveses e florentinos, que agora traziam seu concurso, tinham experimentado a aventura; Barros, havendo referido que D. Manuel dera licença aos negociantes do reino para que armassem naus para a Índia, entendeu desnecessário especificar de cada vez as circunstâncias. Em 1505, o acontecimento, sem relevância em Portugal por ser a repetição de outros, foi memorado com júbilo nas crônicas de Augusta, terra natal dos principais interessados alemães. Um cidadão notável congratu-

LUSITANIA

la-se com o rei dos Romanos pelo facto auspicioso. Honra e proveito vinham dêle à cidade e à nação. Na Itália fazem constar a novidade as cartas idas de Lisboa.

Em 1508 e 1509, surgem na Alemanha duas publicações referentes à viagem: um atlas de gravuras pelo pintor famoso Hans Burgkmair, a que fornece o texto explicativo o encarregado dos interesses alemães na expedição, Baltasar Sprenger; e a própria relação dos sucessos por êste mesmo, da qual se fêz uma versão latina, impressa em 1724, em França. De tôdas estas publicações escreve largamente o Dr. Franz Hümmerich, em estudo anterior ao que faz o objecto da presente notícia. (*Quellen und Utersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach den portugiesischen Indien, 1505-06*. Munich, 1918).

Com tais precedentes não podia o caso escapar à diligência dos investigadores na Alemanha, e de feito, por tentativas, acha-se por êles reconstituído, nas suas particularidades, êste episódio de história comercial. O assunto foi pela primeira vez versado em 1861, na Academia de Ciências de Munich, em dissertação do sócio Frederico Kunstmann; desenvolvido em 1903 por Conrado Haebler, no primeiro capítulo do seu livro sôbre as empresas ultramarinas dos Welsers (*Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*); e últimamente completado e trazido a ponto pelo Dr. Franz Hümmerich, em substanciosa monografia. Como fontes de informação utilizaram todos a relação ou *Diário* de Baltasar Sprenger; outra relação, em português, é proveniente de Hans Mayr, escrivão da feitoria a bordo de uma das naus, alemão, amigo do impressor Valentim Fernandes de Morávia, que a copiou, indo ter o manuscrito à Biblioteca de Munich; o *Diário* de Lucas Rem, empregado dos Welsers, que veio em 1504 a Lisboa preparar a negociação, publicado em 1861; e acessôriamente as comunicações dos agentes diplomáticos de Veneza, e as notícias recolhidas nos *Diarii* de Marino Sanuto. Entre Kuntsmann e o Dr. Hümmerich acresceram muitos documentos portugueses, principalmente por ocasião do centenário da Índia, até que as *Cartas de Afonso de Albuquerque* proporcionaram ao mais recente escritor a pedra última para a construção histórica, mais de sessenta anos antes iniciada.

No tocante às generalidades e parte comercial da viagem, já tudo tinha dito Haebler. O Dr. Hümmerich alargou o quadro, entrando nas particularidades, e desenvolvendo em um tômo de 150 páginas o que aquêle condensou em um capítulo de 37. Tanto basta para se julgar da diferença entre os dois trabalhos. Um dos autores faz a resenha do

BIBLIOGRAFIA

acontecido, segundo as notícias contemporâneas; o outro, chamando a depor os cronistas portugueses, excluídos pelo seu antecessor, confronta os textos, apura datas, esclarece pontos obscuros, descreve terras e costumes, acumula pormenores, e introduz o pitoresco das impressões pessoais, já directas, das testemunhas oculares, já divisadas através dos historiadores.

Dos antecedentes da viagem falo em outra parte: (neste número da *LUSITANIA*, p. 33). Ansiosos os Welsers de participarem no promitente comércio da Índia, mandaram agentes seus a Lisboa: Simão Seitz, incumbido das primeiras negociações, o qual chegou em Janeiro de 1503; Lucas Rem, que se deteve em Espanha e veio somente em Maio. A 13 de Fevereiro foram outorgadas a António Welser e à sua companhia, certos privilégios, já desfrutados por outros estrangeiros, e que no tocante à navegação os equiparava aos armadores portugueses. Haebler observa que, achando-se Simão Seitz ainda em Saragoça no dia 7 de Janeiro, não estaria em Lisboa a tempo de requerer êle próprio e agenciar a concessão; e crê fôsse o intermediário Valentim Fernandes, o impressor. Confirma-o no parecer a nomeação dêste, oito dias depois, para o cargo de corretor dos alemães, previsto nos privilégios. Os Tuggers, nessa época o primeiro potentado comercial da Europa, não podiam ser preteridos pelos Welsers, e requereram e alcançaram diploma idêntico, passado em seu nome a 6 de Outubro seguinte. O orgulho não lhes consentia prevalecerem-se da cláusula, na concessão anterior, que estendia as faculdades a qualquer outra companhia de alemães, ou a indivíduos dessa nacionalidade que dispusessem de capital não abaixo de dez mil cruzados. Tão reconhecida era a supremacia dos Fuggers, que o agente dos Welsers, na relação das firmas interessadas na viagem à Índia, nomeia aqueles em primeiro lugar, se bem não fôsem os principais capitalistas, nem os que governavam a empresa.

Logo nesse ano tentaram os alemães juntar navios à frota de Lopo Soares, que se preparava para sair na primavera de 1504. D. Manuel recusou. Parece que nesse tempo cuidava já em reservar para a coroa todo o comércio da Índia. Bem de-prensa mudou de propósito, e no 1.º de Agosto de 1504, três meses depois de chegar Lucas Rem a Lisboa, firmou com êste o contrato, que autorizava a participação da parceria dos Welsers na expedição do ano seguinte.

Haebler reconstruiu de várias fontes o acôrdo, especificando as condições e as cotas do capital. Dêste pertenciam 20 mil cruzados a Welser, 4 mil a Fugger, 12 mil a outros alemães, e o restante, para o total de 65:400 cruzados, a Bartolomeu Marchione e italianos seus amigos

LVSITANIA

Segundo Haebler, a falta que havia de embarcações para as frotas foi o que determinou D. Manuel a ceder, e os mercadores estrangeiros assumiam a obrigação de trazer de fora o material náutico deficiente no reino. Já vamos ver que, se tal condição existiu, não foi cumprida nesta viagem.

A 25 de Março largou do Tejo a armada, composta de 15 naus e 6 caravelas, sendo das primeiras pelo menos quatro pertencentes a particulares: uma de Fernão de Noronha (ou Loronha como parece agora), e três da parceria de alemães e genoveses. Eram estas as naus *S. Jerónimo*, *S. Rafael* e *S. Leonardo*, que Haebler crê fretadas nos Países Baixos, e a última com certeza em Antuérpia. Aqui discorda o Dr. Hümmerschich: da *S. Jerónimo* de facto nada sabe; mas a *S. Rafael* mostrou-lhe a relação de Valentim Fernandes que pertencia à praça do Pôrto, e a *S. Leonardo*, aliás *Leonarda*, devia ser o barco dêste nome já mencionado na segunda viagem de Vasco da Gama. É possível que, no regresso, tivesse ido levar o carregamento a Antuérpia, e de aí provenha o equívoco de Haebler.

Mais instante que a mingua de embarcações seria a de marujos hábeis, dispersos os que havia pelo Oriente, dizimados por doenças, desastres no mar e combates. Os mestres alistavam tôda a sorte de gente: marítimos de profissão, ou vadios da cidade e campónios, que o encanto da aventura chamava à Ribeira.

Ao deixar o ancoradouro no Restêlo manobrava mal a armada. Os marinheiros bisonhos confundiam as vozes de bombordo e estibordo, proferidas pelos pilotos, e carregavam o leme a acertar. Na caravela *S. Jorge*, o capitão João Homem, muito falado em Castanheda, remediou bem o caso. Recomendou ao piloto que, em vez dos termos náuticos, empregasse palavras usuais a tôda a gente; quando quisesse governar a estibordo gritasse *alhos*, quando a bombordo *cebolas*: e mandou pendurar a cada banda do navio uma réstea. Daí por diante nunca mais se enganaram no govêrno os improvisados marinheiros.

Os capitães, intrépidos soldados, nem sempre tinham a exacta noção do que convém aos mareantes. Êste mesmo João Homem, logo ao sair de Lisboa, entendeu abolir as rações; mandou repartir os mantimentos do paiol, e que de água e vinho cada um se fôsse servindo à vontade. Um dia, tendo-se apartado a caravela da frota, 450 léguas a Oeste do Cabô da Boa Esperança, vêm chorosos dispenseiro e mestre participar-lhe que só restava a bordo meia pipa de água. Era a morte em breve para todos, no tormento da sede. João Homem não perdeu aquela cega confiança, que lhe inspirara as ordens fatais, e soube incuti-la aos outros.

BIBLIOGRAFIA

«Como, vilãos!—tornou êle aos aflitos marinheiros—pois não tendes fé naquela Senhora que ali está?» E apontava para uma Virgem do Rosário, que trazia na câmara. «Sabei que ela vos dará não sòmente água e pão, mas até prata e ouro!»—E quis a sorte que, no seguinte dia, fòsse a caravela dar às ilhas de Tristão da Cunha, ainda então desconhecidas, onde os navegantes se supriram de água e lenha, e apanharam pescado e aves, que em salga lhes duraram até Zanzibar.

Não há razão para supor inventadas as anedotas, referidas por Castanheda, e que o Dr. Hümmerich engastou no seu relato da viagem. Ambas são características do tempo e da gente, e revelam o arrôjo imprevidente, a confiança dos homens da Índia em si e no céu, que conduziu a tantos heroismos e motivou tantos desastres igualmente.

A bordo da *Leonarda* ia de passagem, como agente dos Welsers, Baltasar Sprenger, vindo de Antuérpia, talvez nesse mesmo navio. Fundado no que êle conta nos descreve o Dr. Hümmerich os sucessos da expedição, com seus incidentes de temporais, escalas, feitos de armas, negociações, carregamentos, e jornada de retôrno. Com o emissário tudesco seguimos a D. Francisco de Almeida, que saqueia Quiloa, incendeia Mombaça, visita Angediva, destrói Onor, e dá fundo por último em Cochim, para de lá expedir as embarcações carregadas de especiaria. Onde falha Sprenger, o autor recorre ao manuscrito de Valentim Fernandes, cujos méritos como fonte de informação encarece. Aí beberam Castanheda e Góis. O documento, a seu juízo, não se deve atribuir ao escrivão da *S. Rafael* Hans Mayr, sim ao capitão da nau, Fernão Soares; foi composto em português, e franqueado ao impressor de Morávia, que o não traduziu, mas copiou, talvez resumindo-o.

Sobre a jornada das naus de carga para o Reino, Barros e Castanheda variam, e só concordam na data da entrada em Lisboa. O Dr. Hümmerich faculta-nos a noção exacta das ocorrências, colhida em informações de Sprenger e Valentim Fernandes, e de um anónimo correspondente para Augusta, êste último documento já também por êle publicado, (*Quellen und Untersuchungen* cit.). Das naus da parceria chegaram a *S. Rafael* e a *S. Jerónimo* na data apontada pelos cronistas, 22 Maio de 1506; a *Leonarda*, que desde Moçambique navegava sòzinha, sòmente a 15 de Novembro. A descrição oferece ao autor ensejo para discutir a primazia do descobrimento de Madagascar, e concedê-la a Afonso de Albuquerque. O assunto já fôra por êle estudado anteriormente, mostrando as contra-dições dos historiadores: a conclusão é de agora.

O carregamento consistia em pimenta, gengibre, cravo e outros pro-

LVSITANIA

dutos do Oriente. Aos Welsers, principais interessados alemães, couberam 2200 quintais de pimenta. Para o resultado pouco importaria a presença do agente na expedição. Os regulamentos, severamente mantidos, não lhe permitiam descer a terra, nem tratar directamente com os naturais. Mercadorias e dinheiro para a compra dos produtos tinham de ser entregues ao feitor da coroa, que realizava as transações aos preços correntes, e fazia os embarques em comum, para serem os géneros distribuídos na Casa da Índia, dividindo-se a quebra. Era portanto de pouco relêvo a missão do agente comercial, mais de observador que pròpriamente de negociante, segundo as condições estabelecidas. Foi isso porventura um desengano para os alemães, que renunciaram à navegação por sua conta para a Índia.

Chegando ao Tejo, as cargas recolhiam às tercenas, onde ficavam à guarda da Casa da Índia. Se eram de particulares, tocava à coroa a quarta parte, e mais cinco por cento para a fábrica dos Jerónimos. Apartado o tributo, dispunha o mercador das sobras; mas, para evitar a depreciação pela affluência de vendedores, foi determinado em 1 de Janeiro de 1505, que nenhuma venda se fizesse senão por intermédio do Vedor da Casa da Índia. Isto impedia a baixa em Lisboa, mas não affectava a que da exportação podia resultar em Flandres. Talvez considerando isso, temendo D. Manuel o efeito, não quis autorizar a parceria a retirar os lotes dos armazéns para o reembarque.

Evidentemente semelhante proceder era contrário ao pacto. Os prejudicados protestaram, e segundo o *Diário* de Lucas Rem propuseram demanda à coroa, reivindicando seus direitos. Haebler viu na Tôrre do Tombo uns papéis que supõe serem fôlhas do processo, ainda que, à primeira vista, ninguém de tal suspeitaria. Suas indicações, um tanto vagas, e a falta de organização metódica do arquivo, não permitem verificar de momento o assêrto. Muito judiciosamente o Dr. Hümmerich lhe deixa a responsabilidade das afirmações sôbre a acção judicial. A verdade é que naquele tempo ninguém litigava para anular ordens régias nos tribunais comuns.

Queixas, requerimentos haveria. Haebler crê fôsse o intento do rei comprar a pimenta aos alemães, para depois a vender por maior preço. Não sorriu o acôrdo aos que, com outros intentos, tinham mandado à Índia, e além disso havia o sabido inconveniente de ser o Estado ruim pagador. Por muito tempo esteve a questão em debate, até que por fim se ajustou entregarem os negociantes parte dos seus lotes a trôco de açúcar dos dízimos da ilha da Madeira, e ficar o resto, para ser vendido em rateio juntamente com os da coroa. É de opinião Haebler que a proporção nas

BIBLIOGRAFIA

vendas seria a mesma do contrato de 1512 com os Fuggers, então compradores: 17 vigésimos do Estado, 3 vigésimos de particulares. Aditou-se a cláusula que, havendo demora na entrega do açúcar, além dos prazos fixados, pudessem as partes retirar certa quantidade da pimenta retida nos armazéns: por cada arrôba em atraso, especiaria correspondente ao valor de um cruzado. E, como atrasos houve, passaria ainda por êste modo porção considerável à posse de seus legítimos donos. A esta mesma transacção pertencem provavelmente as 20 mil arrôbas de açúcar, que D. Manuel mandou em 1508 pagar na Madeira a Bartolomeu Marchione, como referê o Dr. Antonio Baião na *História da colonização do Brasil*, T. II cap.

Sem embargo das finais dificuldades não foi insignificante o lucro dos alemães na expedição à Índia: 175 por cento, segundo a *Crônica* de Augusta; 150 pelas contas de Lucas Rem. Os cálculos de Haebler e do Dr. Hümmerich, posto-que não coïncidam, oscilam entre os dois números, dos quais ainda o inferior representa uma vantajosa especulação. Certamente que é impossível fazer hoje o apuramento rigoroso das respectivas contas; mas Haebler, e mais por miúdo o Dr. Hümmerich, nos fazem ver com suficiente clareza como o ganho foi realizado. O ponto não é destituído de importância para a história das nossas conquistas, de que convém inquirir no âmago a parte económica. Empresa puramente comercial, como foi a da Índia, quaisquer que tenham sido pelo lado político seus efeitos e origens, também sob o aspecto comercial tem de ser considerada. A monografia do Dr. Hümmerich nos faculta para isso elementos, que podem ser fecundos em consequências.

Mas não só por êste lado nos interessa o livro, que é o seguimento de trabalhos encetados vai em trinta anos pelo autor. Sua primeira publicação neste género data do centenário da Índia. Com interêsse, com intelligência do assunto, com simpatia por êle, tem êste amigo de Portugal estudado a época em que, pelo esforço de nossos maiores, a face do mundo se transformou, e a civilização ocidental se encaminhou a novos destinos. Sua erudição na matéria é vasta, e abrange tôda a literatura da especialidade. Julgo que em Portugal ninguém conhecerá mais cabalmente os nossos autores, que escreveram sôbre a Índia. Bem merecia ser traduzido a vernáculo o estudo do Dr. Hümmerich, para que melhor se visse como o lídimo amor da sciência conduz um estranho a versar com capacidade e carinho assuntos da nossa história.

J. LUCIO DE AZEVEDO.

LUSITANIA

AUBREY BELL : *ALGUNS ASPECTOS DA LITERATURA PORTUGUESA*, tradução e prefácio de Agostinho de Campos. AILLAUD E BERTRAND, Lisboa.

É o sr. Bell um dos estrangeiros que nos mereciam como homenagem os direitos de cidadania,—pela devoção intelectual que à nossa Pátria tem consagrado, pela excelência dos seus trabalhos sobre a literatura portuguesa, pela simpatia, ou enternecimento, com que encara nas suas obras os valores mentais do nosso país. Essa simpatia, quando se trata de autores vivos, leva-o por vezes à sôbre-estima, ou, pelo menos, à muito affectuosa amabilidade, que devemos tomar pelo que ela é.

Muito bem fêz Agostinho de Campos, portanto, em traduzir para a nossa língua o pequeno, terso e judicioso ensaio do preclaro inglês : *Some Aspects of Portuguese Literature*, — *Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa*.

Dêsses aspectos, o essencial, ao que parece, para o sr. Bell, — é a *subjectividade* das nossas obras; e o leitor, se nos dá a honra de nos ler a nós, há de saber que com tal idea, e desde muito, se compaginam as nossas inteiramente. Subjectividade quererá dizer, trocada em miúdos: na Poesia, excesso de lirismo e freqüência da sátira, com correspondente inaptidão para a poesia narrativa; na História, carência de imparcialidade, de sistema, de ponderação; na Mística, o arroubo de alma confuso e vago, em contraste, por exemplo, com a clareza e vigor de espírito dos grandes místicos castelhanos; nos Moralistas, mais a anedota, o ataque, ou a exortação, do que a análise psicológica; incapacidade para o verdadeiro Drama, que é sempre um caso de consciência, a luta da alma contra dada norma que em outras almas se encarnou (ou, se preferem assim, o conflito enérgico de dois princípios, de dois direitos, de duas leis); ausência de Filosofia, inópia de espírito crítico; finalmente, o débil travejamento nas ideas dos autores, o incerto da architectónica, o desleixo da composição. Sendo uma literatura de abstracções, uma literatura sem personagens até ao dia em que appareceu Queirós (como notou Alberto de Oliveira) não é também uma literatura de afinada Inteligência. Faltam-nos obras verdadeiramente clássicas. A nossa emoção não é pensada, nem «povoada» (salvo num punhado de escritores do século áureo das nossas letras, que é, quanto a nós, o XIX).

Pende de aí o sermos monótonos. O sentimento, quando ingénuo, é muito belo — mas pobrinho. Quem lhe dá riqueza, variedade, suficiência plenária e amplidão, — é a fantasia que gera almas e a reflexão sobre si próprio: a autocritica, a cultura, a elaboração inteiectual.

Das observações de pormenor que esmaltam o ensaio do sr. Bell, uma

BIBLIOGRAFIA

merece ser relevada, e daria margem a desenvolvimentos que talvez exponhamos pausadamente, quando o ensejo se proporcionar. É a seguinte: «Os Descobrimientos portugueses forneceram antídoto para o que pode chamar-se o veneno da Renascença... O que salvou os *Lustadas* de serem, como lhe assacaram ignorantes, mero exercício académico; o que impediu Camões de cair no pedantismo, foi sobretudo o seu conhecimento directo das scenas descritas, os seus vinte anos de aventura no Oriente. Daí veio ao seu poema a vida e vigor nacional que faltam ao *Orlando Furioso* ou à *Gerusalemme Liberata*... Castanheda, Couto, Correia, António Galvão, todos narraram aquilo de que haviam sido testemunhas oculares nas partes orientais, e fizeram-no com simplicidade, sem retórica e com poderoso encanto. Igual viveza e realidade caracterizam as Cartas de Afonso de Albuquerque, as aventuras marítimas de Mendes Pinto, as dilacerantes relações de naufrágios da *História Trágico-marítima*, as viagens de Tenreiro, Francisco Álvares, Duarte Barbosa, e de muitos outros, quer funcionários, quer mercadores, missionários e aventureiros».

Três coisas há, com efeito, a ter em conta nas obras clássicas que o Renascimento quis imitar — sobretudo nos clássicos gregos, que são os clássicos de verdade (além, claro está, da riqueza da fantasia): uma, a experiência *directa* dos factos físicos e dos grandes conflitos da vida moral; a segunda, o instinto da Ordenação, a disciplina do pensamento, o equilíbrio, a eurtímia, o dom supremo de compor; a terceira, finalmente, é o puro aspecto literário: a retórica, a estilística, a arte verbal. Destas três, uma única, cremos nós, se deve seguir e copiar sempre: a segunda. A primeira, está bem de ver, nunca se deve copiar: substitui-se sim pela experiência *própria*. E quanto à terceira, foi o seu decalque que constituiu, ao cabo de contas, aquela peçonha do Renascimento a que se refere o sr. Bell. Ora, a superioridade característica do Quinhentismo português, em relação ao dos outros povos, está em que se fraguou numa experiência própria, — especial, intensa, portentosa e muito rica, — graças à faina do Descobrimento e aos estudos da Navegação. Faltaram-nos fôrça de fantasia, profundidade de pensamento e architectónica intelectual para produzir livros comparáveis às melhores obras da Grécia antiga; no entanto, devido à experiência dos Descobrimientos, sempre são valores na história do mundo os *Lusiadas* de Camões, os *Roteiros* de D. João de Castro, os *Tratados* de Pedro Nunes e os *Colóquios* de Garcia da Orta.

Para nos sarar dos nossos defeitos, dá-nos conselhos o sr. Bell que devíamos ouvir com sisudez. Do de sermos castiços ou nacionais não faremos cabedal; e quando nos declara, por exemplo, que é ao seu cunho de

LUSITANIA

nacionalidade, — popular, — que devem as letras portuguezas aquêlê perfume especial que nelas haurem os estrangeiros, — vem-nos à idea o Fradique Mendes, que nos queria à moda de D. João V «porque a vida não é possível sem um bocado de pitoresco depois do almôço». É muito agradável, sem dúvida alguma, o ter-se o sabor do fruto exótico; mas melhor ainda, ao que nos parece, o ser-se profundo e requintado para cultura dos nacionais. E já que falamos em nacionalismo, devemos confessar que nos surpreende êste conceito do sr. Bell: «no século xx vemos o sr. Antero de Figueiredo encaminhar-se para um estilo verdadeiramente nacional». Quanto a nós, perpassa um fio de puro artifício, certa rebusca amaneirada no assunto e na sua forma, emfim um excesso de «literatura» por tôda a obra dêste autor (que tem um estilo de vocabulário, e não de syntaxe) para que o tomemos como norma de uma arte vernacular. Tipos de bom vernáculo unicamente nos podem ser, cremos nós, ou a graça desafectada de um Bernardes e um Luís de Sousa, ou a máscula gravidade e os «passes de espada» de um Herculano.

Mas emfim, o outro conselho é excelentíssimo: que procuremos mais cultura, mais saber, mais objectividade, mais senso crítico. Não resistimos a trasladar:

«Em Portugal» (diz o sr. Bell), «é a crítica que tem que ser criticada: ninguém pode calcular até onde teria chegado, com a sua persistência e o seu talento, o sr. Teófilo Braga, se os primeiros trabalhos que publicou houvessem sido criticados como deviam... Ao vago do pensamento corresponde desconexão e pompa no estilo... Exuberância e falta de precisão ou objectividade são os pecados mortais de muita prosa e muito verso portuguez moderno... Nem Verney no século xviii, nem Faria e Sousa no xvii, nem Teófilo Braga no xix, satisfazem à urgência de uma crítica austeramente científica, estimulante e sincera. E assim o poeta lírico, enfronhado na sua vaidade, pode com visos de razão atribuir qualquer opposição crítica a animosidades pessoais ou sectárias, continuando a fazer muito gôsto no alto quilate do seu génio... A literatura portuguesa... tem revelado, especialmente nos três últimos séculos, pouca disciplina intelectual ou senso crítico... E é talvez por terem construído sôbre alicerces sólidos de illustração clássica que João Pascoli e Josué Carducci excederam os poetas portuguezes do século xix... Um escritor assim [como devemos desejar ter] não surgirá, porém, apenas de dentro da sua própria cabeça, como Minerva saiu pronta da de Júpiter. Todos reconhecem génio a Keats, Milton ou Dante; poucos sabem ou se lembram da persistência com que êsses poetas trabalharam ou estudaram. O jornalista que deita para fora o seu artigo de fundo depois

BIBLIOGRAFIA

de ter estado cinco anos em Coimbra a fingir que estudava; o poeta que põe ao léu a sua alma em volumes sucessivos e improvisados; o novelista que se imagina capaz, porque leu alguns romances franceses, de escrever outra *Madame Bovary* ou outra *Chartreuse de Parme* só com a ajuda de um pouco de talento e de outro pouco de indecência; o crítico ou historiador que imagina construir sôbre impressões e conjecturas — todos êsses fariam bem em ponderar as seguintes humildes palavras de Dante, poeta dos três ou quatro mais inspirados do mundo, e perfeitamente cômico da sua rara inspiração: «E portanto denuncie-se a estultícia dos que, desprovidos de sciência ou arte e confiantes no talento sem mais nada, se abalançam com orgulho inconsciente às mais difíceis empresas literárias. Será bom que desistam de tamanha presunção; e, visto serem gansos por natural indolência, não tentem imitar a águia no seu vôo para os astros». Portugal não é, está claro, o único país onde os gansos tentam voar como as águias; mas, mais talvez do que em nenhuma outra terra, muito verdadeiro talento é ali desperdiçado por falta de boa direcção e por desleixo. Encontra-se real inspiração nos iletrados; quanto à inspiração dos semi-educados, essa é de valor mais duvidoso. E, todavia, o talento que na literatura portuguesa se revela é bastante vigoroso para lutar persistentemente com a erudição e com os clássicos, — e para sair fortificado dêsse desafio salutar.»

Trasladámos tanto, leitor benigno, porque estas palavras são de ouro puro, e deviam estampar-se nas escrevaninhas de todos os autores do nosso país. Diz muito bem o sr. Aubrey Bell. E não só para a literatura, mas para tudo, do que prèviamente se carece é da *reforma da mentalidade*, do afinamento intelectual. Penetrar os espíritos de lucidez; mergulhar os cérebros em cultura; obrigar-nos todos à disciplina; aprenderem os portuguezes a *pensar*. Servirá para isso a severidade crítica, cujo papel, segundo Renan, é defender o leitor incauto de ser devorado pelos charlatães. Lá nos previne o egrégio lusófilo que «o poeta lírico, enfrinhado na sua vaidade, pode com visos de razão atribuir qualquer opposição crítica a animosidades pessoais ou sectárias, continuando a fazer muito gôsto no alto quilate do seu génio», — faltando só acrescentar que poetas líricos (por êsse aspecto e por outros mais) são muita vez aqui o novelista, o dramaturgo, o ensaísta, o sociólogo, o crítico, o filósofo, o historiador. Todos românticos e todos génios: — ainda que das coisas elementaríssimas revelem de sueto incompreensão total; que não saibam ver a compatibilidade ou incompatibilidade de duas ideas; e não queiram saber, como diz o outro, «qu'il y a avantage, mème en art, à n'être pas un imbécile»...

LVSITANIA

Em suma, é um bom ensaio o do sr. Bell, escripto de ideas substanciaes e justas e de muita simpatia para Portugal; e bastariam a frase com que abre o livro («a litteratura portuguesa é a maior que um pequeno povo tem produzido, exceptuada a Grécia antiga») e o óptimo conselho com que finaliza — para torná-lo credor de gratidão. Temos direito de o saudar de aqui desta trincheira, como um bom aliado que se nos vem juntar. Com reforços de tal quilate — os mais cansados se afervorizam. Neste trabalho, doloroso e antipático, de converter à disciplina a intelligência portuguesa, verá sua ex.^a com boa sombra que busquemos na fórmula do velho Anaxágoras o moto do lábaro que nos será comum: «Estavam de principio tôdas as coisas confundidas; veio depois o Espirito, que as organizou». Entre dois romantismos antagonistas (um vermelho, e branco o outro) a nossa missão é preparar, no limitadissimo das nossas forças, o advento dêsse claro Espirito, — comprehensivo e crítico, positivo e ordenador.

ANTÓNIO SÉRGIO.

SIR H. C. MAXWELL LYTE, Deputy Keeper of the Records: *CATALOGUE OF MANUSCRIPTS AND OTHER OBJECTS OF THE MUSEUM OF THE PUBLIC RECORD OFFICE WITH BRIEF DESCRIPTIVE AND HISTORICAL NOTES*. Tenth edition (illustrated). London, 1924. VII, 77 p.

O MUSEU do *Public Record Office* guarda-se na capela da Casa dos Conversos, que depois passou a capela dos *Rolls*, a qual foi fundada por Henrique III em 1232. Em 1377 Eduardo III entregou definitivamente ao Guarda do Arquivo da Chancelaria a referida Casa.

Até 1838 os arquivos nacionaes ingleses estiveram divididos em vários locais, mas nesse ano uma lei mandou-os juntar num único edificio, de que resultou ficar desocupada a referida capela. Para conservar êsse edificio já muito modificado, ficou resolvido convertê-lo em Museu do *Public Record Office*, junto do qual existe.

O *Public Record Office* contém:

Os arquivos judiciaes, administrativos e financeiros da chancelaria e do tesouro.

Os arquivos de tribunais, processos civeis, almirantado, Star-Chamber, requerimentos, curadorias e emancipações, delegados, e os do Supremo de Justiça.

BIBLIOGRAFIA

Os arquivos do principado de Gales, dos palatinados de Chester, Durham e Lencastre, e os ducados de Lencastre.

Os arquivos de vários ministérios, como tesouraria, Reino, Estrangeiros, Colónias, Guerra, almirantado, audiências, comércio, alfândegas, camareiro-mor, comissão eclesiástica e pagadoria geral.

O conteúdo destes corpos encontra-se no *Guia* de 1923-24.

Há salas especiais de entrada.

Os documentos de maior importância histórica e artística, desde o célebre *Domesday Book* (tombo feudal) até à mensagem do jubileu da Rainha Vitória figuram no Museu.

O *guia* do Museu contém dez estampas e quinze *fac-similes* de assinaturas de Nelson, Napoleão, Príncipe Negro, Essex, Shakespeare, etc.

As vidraças da antiga capela onde está instalado o Museu têm pintadas as armas dos guardas dos arquivos desde 1371 até 1919, bem como algumas dos prégadores.

Sabendo-se a extensão das relações inglesas, o conservantismo dos anglo-saxões, e a preservação de guerras externas e internas da Gran-Bretanha, pode avaliar-se o número e riqueza dos documentos expostos na antiga capela da chancelaria.

Segundo os ingleses afirmam, o seu mais antigo aliado é Portugal, aliança que êles constantemente lembram a êste país desmemoriado. Em virtude desta circunstância seria de esperar que no Museu achássemos o original de algum remoto tratado entre as duas coroas ou a assinatura de qualquer notabilidade portuguesa. Esperança baldada, pois o que se encontra a pág. 32, n. 113 da caixa K é uma carta do arménio Marco Rosado, governador de Meliapor, ao rei Carlos II a solicitar-lhe que o contasse entre o número de seus vassallos, e envia-lhe rubis, pérolas e outras pedras preciosas, pedindo-lhe em troca um navio. É datada de 4 de Fevereiro de 1664 e tem junto a tradução em espanhol.

A p. 69 descreve-se um mapa colorido do forte inglês de Bombaim, logo depois da aquisição e datado talvez de 1665.

A p. 46 encontra-se o passaporte de Richard Shelley enviado pelo rei Filipe e Rainha Maria de Inglaterra ao rei de Portugal a participarlhe o próximo nascimento do príncipe, que só estava na imaginação da Rainha.

Aqui está apontado tudo o que existe no Museu, que nos importa.

PEDRO DE AZEVEDO.

LUSITANIA

GONÇALO TRANCOSO: *HISTORIAS DE PROVEITO E EXEMPLO.*

CONVÉM arquivar as seguintes indicações bibliográficas do prof. Edgar Prestage acêrca desta obra. São tiradas duma carta que o eminente lusólogo inglês dirigiu de Londres, com data de 21 de Julho último, ao nosso companheiro Agostinho de Campos:

«Fui hoje ver as edições da obra de Trancoso, *Histórias de Proveito e Exemplo*, no Museu Britânico. Lá existem só duas: a de 1608, que v. menciona na sua *Antologia*, e uma de 1613, que parece ser desconhecida em Portugal. É do mesmo António Álvares e o formato é igual, 4.º Contém as três partes, mas difere da edição de 1608, faltando-lhe a carta-dedicatória a D. Joana de Albuquerque, mulher de Aires de Saldanha, que foi vice-rei da India, e há outras divergências. Sobretudo a impressão é muito menos nítida. Não sei se sabe que o falecido Dr. Richard Garnett, director da secção de livros impressos do Museu, verteu para inglês e publicou numa Revista, *The Venture*, um dos contos de Trancoso. Posso exemplar do número em que vem a referida tradução.»

N. DA R.

O CREPÚSCULO DE COLOMBO

QUE nós, portugueses, nos escusemos a prestar culto àquele a quem o cronista Barros caracterizou de «homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades, mais fantástico e de imaginações com sua ilha Cipango que certo no que dizia» — compreende-se. Os estudos portugueses têm vindo a reduzir Colombo à proporção devida. Mas nós, — até sem insistir por agora no magno assunto do descobrimento pre-colombino da América por navegadores nossos, — estamos ao lado do Infante e de D. João II. Não podemos esquecer que o delirante e verboso almirante, casado com uma portuguesa, foi discípulo em Portugal para vir a conseguir, por um golpe que o acaso coroou, tão vasta lenda na história. Curioso e belo fenómeno científico é ver os espanhóis, a quem Colombo serviu, escusarem-se também ao culto colombino, desencantados com êste glorioso filho da fortuna, cujo nome foi todavia adoptado em Itália para designar um Instituto de vastos intuitos latinizantes.

No *Boletim da Biblioteca Menéndez y Pelayo* (Abril-Junho, 1924) encontramos um notável artigo do distintissimo erudito castelhano sr. Carlos Pereyra, onde, a propósito da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e entre louvores fervorosos a Carlos Malheiro Dias e ao prof. Lu-

BIBLIOGRAFIA

ciano Pereira da Silva, se acham estas palavras que assinalam o já acentuado e de-certo cada vez mais nocturno crepúsculo de Colombo:

«Colón está muy distante de ser el hombre representativo de los pueblos peninsulares. Sólo hay un rasgo común entre el Almirante y los marinos de las dos coronas. Ese rasgo es la audacia. Pero fuera de ella, todo hace antitéticos a Colón y a los hombres de estas tierras. Colón es un místico en las alturas del alma y un calculador de logros en la ejecución de sus empresas. No quiere ver el mundo sino por el aspecto que asociando las opuestas y contradictorias tendencias de su ser, deforma la realidad para hacerla a la vez quimérica y explotable. Cuando llega a Cuba, cree que está en las Indias, y que de allí, dando un paso, tomará a Jerusalén por la espalda. Conquistará el Santo Sepulcro. Será simultáneamente el más rico de los hombres y el príncipe protector de la Fe de Cristo. El delirio de esta megalomania no es conciliable con el sentido de realidad que guiaba a los exploradores peninsulares.

Si Colón era un auxiliar inadmisible en Portugal, como dice Malheiro Dias, era un auxiliar superfluo en España, como lo demuestran los hechos.»

«...Portugal tiene una tradición de historiadores que son dignos de sus cronistas. En ninguna parte como allí puede formularse la síntesis de los esfuerzos peninsulares con verdad crítica y con maestría literaria. Esto no quiere decir que se pida a los portugueses una historia con polvo de azúcar. Las falsificaciones son el obstáculo más grande para la fraternidad viril de hombres y pueblos. Pero la exposición misma de los conflictos entre portugueses y castellanos será un elemento de mutua comprensión, porque nada facilita con mayor eficacia el paso de la desconfianza a la simpatía como la franca liquidación de un pasado turbulento.

...Portugal y el Brasil conocen el secreto de las *aproximaciones*. ¿Querán admitirnos en su escuela?»

LITERATURA

EUGÉNIO DE CASTRO: *DESCENDO A ENCOSTA*. LVMEN, EMPRESA INTERNACIONAL EDITORA, 1924.

O escassissimo prazo em que me é pedida notícia de êste livro impede que, segundo meu desejo e como a categoria do autor naturalmente indica, eu procure abranger o conjunto da obra de E. de C., um dos raros que entre nós têm pleno direito à análise —

LUSITANIA

pedra de toque de uma obra—Entendo aqui a análise estética, susceptível, como qualquer outra (nem de outra forma se lhe applicaria o nome) de perfeita objectividade, independentemente da apreciação resultante, em que pode entrar maior ou menor factor de preferência pessoal.

Engana-se até o ponto de ignorar a nomenclatura quem identificar análise estética e crítica racionalística (cito o nome corrente sem considerá-lo designação feliz). Esta é tão pouco applicável em arte que logicamente deveria começar por negar-lhe direito de existência; a análise é uma decomposição elemêntica. Nenhum tecido bastante primoroso, nenhuma urdidura assaz delicada se não fôr possível desfibrá-la e verificar em cada elemento a parte de beleza que no todo ocupa. Referir ao conjunto é indispensável, sem dúvida; mas descer ao elemento, porque não? O mais requintado impressionismo é analisável; e se não o é, não falemos de impotência da análise; é que não é impressionismo, nem requinte, nem coisa alguma. Não quere isto dizer que certos críticos (à altura de certos autores) não tenham querido passar pelo crivo de sua estreiteza própria obras que lhes caíram nas mãos. Seria curioso averiguar até que ponto a deletéria influêncía de Bergson (cujo mérito é no emtanto superior ao que poderia julgar-se pelas consequências) e em geral do anti-intelectualismo, nas suas várias formas, veio perverter e embrulhar noções e dar margem ao cómico desdém de certos impotentes pelas aquisições e esforços da Inteligência. Assim se confundiram paralelamente: imprecisão desconexa, com musicalidade, (a mais fluida melodia desenvolve-se em rígidos compassos e a música, na Idade-Média, era posta ao lado da sciência dos números) insensatez com estética, dislate, com audácia criadora; e quando alguém tenta opor um dique à onda, diz-se-lhe que não compreendeu, que é rígido, que é racionalista (!) (grande crime para... intuicionistas de tal fôrça!) que não é... esteta.

Desculpo-me de êstes prolegómenos, tristemente necessários e aqui só levemente esboçados, e, não podendo fazer o pormenorizado exame crítico, mais conveniente à minha responsabilidade, apontarei as suas directrizes, referindo-me depois em especial ao livro *Descendo a encosta* que, — devo dizê-lo com prazer e também com rude franqueza — veio mostrar que não era declínio, mas talvez um sono de Homero, o labor do poeta desde os *Camafeus romanos*. Êste livro trava, oxalá por muito tempo, o não muito feliz pendor de suas últimas obras, louvaminhadas por quantos, nunca tendo podido subir à altura a que o poeta os convidara, folgavam agora de vê-lo descer à sua compreensão, e ao seu critério artístico, em que trivialidade é sinónimo de simplicidade. E começaram então a chamar-lhe sublime.

BIBLIOGRAFIA

Quando, em um desses livrinhos, o poeta começava :

Quadras à moda do povo
Não dão canseiras à lira ;
A gente fá-las às dúzias
Como quem canta ou respira,

resumia, de início, a crítica do seu livro, e mostrava a desvantagem de publicá-lo. Era verdadeiramente um livro... de «coisas que a gente faz às dúzias», talvez ótimo para poeta incipiente, bom até para poeta menor; nunca para o artista admirável da *Salomé*. A própria *Tentação de S. Márcario*, à parte os versos que de onde em onde ressaltam, com aquela cômica sabida dos leitores de este poeta, não me deixou uma impressão digna do autor. Concorreria talvez para isso o ser escrita em alexandrinos emparelhados, metro que, pela sua facilidade (ao contrário do que supõem profanos) me parecia aquém da capacidade do poeta.

Mas volto aos pontos de partida da minha análise.

Nietzsche, pouco citado, mas mais citado que admirado e a-pesar-de isso ainda mais admirado que lido, na distinção entre o espírito apolíneo — regulador, individualista, científico, limitativo, plástico — e o espírito dionisíaco — impetuoso, trasbordante, irregular, colectivo, musical — deixou vincados, independentemente das teses defendidas, os elementos do complexo de todo artista digno de esse nome. Mas o puro dionisismo resolve-se na aspiração de realizar e o apolinismo inevitavelmente acompanha a realização; toda tendência dionisíaca leva a um renascimento de Apolo. Até que ponto Apolo, tornado guia, doma ou dirige o ímpeto estuante de Diônios, eis o problema da estética normativa. Sem Apolo, Diônios é um ébrio; sem Diônios, Apolo é um amaneirado. Não se trata de equilíbrio doutrinário, mas da realidade. E não dominam artes diferentes, plásticas o segundo, música o primeiro, porque em tôdas governam com alterno predomínio.

Ora eu começaria por verificar se, como parece, o impulso dionisíaco predominou na formação do poeta cuja extravagância (o termo é de Fialho, em *Os Gatos*) literária inicial, onde, entretanto, se revelava o futuro admirável artista, vinha em revolta aberta contra parnasianismos secos e romantismos de compostura fútil sem nervo e sem alma. O amor à melopeia traduziria assim o combate à secura métrica de versos, que só o eram por poderem contar-se pelos dedos e se apoiarem em trivialíssimo batuque; corresponderia à necessidade do ondulante, necessidade psíquica fundamental num temperamento de requinte e voluptuosidade; e na técnica (confesso-me

LUSITANIA

desde já um admirador da técnica, no seu significado amplo) projectar-se hia esta atitude por uma independente valorização da frase em si mesma, no seu valor sonoro e na sua opulência vocabular.

Poder-se hia ainda registrar, ao lado desta maneira de ser, a influência da literatura simbolista, a leitura de poetas como Mallarmé, Verlaine, determinante, uma ou outra vez, já da escolha de temas, não profundamente sentidos, já da forma de desenvolvê-los. Tal influência é despertada porém, mais pelo acôrdo, verdadeiro ou suposto, da tendência do poeta, com os autores lidos, do que por doutrina estética, tanto mais quanto na maior parte dos casos — e neste sem dúvida — as doutrinas só vêm dar forma de teoria, consistência intelectual, ao que era já impulso natural do artista. A doutrina é, nestas circunstâncias, filha da necessidade de criar e da alegria de intelectualizar.

A essência de todo dionisismo é a voluptuosidade, de qualquer natureza, ou sob qualquer máscara. No poeta da *Silva* é a voluptuosidade amorosa, definida. Ele foi um sacerdote de Eros e de tôdas as coisas belas que o amor excita, desenvolve ou deseja, como os perfumes, os brilhos, os tecidos coleantes, a linha escultural da mulher. Todos os seus requintes de forma, ou quasi todos, são de visão, tacto e olfacto: côres, fulgores, maciezas, aromas. E assim é que a sua imaginação, pequena de amplitude, mas opulentíssima de pormenor, se desenvolve ricamente nesse campo. E as suas imagens, ouro do melhor quilate que em literatura existe, seguem fielmente a trajectória marcada por esta maneira da sua sensibilidade. Só as imagens de E. de C. dariam à sua parte um longo capítulo de estudo, que aqui não teria lugar e que além disso fiz, por mal de meus pecados, para outro autor, em trabalho completo¹; nêle se veria a superioridade, a riqueza, a *instantaneidade* da grande maioria das suas imagens, e como elas são do tipo genérico a que faço referência.

Pelo que expuz, eu consideraria *Salomé* o poema-tipo de E. de C. Esse magnífico poema, do primeiro ao último verso, é a exemplificação mais completa do que digo. E convém notar que a *Salomé* aparece doze anos depois da estreia do poeta. Isto diz alguma coisa quanto aos recursos de que naturalmente deveria dispor.

Procuraria eu pois distinguir neste Apolo obediente que Diônisos leva pela mão, as duas correntes: a do impulso pessoal, requintada, voluptuosa, apaixonada, ebria de som, de côr e de perfume, vidro corado, pelo qual a própria antiguidade se vivifica na concepção do artista como uma luxuriante

¹ Um estudo sobre G. Junqueirô, ainda inédito.

BIBLIOGRAFIA

lha dos Amores; e a sombria, de temas dolorosos (que se me afigura em geral estranha ao poeta) como no *Asilo da Mendicidade* da *Silva*, e em «*Os Tísicos*», do mesmo livro, corrente superficial, onde se sente a falta da impressão funda e a busca de certos efeitos literários até nesses quadros de miséria, que não são muitos, em todo caso.

Mas de êstes pontos, uma vez verificados, poderia advir uma inteligência maior da obra do poeta. Ver-se hia que êle não é, nem é de supor que fôsse, um poeta de ideas.

Entendamo-nos a propósito. Ninguém julgará que me refiro àquêles versejadores foliculários que «põem em arte» (picaresca fórmula usada agora a sério) manias sociais ou pseudo-filosóficas. Deus nos salve de tal peste; entendo os artistas de pensamento profundo ou de profunda emoção, a quem um e outra só aparecem sob a forma estética; nos quais, para servir-me de uma expressão vulgar, tudo é poesia, ou em molde poético espontaneamente se vasa. Em parte assim foi Camões, em parte assim foi Antero e mais vincadamente Campoamor. É a tais artistas que chamo poetas de ideas; e é a êsse tipo que E. de C. não pertence. Direi mais, embora não conheça o poeta: êle não ama talvez as ideas do género que aludi; não lhes sente a possibilidade, o potencial estético. ¿Significa isto que não faça uma ou outra vez versos que se aproximam dos dêste género? Não. Mas ao passo que nesses poetas, o geral, como diz Campoamor em uma observação preliminar, se subentende sempre no particular de que se ocupam, em E. de C. é o singular, é o episódico, é o momentâneo que interessam com primazia. Há uma dolora de Campoamor cujo assunto é idêntico ao do soneto «*Sombra e Clarão*» dêste último livro do poeta. Basta comparar as duas composições para ver quanto vou perto da verdade.

Outro aspecto de êste modo de ser é a carência de drama, quero dizer, de vida e análise psicológica na sua obra, a-pesar-de nela se encontrarem poemas dialogados. Um exemplo impressionante de êste facto é a *Salomé*. O poeta descreve maravilhosamente a figura, na sua apresentação plástica; o sonho, ou devaneio da filha de Herodias ante as volutas do fumo da mirra, é uma preciosidade; o crescendo do banquete ruído e o *staccato* com que termina, pelo aparecimento de Salomé, que entra a dansar, e a descrição da dansa, tudo isto, que é afinal todo o poema, onde nada há que desprezar, é de todo ponto admirável; mas o poema acaba onde o drama começaria: o escravo parte para ir buscar a cabeça de S. João. Não há reinterpretação da lenda, não há dramatização; há um superior desenvolvimento da lenda, que pode comparar-se com o que na *Silva* o poeta faz do conto popular da «filha de rei a guardar patos».

LVSITANIA

O reconhecimento de todos estes caracteres, ou das modalidades do carácter fundamental, não implica um juízo de valor. Poderia com êles ser um poeta péssimo, ou como é, um superior artista. Reconhecê-los importava apenas um trabalho de análise, que a muito maiores minúcias poderia e deveria descer.

Ora, parece que entretanto Apolo foi crescendo e pensou em libertar-se de Diónisos, que, fatigado e encanecido, se deixou dócilmente, sorridentemente guiar. É a doutrina que avança; é, não o arrependimento, de-certo, por não haver de quê, mas a reconciliação com o que até êsse momento pouco se prezara; é o advento da tranqüilidade, da regra, do equilíbrio; e o poeta não vê que mais do que uma superior justiça, é uma nova atitude psíquica a explicação da nova forma. Eu também sou admirador não direi do clássico, mas de certos clássicos, como sou de certos românticos, como sou do poeta E. de C.; mas a sua obra anterior não poderia, sem grande revolução íntima, que não parece ter-se dado, vir parar à simplicidade trivial dos seus últimos livros. A doutrina triunfava, é certo; não, porém, de tendências mortas, mas de tendências mais recônditas, que permitiam o aparecimento de aspectos da sensibilidade e da inteligência, até então ocultos na praia-mar do impulso. Demais, a noção do simples em estética é, infelizmente, um pouco complicada, a não ser que, pelo critério vulgar, chamemos simples ao que nos cai logo no ouvido, a maior parte das vezes deseducado, e arrogando-se a-pesar-de isso direitos supremos de crítica inapelável.

Surge agora o *Descendo a encosta*. E nêle se reencontra o poeta que conhecíamos. Basta ver os primorosos sonetos «*Nova Cleópatra*» e «*Imperatriç Bizantina*». Dir-se hia que o soneto «*Ao cair da Noite*» que ignoro se no intuito do autor é simbólico ou puramente episódico (nós podemos considerá-lo simbólico, independentemente de êsse intuito) retrata essa volta a primitivas tendências. O tema é o de aquêles dizeres de Bieito, na conhecida Egloga :

Quando neste vale estou,
Qualquer outro que aparece
Muito melhor me parece ;
Não é assim quando lá vou.

Cito de memória, e não fico pela absoluta fidelidade.

Parece-me improvável que o soneto tenha tal significado; assinalo apenas a coincidência curiosa.

BIBLIOGRAFIA

Neste livro não há que buscar igualdade, pois se trata de uma colecção de poesias distanciadas no momento da factura. Ponho de lado as poesias feitas adrede para homenagens, cumprimentos, etc., e refiro-me apenas às demais moderna e independente feição. Uma novidade, a nuvem que foi tenuíssima e é hoje acastelada, surge neste livro: a nota profundamente melancólica, a resignação forçada ao têrmo fatal da existência, a gratidão à vida que não foi madrasta (p. 87 e 89). Esparsa pelo livro, essa nota multiplica-se em várias formas, sente-se que ela predomina. Apesar-de tudo, Diónisos sente agora a tortura da vitória de Apolo:

Mas como é que se explica, Deus sublime,
Que tendo eu tanta neve na cabeça
Tenha tanto calor no coração? (p. 77 *Ao espelho*).

A mesma idea em *Anomalias de Amor* (p. 43).

Exemplo de êsse sentimento dominante, transcrevo o soneto *Noite de Inverno*, de pág. 67:

Ambiciosa, a minh'alma foi outrora
Grácil repuxo que no ar subia;
Hoje, desenganada, é fonte fria,
Não sobe, desce; já não canta, chora...

Nesta noite sem termo, vejo-a agora
Sôzinha e cheia de melancolia:
Abre um livro, mas breve se enfastia...
Chega à janela: tudo é negro fora...

Senta-se, triste, à luz do candieiro,
Pega nas cartas, mas não tem parceiro,
Pega na roca, não desfia o linho...

Atiça o lume, e tem as mãos de neve
A pena molha, hesita... e nada escreve...
Põe-se a beber, mas acha azêdo o vinho...

que é também típico exemplar do desenvolvimento de uma impressão em série de imagens e símbolos, que o poeta opulentamente pôs em prática em obras anteriores. E para mostrar quanto essa impressão se espelha em

LVSITANIA

todo o livro indicarei que a mesma idea se repete, em primeiro lugar, o que é característico, logo no prefácio do livro, *Descendo a encosta*, e depois nos sonetos de pág. 61, 65, 67, 77, 79, 81 e nas *Fôlhas caídas* (segunda parte da obra) a pág. 94, 100, 101, 108, 111, 115. Tendo em conta que a disposição tipográfica do livro é na primeira parte, de um soneto em duas páginas, e na segunda, um quarteto, em geral, por página, creio que não exagerei.

Embora, como digo, o livro não possa, por natureza, ser igual, encontram-se nêle oiros de êstes :

Do promontório sôbre a giba hirsuta,
Damasquinando as águas da baía,
Brilha o farol; a noite é escura e fria;
As ondas marram contra a escarpa bruta. (*O Farol*)

É um exemplo, entre muitos; mas seja-me lícita agora e para terminar uma referência especial: *O Pé de mármore*, que o poeta reservou para o fim do livro. Tudo nesse poema revela o excepcional artista que o modelou. De uma leveza ondulante e serêna, moldado com a bela opulência a que o poeta nos habituara e que nos tornara exigentes, até para as suas próprias obras: com uma frescura evocadora digna de uma juventude; com um admirável sentido íntimo da mentira da imortalidade, êsse poema fica, em meu juízo, na linha da primeira escolha de quanto o poeta nos tem dado. E embora não sejam transcrições, mas estudos, o que à *LVSITANIA* certamente convém, eu ousou transcrever ainda uma estrofe de êsse poema, estrofe de seis versos decassilábicos, com um só pensamento, que vem coleando desde o primeiro verso ao último, sem desfalecimento, sem quebra de perfeita nitidez, realçada por uma encantadora imagem, análoga à que fôra desenvolvida em *Salomé* :

Marmóreo pé divinamente lindo,
Da minha fantasia ao claro lume
Ês um torrão de incenso ou mirra loura,
Do qual um fumo sai, que, no ar subindo
Modela no ar, em linhas de perfume,
A estátua a que tu pertenceste outrora.

O leve defeito rítmico do último verso não turva a fluida beleza da estrofe. Encerro aqui esta notícia breve, que é uma saludação ao poeta colorista, ao pescador «das pérolas divinas da beleza», desejando que uma preciosa-

BIBLIOGRAFIA

mente longa vida seja prêmio do seu amor à beleza e ao devaneio. Julguei que seria uma homenagem mais digna expor as linhas gerais de uma crítica só em alguns meses realizável, a encher de adjectivos inúteis e neste caso pedantes, o valor literário das suas melhores obras. Mais ridículos do que a gralha que se enfeitava com as penas de pavão, são aquêles... críticos (?) que pretendem pintar as próprias à custa das côres que aos criticados roubam. E eu, crítico ocasional, precisava de não enquadrar nesse uso desgraçado um artista notável; e tinha também de salvar a responsabilidade própria, que é alguma. Para evitar o duplo escôlho, tive de cair nesta coisa pobrezinha e rápida que aí deixo esboçada. Não se dirá ao menos que de tal não tenho perfeita consciência.

Setembro — 1924.

VIEIRA DE ALMEIDA.

ANTÓNIO PATRÍCIO: *D. JOÃO E A MÁSCARA*. Uma fábula trágica.
LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND, 1924.

POUCO se sabe acêrca de Don Miguel de Mañara, cuja vida, ao que se diz, sugeriu a Tirso de Molina o *Burlador de Sevilha*.

Descendiam seus pais de uma nobre família còrsa, que se distinguira pelo orgulho e ferocidade, nessa ilha de paixões indomáveis que prolongou até os nossos dias as tradições sanguinolentas do banditismo feudal. Aos trinta anos, uma visão fúnebre arrancou Don Miguel à devassidão e aos crimes em que vivia: porque mais duma vez a sombra da morte envolvera trágicamente as suas aventuras de amor. Recolheu-se então no convento de *la Caridad* e organizou a célebre confraria do mesmo nome, destinada a assistir, nos seus últimos momentos, os condenados à morte, e a dar sepultura cristã aos seus cadáveres, que até aí se abandonavam aos ultrages do tempo e à fome dos animais vagabundos. A sua piedade e as suas virtudes cedo lha grangearam fama de santo. Pensou-se mesmo em elevá-lo aos altares, e foi instaurado a seu favor um processo de canonização na còrte de Roma. No convento onde passou a segunda metade da vida ainda se conserva o molde em gêsso da sua máscara mortuária; um dos mais subtis espíritos do nosso tempo encontrava nela as feições, sombrias e ardentes, do grande Pascal. Estranha coincidência: antes de trocar o mundo pelo *deserto* de Port-Royal, não escrevera também o místico um *Discurso sôbre as paixões do amor*?

LVSITANIA

Esta vida, tão profundamente dramática e de tão perturbante poesia, inspirou naturalmente os escritores e os artistas. Em volta de Don Miguel, que Tellez crismara em Don Juan, teceu-se em breve uma lenda e, como às grandes lendas sempre sucede, cada qual a interpretou a seu modo. Vestiram-no de mil maneiras, expuseram-no sob as luzes mais variadas; a innata sedução, sensual e de amorosa inconstância, que emana de cada uma das aparências que a sua figura foi revestindo, basta porém para que logo sem custo o reconheçamos. Don Juan, definitivamente, ficara sendo o libertino. O outro homem que vivera em Miguel Mañara, o que terminara no silêncio de um claustro a curta tragi-comédia da sua vida, êsse foi pouco a pouco esquecendo e dissipou-se por fim na sombra do passado, onde as virtudes fazem menos vulto do que a desgraça e o crime. A lenda mutilava a história. E desta vez, por excepção, como escreve o sr. António Patrício, a história era superior à lenda.

À história quis o sr. António Patrício voltar. Antes de o acompanharmos, permita-se que nos ocupemos da lenda mais uns instantes.

Não é o *Burlador de Sevilha* que nos explicará Don Juan; pouco ou nada vale o auto de Tirso de Molina pelo que toca ao estudo da alma e das suas paixões. É no esboço dramático que Molière escreveu à pressa sobre o mesmo tema, para aproveitar o interesse do público pelo assunto, que se deve estudar o grande sedutor. Com o seu profundo conhecimento do coração humano, Molière desvendou os recantos mais obscuros dessa alma obscura. Os que vieram depois nada tiveram que acrescentar; do seu génio nasceu verdadeiramente Don Juan.

No carácter de Don Juan a mola essencial é o orgulho; a êle deve a sua satânica beleza. Todos os orgulhos se encontram em Don Juan, e primeiro entre todos o da intelligência.

Êste homem que em nada crê e igualmente desdenha do amor, da amizade, das afeições de família, de Deus, do diabo e da vida futura, acredita cegamente na infalibilidade do seu intellecto. Que *dois e dois são quatro e quatro e quatro são oito* — eis os seus artigos de fé. Tudo o mais lhe parece disfarçada ilusão ou propositada mentira. Viu a estátua do Comendador abaixar a cabeça e aceitar o convite que lhe fizera. Viu-a caminhar, vir ceiar com êle, sentar-se a seu lado e com êle conversar familiarmente. Embora. Don Juan não se rende. *Il y a bien quelque chose là dedans que je ne comprends pas; mais, quoi que ce puisse être, cela n'est pas capable, ni de convaincre mon esprit, ni d'ébranler mon âme.* Don Juan sabe que as pedras não andam, nem falam; aquella, portanto não o pode ter feito. Mais forte do que o próprio milagre, o

BIBLIOGRAFIA

seu orgulho não consente em ver postergadas as leis a que obedece a inteligência que o dirige. Para Don Juan, como para o filósofo, existir é poder ser pensado.

Porque D. Juan não é um devasso trivial ou um palrador agradável. É um homem, e soberbo de inteligência, de altivez, de valentia, de espírito inventivo, de fácil generosidade, eloqüente, belo e, em tôdas as qualidades que fazem o homem do mundo, superior. Pensou muito e conhece a fundo a vida e os homens. Não foi nos livros que aprendeu a lidar com êles; mas leu, de-certo, e não só ninharias. A sua inteligência analisou as vãs concepções do espírito humano, e, hostil à fé, que as domina e explica, fãcilmente destruiu umas pelas outras. No imenso vazio do seu scepticismo permanecia apenas uma única realidade: os fortes impulsos do seu temperamento sensual e enérgico. Opunham-se-lhes as convenções sociais. Don Juan desprezou-as e passou por cima.

O mundo aparecia-lhe como um país inimigo a explorar. nenhuns laços de simpatia o uniam aos outros homens que o habitavam. Don Juan é tão insensível às lágrimas da mulher como às advertências de seu pai ou ao reconhecimento que devia a quem o salvara da morte. Procure-se bem e apenas se encontrará o orgulho na raiz de cada uma das suas acções. Para que se não sinta cobarde é que expõe a vida numa luta desigual a que não era chamado. Se se faz devoto e reveste o hábito repelente da hipocrisia, é que despreza os juízos do mundo e os preconceitos da sua própria vaidade. E se na célebre scena do pobre, Don Juan lhe atrai finalmente o luis, *pour l'amour de l'humanité*, é que também êle é homem, que laços indestrutíveis o prendem ao mendigo que se lhe afixa aos pés, e há o sentimento duma obscura solidariedade humana na compaixão desdenhosa que êste lhe inspira.

Resta o amor: mas o amor em Don Juan pouco tem de comum com o que vulgarmente se entende por esta palavra. Servindo-se duma expressiva imagem, Stendhal chamou-lhe um prazer semelhante ao da caça. E assim o descreveu Molière. O que Don Juan aprecia no amor, são, como êle diz, as inclinações nascentes. *On goûte une douceur extrême à réduire, par cent hommages, le cœur d'une jeune beauté, à voir de jour en jour les petits progrès qu'on y fait, à combattre, par des transports, par des larmes et des soupirs, l'innocente pudeur d'une âme qui a peine à rendre les armes; à forcer pied à pied toutes les petites résistances qu'elle nous oppose, à vaincre les scrupules dont elle se fait un honneur, et la mener doucement où nous avons envie de la faire venir. Mais lorsqu'on en est maître une fois, il n'y a plus rien à dire, ni rien à souhaiter...*

LUSITANIA

Sem dúvida, é próprio de toda paixão satisfeita afrouxar e por fim extinguir-se. Mas o que distingue Don Juan é a indiferença súbita após a conquista e a necessidade imediata de renovar as emoções que com ela tinham morrido. O amor à Don Juan é afinal um prazer do espírito. São as suas qualidades que principalmente êle põe em jôgo, e a vaidade, a curiosidade, o amor-próprio, o gôsto pelas aventuras perigosas e as sensações fortes, o que essencialmente o anima. Resta a sensualidade e com ela aquêle sadismo latente, inseparável do prazer dos sentidos e que em Don Juan é, ao mesmo tempo, material e moral. *Oui, je ne pus souffrir d'abord de les voir si bien ensemble; le dépit allemma mes désirs, et je me figurai un plaisir extrême à pouvoir troubler leur intelligence, et rompre cet attachement... J'ai trouvé de l'agrément dans cette nouveauté bizarre, et son habit négligé, son air languissant et ses larmes ont réveillé en moi quelques petits restes d'un feu éteint...* Discretamente, Molière não insistiu; mas vê-se que não lhe escapou um só traço do modelo. Isso me desculpa de o ter citado tão amiúde; era bem que fôsem tão suas as palavras, como o são as ideas que elas exprimem.

Muito outro é o *Dom João* do sr. António Patrício. Pondo de parte os detalhes do enredo — que o sr. António Patrício declara aliás ter querido reduzir ao mínimo — procurarei extrair dêle a sua complexa significação. O lirismo, por vezes excessivo, do *D. João e a Máscara* é rico de pensamento; a florescência das imagens esconde porém a profundidade das ideas, e, como à noite em selva obscura, é necessário apartar primeiro os caules enlaçados e afastar a multidão confusa das fôlhas, para que à superfície das águas dormentes se reflita vacilante a luz das estrêlas. De momento a momento as perdemos ainda; mas elas voltam, e de novo scintilam na água obscura, como na aêria transparência do céu.

Escrevendo o seu *D. João*, o sr. António Patrício pensava na magnífica unidade do amor, que une essas almas singelas, em que pouco mais há do que um rude esboço de humanidade, aos puros espíritos, elevando-se até Deus. O amor é um só, quer D. João o procure nos lábios perecíveis da mulher, na caridade que alivia as misérias humanas, ou a sua alma,—que voluntariamente dispersa pela vastidão do universo, se prendera à efêmera aparência dos seres e recolhera solícita os ténues ruídos da Terra,—se perca já livre no infinito seio de Deus.

O livro do sr. António Patrício começa quando Dom João, cansado de perseguir uma sombra fugitiva, sente o vazio da sua vida e pede ao destino qualquer coisa — qualquer coisa ou Alguém — que reanime o seu coração morto de tédio.

BIBLIOGRAFIA

Nunca no amor conseguira a união perfeita que êle enganosamente promete; junto das mulheres que mais amara, sofrera as amarguras de sentir-se só. Por hábito, fazia ainda, é certo, o gesto do amor. Mas a alma indiferente já o não seguia. Compreendera a ilusão dêsses instantes em que, mais além da carne, êle julgara para sempre possuir o espírito: porque não há amor que se não creia eterno, e não teime em supor perpétuo o eco duma palavra. Então, a morte vem visitá-lo, e Dom João adivinha que a sede de eternidade só a morte a pode apagar.

Em todos os tempos, ela andou ligada ao amor. O mesmo instinto desperta no homem as forças que produzem a vida e os impulsos que arrastam à destruição. E só no repouso do túmulo, cansado das vãs ansiedades do amor, êle imagina essa completa fusão dos que se amam, que em vida não alcançara e coisa alguma, agora, virá perturbar. Dom João saúda na morte a amante que não engana, o seio onde se descansa sem fim, a libertadora que presentira e amara sem a conhecer.

Morrer é ser iniciado. A inscrição da Antologia grega que o sr. António Patrício transcreve é ainda mais profunda do que o seu autor certamente julgava. A morte é, na realidade, a grande iniciadora. Á sua luz o mundo transforma-se, e revela-se-nos o sentido da vida, porque não mais vemos as coisas como se fôssemos o ponto para onde elas convergem, e a razão de ser da sua existência. Compreendemos que insignificante partícula somos na vastidão do universo; a sua claridade dissipa os fumos de vaidade que nos embaciavam os olhos, e a humildade é o princípio de todo o saber.

Tocado pela morte, Dom João transfigura-se. O seu amor, liberto do desejo, deixa os caminhos estéreis para onde a mocidade o tinha impedido. Não mais procura a satisfação incompleta que vem das criaturas. A força que o anima não mais se gasta numa luta isolada. Integrado no Amor que governa o mundo, estende-se a todos os homens e sobe até Deus. A Morte, que lhe apontara a nova rota, pode então dizer-lhe em belos versos panteístas:

O silêncio da noite é um turbilhão de gemas
sofrendo como tu, em órbitas sem nome,
do mal, do grande mal que te consome.
Quem arde assim de amor, tem irmãos-sóis na altura.
A noite é tua irmã. A tua chama é pura.

Mas, a Morte ainda não viera de vez. E Dom João, beijando religiosa-

LUSITANIA

mente os vestígios que os seus pés deixaram na pedra em que poisaram ligeiros, espera que ela volte e o deixe perder-se para sempre no grande Amor que o chama a Si.

Dentro do carácter que o sr. António Patrício lhe atribuiu, há lógica nos sentimentos que Dom João nos revela. Se são igualmente reais; se, para tomarmos como exemplo um caso concreto e famoso, assim succedeu a êsse Miguel de Mañara, cuja vida o sr. António Patrício seguiu desenrolando a trama da sua fábula, é uma questão secundária — porque a verosimilhança, que é a verdade ideal, basta às obras de arte; mas não uma questão sem interêsse.

Contentar-me hei com formulá-la, e não arriscarei uma resposta que não poderia fundamentar. Dir-se há que Miguel de Mañara voltou para Deus o amor que primeiro dedicara à mulher? Ou que a alma, abalada pela visão macabra do seu cadáver e dos funerais que lhe faziam, empregou no amor de Deus a violenta energia com que buscara o prazer? O que precede, nem sempre é causa; o que se segue, nem sempre é efeito. *Post hoc, ergo propter hoc*, representa apenas um modelo de mau raciocínio — que felizmente nada tem que ver com o livro do sr. António Patrício. Talvez êle apresente entretanto alguns atractivos para certos leitores, que resolvem tudo sem terem compreendido coisa alguma. Um ou outro dêste género se deve naturalmente contar entre os que mais apreciaram o *Dom João e a Máscara*; para êle transcrevi a conhecida locução latina.

O problema que formulei resume-se afinal em averiguar se Dom João pode ter amado. O sr. António Patrício optou pela afirmativa. Não lhe exprobarei o ter sido indulgente para o grande pecador: era o seu direito. E se um bom livro, como há muito se disse, é um livro que nos faz pensar, é sem dúvida bom o que o sr. António Patrício escreveu.

Há alguns anos que a sua pena descansava; mas durante êsse tempo o seu espírito não ficou inactivo e a sua sensibilidade aprendeu talvez novas maneiras de sofrer. No *Dom João e a Máscara* há grandes belezas, que seriam mais perceptíveis se fôsse mais suavemente discreto o ritmo da linguagem; e dêle pode extrair-se uma elevada lição de moral, inacessível contudo à maioria dos leitores, que aprenderão mais facilmente certas liberdades de detalhe, a que a moralidade é estranha. Nos livros que nos promete, e são esperados com justificado interêsse, não seria mau que o sr. António Patrício se lembrasse uma vez ou outra dos pobres de espírito que, ao menos pelo número, não são para desprezar.

LUIZ VIEIRA DE CAMPOS.

BIBLIOGRAFIA

EGAS MONIZ: *JÚLIO DENIS E A SUA OBRA*. Com inéditos do romancista e uma carta-prefácio do Prof. Ricardo Jorge. — 2 vol. 1924 — CASA VENTURA ABRANTES — Lisboa.

O Prof. Doutor António Caetano de Abreu-Freire Egas Moniz acaba de lançar uma obra útil, escrita despretenciosamente — por vezes até com a forma de uma série de notas — destinada, não a revelar o pulso de um escritor, nem a desenvolver a análise laboriosa de uma crítica de pormenor e de conjunto, mas a definir e documentar a sua posição de crítico perante a obra interessante de Júlio Denis. Aproveito a ocasião de salientar que assim conviria fôsem estudadas, monograficamente, as figuras de relêvo da nossa literatura, antigas ou modernas (pois em trabalho probo não deve ser feita diferença de umas para outras); poupar-se-nos hia de esta forma o tédio de ver pomposos resumos de centenas de páginas para dezenas de autores, ocasional cerzidura de opiniões desconexas, quando não contraditórias, que nos deixam no mesmo estado de saber — ou de ignorância, — sôbre o assunto de que pretendem ocupar-se. Isto a despeito de meia dúzia de altos exemplos, de lento frutificar, ao que parece.

O autor, comquanto se defenda de que o julguem admirador cego, e procure justo motivo de sua patente admiração, é um panegirista entusiástico do romancista, deixando cair, de quando em quando, frases documentadoras dessa atitude. Um exemplo: «... o interessante escritor que se ocultara sob o modesto pseudónimo de Júlio Denis»... (I, p. 243 — Cf. p. 103). Ora um segundo de atenção mostra que tal pseudónimo não é modesto ou imodesto; e que entre um «Gomes Coelho» — de burguesa trivialidade por sinal — e um «Júlio Denis», a diferença não será em desfavor grande dêste último. O pseudónimo não diria ao público tratar-se de alguém notável; mas o nome também não daria a sugestão de pertencer a uma águia da literatura. E — vá em parêntese — nenhum dêles mentia. Aquele «interessante», da frase acima referida, é talvez a mais própria adjetivação de todo o livro.

Do tríptico domínio dum estudo dêste género: — biografia do autor (e génese da obra) — relações entre o autor e a obra — exame crítico da obra — o Prof. Egas Moniz desenvolveu em muito maior escala as duas primeiras partes. Por isso eu digo acima que o livro se destina a definir e documentar a posição do crítico. Vejamos como êle se documenta e define:

A informação dêste livro é copiosa. O autor procurou tudo quanto pudesse elucidá-lo sôbre a vida e a personalidade do seu biografado, sôbre o o seu espólio inédito, esbôço ou esboços que das obras deixou, cartas, estudos preliminares de personagens, etc. Basta dizer que, no primeiro volume, só



LVSITANIA

três dos seus dezoito capítulos (XIII, XIV, XV) abordam a crítica, ou a notícia-comentário de críticas anteriores. O segundo volume destina-se a mostrar as relações do escritor com a obra.

Rica, portanto, a parte biográfica dêste livro. Rica e de interêsse. Temos ali curiosas informações, novidade para muitos (para mim, pelo menos, inteira novidade) sôbre processos de trabalho do romancista, fases da sua vida íntima, evolução dos seus planos, parte importante que o teatro ocupa na sua actividade. E assim, esta parte do estudo merece todo o aplauso. Na parte crítica (muito menor e mais leve, como digo) podem talvez fazer-se alguns reparos.

A tese capital do autor, expressamente produzida (I, p. 244) é que Júlio Denis foi um realista, «porque» tôdas as suas personagens foram tiradas do natural. Assim conclui o capítulo XIII, prometendo reservar o segundo volume à explanação dessa que o autor denomina «maneira de ver» e eu preferiria chamar «investigação de facto». Ora a tese, apresentada por tal modo, contém uma definição disfarçada. Não se engana, de-certo, o Prof. Egas Moniz, quando julga, como diz, tê-la documentado com valiosos elementos, porque *nas suas linhas gerais*, os paralelos e conclusões tiradas são de uma extrema probabilidade, praticamente válida como demonstração. Achado pois que as figuras do romancista são estudos de modelo vivo, e, por outro lado, o entrecho dos romances «pura fantasia» (I, p. 246) a tese quer dizer: «chamo realista a qualquer autor, que, embora architectando os seus romances na imaginação, nêles mova figuras tiradas do natural».

Pode sempre começar-se por uma definição-princípio; mas, a despeito das applicações extravagantes a que se presta a classificação genérica de escolas literárias (e algumas conheço de insuperável cómico) parece-me desvantajoso começar por uma definição, em que se repudia não só o uso tradicional do termo — forma de êle, quando comum, cristalizar em significado técnico — mas a própria análise e comparação de obras literárias. Recordo, a propósito, uma interessantíssima definição que li algures: — «Clássico é um romântico realista». — Efectivamente o «realismo» consiste, por espontaneidade, como em Homero, por doutrina, como em Flaubert, em achar à vida, na sua complexidade, um valor estético integral, que o artista literário pode e deve aproveitar por selecção e combinação não convencionais. Ao realismo não fere o extraordinário ou o maravilhoso, como símbolo, ou a mais alta idealidade, como tema e documento. A vida de S. Francisco de Assis pode tentar um realista, como as vidas de santos do nosso Eça ou a tentação de Santo António, de Flaubert. O que o realista de todo repugna — e louvado seja o

BIBLIOGRAFIA

realismo — é o «amaneirado», de qualquer natureza: solene, terno, oracular, etc. Que alguns realistas se tenham comprazido na pintura do ascoroso, exclusivamente, é êsse um episódio de reacção literária, correspondente, porventura, a um modo de ser íntimo do escritor (quando não é pura imitação ou ostentação) mas não constitui modo intrínseco da doutrina. A própria observação é um processo auxiliar, não um carácter definidor. Em resumo, a verdade do realismo é a consistência das possibilidades e a manutenção da atmosfera geral em que se passa o romance (visto como aqui só nos interessa essa forma literária). O realismo de um autor deve pois buscar-se na arquitectura das suas obras e nas derivadas principais: rigor do diálogo e equilíbrio requintado do estilo, e exactidão do descritivo, que são, como se vê, conseqüências da concepção fundamental, no campo da realização artística. O facto de uma figura ser estudada do natural é um elemento favorável, sem dúvida, mas um só elemento do «processo de realização» e por isso mínimo, ou pelo menos secundário, no realismo de um escritor. Estudar uma figura quer dizer construí-la bem, e de-certo as figuras de Júlio Denis não são *copiadas* do natural, mas *compostas* com elementos de figuras observadas (o que só abona o romancista) como em outro ponto, embora de passagem, o Dr. Egas Moniz reconhece (I, p. 182). Querendo fazer um romance, cujo plano formara, ou esboçara, êle buscava modelos reais para suas figuras ideais estilizadas — porque o são — Ficamos conhecendo, graças a êste livro, que era assim. É uma curiosa informação; mas pergunto: ¿é por êsse facto que os romances de J. Denis entram na categoria de realistas, se lá não estavam? ¿era porventura o desconhecimento dêle que não deixava enquadrá-los aí?

Parece-me também errônea a afirmação: «O bom e o belo eram as suas directrizes na arte;» [o belo não é uma directriz; é um objectivo geral, e feliz o que o atinge] «mas ambos subordinados à realidade das personagens» (I, p. 247). Para não alongarmos uma exposição, que a pessoas cultas enfadaria com motivo, seja-me permitido vincar caricaturalmente a interpretação última desta frase. Ela corresponde a dizer que J. Denis arrebanhava algumas pessoas de seu convívio transitório ou permanente e lhes deitava por cima um enrêdo em que pudessem figurar.

O Dr. Egas Moniz, um pouco inclinado em crítica a proposições dilemáticas, parece admitir a alternativa: — são ou disforme — na arte; lembrarei que é bem romântico êsse pseudo-contraste, de que alguns românticos com infeliz concepção fizeram, eclecticamente, a urdidura esquemática do drama: tragédia e caricatura. O próprio exemplo aduzido, o de Eça de Queirós, como representante do segundo aspecto, mostra a fôrça da ilusão. Eça de Queirós não «convulsiona as personagens» nem pintou «aleijões físicos ou

sociais» que, segundo o autor, J. Denis «deixou para outros» (I, p. 248). Excepção feita de algumas notas secundárias em *O Primo Basílio* e *O Crime do P.º Amaro*, ¿onde o aleijão ou a sordidez?

«J. Denis condena o romance de imaginação em que as peripécias e lances imprevistos se sucedem ininterruptamente. Essa arte do romance caiu nos exageros de Ponson du Terrail» (I, p. 287). Ainda outra alternativa falsa. Não há a oposição que se pretende aqui. E quanto à sucessão de lances, imprevistos ou não, isso é muito da maneira de J. Denis, ainda que afogados no pitoresco, em que êle os desenvolve.

A resposta de Guilherme Braga a Pinheiro Chagas (cit. a p. 261), um dos «amaneirados» que Eça de Queirós desmanchou nas conhecidas cartas, é também falsa. Êle parece impor a opção entre estilo *ornado* e estilo *singelo*. Ora, não há (ou se há é uma coisa miserável, sem categoria fora da estilística de Mascarenhas) estilo *ornado*, como quem enfeita cantareiras em dia de orago. O que há é estilo melhor ou pior, conforme exprime o que se pretende fazer entender ou sentir. O que há é estilo bom e mau, próprio e impróprio, sugestivo e reles. A alternativa de Guilherme Braga não existe. E acrescentarei que nestas questões de doutrina, quem quiser verificar a mediocridade de J. Denis como teórico da sua arte basta-lhe há percorrer as páginas 238, 239 e 240 do primeiro volume desta obra.

Outro e último exemplo: «não é exacto que o romance *As Pupilas* se passe todo na sucessão de scenas dialogadas como no teatro antigo. Pois se outros há que o criticam, porque o autor se demora em longas apreciações psicológicas!» (I, p. 253).

Mas... não há contradição. Essas apreciações, bastante frouxas, por vezes, porque o psicólogo J. Denis tem a penetração quasi trivial de qualquer pessoa inteligente e atenta, abundam nos romances; o que não impede a sucessão de diálogos. O ser tocado preferentemente por um dos aspectos é um resultado da equação pessoal; mais nada.

Disse eu que *nas linhas gerais* eram justos os paralelos e conclusões. Cabe até um louvor especial ao crítico, que, sendo neurologista, não foi a reboque do pendor profissional, mais perigoso nos que... fingem sê-lo, e pelo contrário foi tão modesto na utilização dêsse recurso que classificou de «talvez excessivamente psico-analítica» uma nota que podia passar como simples observação (I, p. 137). Em todo caso, o mesmo entusiasmo, a mesma admiração levaram-no, a-pesar disso, a um ou outro excesso. Assim, por exemplo, não precisa de ser invocado o facto de J. Denis (Daniel, de *As Pupilas*) não ser irmão do Patarena (Pedro) para o desculpar da tentativa de roubar a noiva ao irmão. Pois se o facto é essencial ao romance, que

BIBLIOGRAFIA

além disso, é da «mais completa fantasia», como dêle se diz em especial (p. 286), ¿ que necessidade haverá de absolver o romancista?

Também o sonho de Cecília em *Uma Família Inglesa* não eleva J. Denis a «psicólogo profundo». Fazer falar doidos e architectar sonhos é coisa velha e de bom (e justo, às vezes) feito em arte. O citado pormenor de gritar sem ouvir a própria voz é trivialíssimo em sonhos aflitivos. Devo ainda observar que alguns vocábulos que o Dr. Egas Moniz supõe regionais, o não são. Tudo isto — repito — não invalida as suas conclusões gerais nesta parte da obra.

A página crítica de Eça de Queirós, transcrita das *Farpas* pelo autor d'êste livro, é uma página de impressões; mas é talvez a que maior e mais justa visão revela. J. Denis (que eu não critico, porque precisaria dum volume) não é bem um romancista; é um narrador sugestivo. Romancista e narrador estão como cantor e cantador. As conversas com o leitor e a leitora, a maneira de *dizer* a paisagem, o amor a um certo decorativo de scena, fazem dêle uma figura, interessante, sem dúvida, mas não de primeiro plano da literatura do romance. Tentativa honesta e agradável, não direi de reacção, mas de acção, o romance de J. Denis, libertando-nos (não de todo) das Morgadinhas de Valflor que falavam do Empíreo à beira do amante moribundo, tem real valor. Costuma chamar-se-lhe português (não sei porque se confunde português com regional) mas todos êles — não receio dizê-lo — parecem os evangelistas daquêle encantador livro de Eça — *A illustre Casa de Ramires* — onde não há menor delicadeza, menor bondade até, e há, sem hesitação possível, outra superioridade, em todos os sentidos. E não quero deixar de dizer que em relação a certas falsas profundezas modernas, prefiro também o J. Denis com sua límpida sinceridade.

Não alongarei de forma alguma considerações que eu não recearia demonstrar pormenorizadamente; pouco mais faço do que dar o resumo dum livro digno, por vários motivos, como mostrei, de franco aplauso e bom acolhimento. E aos que disse devo juntar o de, como se vê pelo longo estudo do Prof. Egas Moniz, êle não ser de certos pseudo-scientistas que vêm na literatura um entretenimento para horas de ócio de coisas sérias e a querem por isso amena e fácil; sem compreender que nas grandes obras literárias pode haver e há, tanto estímulo de pensamento, tanta origem de tensão espiritual, tanta inquietude de interrogação e de problemas, como nas mais obscuras questões a que a sciência chama suas.

VIEIRA DE ALMEIDA.

LUSITANIA

D. MARIA DA LUZ SOBRAL: *CONTOS E LENDAS DA NOSSA TERRA* (para as crianças), com ilustrações de D. ALICE REY COLAÇO. EMPRÊSA INDUSTRIAL GRÁFICA DO PORTO

HÁ bom e mau nos *Contos e lendas da nossa terra*: e de tal maneira, que nos convencemos de que a distinta Autora nos poderá dar livros de histórias infantis inteiramente bons — e muito bons, — no dia em que desistir de fazer «literatura». «La véritable éloquence se moque de l'éloquence», dizia Pascal: e a verdadeira literatura tem horror à *literatura*. São bons (e em relances, ótimos) os contos reunidos em *As histórias do Tareco*, e o *Pinto calçado*; têm «literatura», boniteza, falsa poesia, estilo de açúcar, *sensiblerie*, e são por isso maus, e por momentos péssimos, *Lenda das rosas*, a *Fontinha encantada* e a *Lenda do rei Saúde*. Resista a Autora à tentação de fazer bonito, a deixar-se arrastar por certas modas, e fará belo, sempre belo: porque (insistimos) revela para o género excepcionais aptidões. Às ilustrações da sr.^a D. Alice Rey Colaço não falta encanto; para crianças, porém, exige-se mais rigor no desenho, mais observação da realidade e menos infantil primitivismo, se podemos falar paradoxalmente. Aconselhava o pintor Rousseau (era êle, se não estamos em êrro) que se pusessem três quartos dos olhos sôbre o modelo, e um só quarto sôbre a tela: preciosa máxima. A edição dos *Contos*, por seu lado, inculca louvável boa vontade; algumas emendas, e ficava certa.

ANTÓNIO SÉRGIO.

UMA CARTA DE JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

D O meu Ex.^{mo} Amigo o dr. Jaime de Magalhães Lima recebi há tempo uma formosa carta, que, por falta de espaço (e assustados com o excesso de páginas dos últimos cadernos da nossa revista) não podemos publicar integralmente. Protesta nela o nosso Amigo contra a minha herética afirmação, na nota bibliográfica ao romance de Manuel Ribeiro, de que para a *prosperidade social*, para a moralidade *colectiva*, o exemplo dos santos não é *bastante*; e raciocina assim, palavras suas:

«A sciência fisiológica e a química reconhecem hoje nos alimentos

BIBLIOGRAFIA

certas substâncias, até há pouco ignoradas e aparentemente acessórias, a que chamaram vitaminas. Sem elas, os alimentos perdem todo o seu poder vitalizante, e logo se manifestam as doenças intituladas de insuficiência alimentar, como o raquitismo e congêneres. A saúde e a robustez dependerão não só da abundância química dos alimentos, da quantidade bastante, mas também da presença desses seres misteriosos, instáveis, nimamente cativos de diversas influências, extremamente irregulares na sua distribuição, e todavia um princípio catalítico averiguadamente essencial à vida. Vem agora um estudioso americano, o dr. Walter Eddy, e, levando longe a experiência e a análise das vitaminas, isola-as e consegue, por exemplo, destituir o fermento da sua actividade própria ou restaurar-lha conforme o priva de vitaminas ou lhas restitui; e, a-final, por efeito da segurança com que as maneja, verifica que no fermento as vitaminas se encontram na proporção de 1 para 40.000—o que traduzido em psicologia me significa que em a nutrição e saúde moral das sociedades um país de 6 milhões de almas carecerá apenas de 150 consciências para lhe vitalizar o ânimo.

«Chegarei mesmo a suspeitar, e talvez a moderna concepção da natureza do átomo não me ponha maiores embargos ao atrevimento, chegarei a suspeitar que em toda a extensão da actividade cósmica, tangível ou etérea, o volume dos princípios vitalizantes é mínimo relativamente ao volume das substâncias vitalizadas. E V. Ex.^a, que crê fervorosamente no poder das aristocracias, por certo não reputará muito fora da lei semelhante pretensão.

«Por isso piedosamente ajoelho nos altares dos santos—vitaminas essenciais, a meu ver.

«Entretanto, certo é que V. Ex.^a, apontando-nos épocas em que a mais acrisolada santidade de raríssimos eleitos coincidiu com a mais desabrida devassidão do vulgo multitudinário, não nos esclareceu muito largamente e, muito menos, dissipou as dúvidas que nos restam sobre o grau em que as épocas de ordem que sucederam às épocas de dissolução foram resultado das reacções anteriores da santidade sobre o tumulto. Evidentemente, em toda a cozinha, na da felicidade dos homens como na dos regalos do paladar, não basta pôr a caçarola ao lume com bons tempêros para que de súbito estes se tornem em caldo succulento e fortificante. Não: leva seu tempo a ferver e abeberar. O carácter, na sua formação, é um fenómeno de *criação*, transformação gradual e lenta da matéria anárquica sob a influência de impulsos constantes na pressão, natureza, aspiração e propósito. O carácter só se produz por derivação e conti-

LUSITANIA

nuidade, aborrece cataclismos que apenas instantânea e revolucionariamente poderão disseminar ideas, e destinadas a vingiar ou desfazer-se conforme o carácter moral gerado e alimentado por outras vias as acolher ou repudiar.

«Haverá mesmo quem suponha que a santidade é principalmente um precipitado dos extremos de decomposição tumultuosa. Será como a reacção natural das doenças que fazem crise e por ela deixam que o enfêrmo se salve. R. Browning, o poeta, teria sentido claramente uma grande lei onde disse:

Type needs antetype:

As night needs day, as shine needs shade, so good

Needs evil: How were pity understood

Unless by pain?

«A face necessita da anti-face.

Tal qual o dia necessita a noite,

e o brilho a sombra;

assim o mal é necessário ao bem.

Só nas penas se concebe a piedade.»

«A duplicidade do coração humano exprime-se e agita-se na energia combativa dos contrastes. Impulsos psicológicos como aqueles que movem o heroismo dos homens nobres dos livros do sr. Manuel Ribeiro são o antidoto natural e o complemento — a meu ver, redentor — das crises de dissolução moral como a que nos agoniza a hora presente. Abrandarão quando a dissolução abrandar e recrudescerão quando a dissolução crescer, mas os seus efeitos últimos positivos só o tempo os mostrará.

«Depois ainda, se continua em vigor o preceito, já agora antigo, de que *les grandes pensées viennent du coeur*, ¿ como é que as «individualidades particularistas» e «certos hábitos, certas ideas e atitudes» hão-de produzir-se sem que previamente o coração educado na santidade as reclame e fabrique?»

«Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente boa (é uma doença do século) por aquilo que o Lange chamou «o excesso do princípio da intelligência». Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, e homem de acção por exce-

BIBLIOGRAFIA

lência, por isso que a sua acção é tóda no sentido do bem. De resto (e era isso que eu queria dizer ao Renan) os que fundaram as coisas vitais das sociedades tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos».

«Isto me escreveu Antero há perto de quarenta anos e tenacissimamente se me gravou na lembrança.

«Entre o santo e o filósofo, e, por maioria de razão, entre o santo e o regedor, ainda que o regedor se chame Péricles ou Napoleão, ficarei com o santo. Porque o santo é o mais fiel intérprete de Deus, e a ordem do mundo, como a ordem da alma, só em Deus encontrará filiação assaz consistente para a manter.»

Aí está a argumentação do nosso ilustre contraditor.

Quanto a mim, agradeço ao excelso Amigo a sua lição sôbre as vitaminas, de que já tinha notícia por quaisquer autores. Um grande achado para os higienistas, não haja dúvida. Ignorava, todavia, que tivessem também na apologética aquela conspícua aplicação. Pois é verdade: cada vez me convenço mais, admirado adversário, de que há no mundo dos entendimentos espécies diversas e irreduzíveis,—sem, claro está, estabelecer entre elas superioridades (constatação de factos, pois, sem nenhum juízo de valor). Aquêlé trânsito vertiginoso da vitamina para a santidade—é pulo a que o meu intellecto se não afaz. Não entendo: e por isso mesmo não discuto. Previno-o, porém, de que assim como o meu Amigo assemelha as vitaminas aos grandes santos,—ao fazer a imagem com a sociedade,—haverá quem as equipare aos industriais, aos banqueiros, aos políticos, aos filósofos, aos cientistas, aos médicos, aos homens de guerra, e por aí adiante, cada um com suas razões. Eu, que as não conheço, não sei bem se se parecem mais com Santo António que com Mussolini, o marechal Foch, Einstein, Bergson, o fabricante Ford ou os Rotschild.

Antolha-se-me a mim que falei de uma coisa, e de outra o meu bom Amigo. Não lhe censuro de maneira alguma o despôrto inocente de ficar com santos, de passear com santos, ou de ser santo. É praxe digna do maior louvor. Dize-me com quem andas, direi quem és. Fiz uma afirmação, sim, sôbre a prosperidade social das humanas sociedades, sôbre a moralidade *colectiva*,—a qual fui estudar *nas sociedades*, claro está, e de maneira alguma nas vitaminas. Essa afirmação é a seguinte: o exemplo *moral* dos homens bons é absolutamente ineficaz para a prosperidade *social*, para a moralidade *colectiva*, para a disciplina da comuni-

LVSITANIA

dade, se se não achar acompanhado da condição indispensável: a formação social particularista dos indivíduos que a compõem. Por outras palavras: o exemplo do santo é factor *adjuvante*; o do homem de carácter, *necessário*; nenhum dêles é factor *suficiente* da prosperidade social. Só frutificam, ambos êles, pela acção educativa da formação particularista.

A sua hipótese da acção lenta (a distância no tempo, por assim dizer) é contraditada pelo seguinte facto: Há uma sociedade com muitos santos, mas corrupta; invade-lhe a terra uma gente nova, sem contacto com ela até aí: gente bárbara, paganíssima, animais de prêsa, nada santa, *mas com melhor formação social* que a sociedade invadida onde havia santos; e vê-se *logo, directamente*, sem acção de santos, a regeneração da sociedade em prosperidade social. Observa-se isto nas invasões dos Bárbaros. ; Igualmente em tôdas?—Não: proporcionalmente ao grau de particularismo na formação social dos invasores.

Outro fenómeno: Há sociedades onde a acção moral—a prêgação dos santos ou reformadores—produz efeitos *imediatamente*, em todos os casos, sem excepção, como o bom campo para a boa semente de que fala a parábola do Evangelho. Que sociedades?—As de formação social particularista. Em outras, pelo contrário, vemos succederem-se *inútilmente* os santos e os heróis morais. Naquelas, os heróis morais triunfam sempre; nestas, têm de fugir para Val-de-Lobos. São, estas, a gleba má do Evangelho, onde a boa semente não produz. Que sociedades?—As de formação comunitária. Estude a história dos Prêgadores em Inglaterra e Portugal,—*verbi gratia*,—e perceberá V. Ex.^a o que quere dizer êste seu criado.

Nas sociedades comunitárias o bom exemplo fica estéril. ; De que serviu aqui o de Herculano, o de Antero de Quental, o de Mousinho da Silveira, o de Basílio Teles? Qualquer dêles, na particularista Inglaterra, teria feito uma revolução moral. Para a prosperidade social da grei—o *exemplo* dêles não serviu de *nada*. Os santos vão adiante: não lhes contesto êsse lugar. Muitíssimo bem que seja assim, para que não vejam a bacanal de crápula que nas costas dêles se vai passando. Porque atrás dêles, illustre Amigo, faz cada um aquilo que pode. E digo *o que pode*, e não *o que quere*, porque a formação social nos obriga a todos (e até aos santos e aos heróis) a procedimentos contrários à prosperidade social. Tanto assim, que êsse mesmo Antero que V. Ex.^a invoca (um santo com que eu iria, porque tinha amor às ideas claras) escreveu isto: «a moralidade colectiva é um facto, em grande parte, de ordem económica, ainda que esta afirmação pareça paradoxal». Ponha-

BIBLIOGRAFIA

mos ali, em vez de «económica», a expressão «económico-educativa», e teremos quasi o que eu quis dizer. Por isso os santos nada pesam na moralidade colectiva, na prosperidade social, sem a prévia existência da condição indispensável, que é a formação particularista da sociedade em que elles actuam.

Perdõe V. Ex.^a as heresias dêste crítico humanista, a quem certo humorismo nos erros heréticos não tolhem o dom de saber venerar, e enaltecer, e amar, os homens como V. Ex.^a, imensamente merecedores da sua admiração e do seu respeito.

De V. Ex.^a

Criado v.^{or} e muito obrigado

ANTÓNIO SÉRGIO

P. S. — Já que estamos em faina de objecções e resposta a elas, direi aos meus poucos leitores que vi o artigo de António Sardinha sobre *O Século XVII*, publicado neste fascículo da *LVSITANIA*, e que, entrando nele afirmações diametralmente opostas às minhas na noticia sobre o opúsculo do snr. Múrias (v. *LVSITANIA*, n.º 3, p. 441 e seg.) me julguei na obrigação de escrever uma carta àquele nosso amigo e companheiro (que só poderá ser publicada no próximo fascículo desta revista) com o título: *O século XVII em Portugal, segundo o romantismo jacobino, o romantismo-reaccionário, e o humanismo imparcial e crítico.*—A. S.



PHILOGENETICS

The first part of the paper is devoted to a general discussion of the principles of phylogenetics. It is shown that the basic principle is that of the least number of changes. This principle is applied to the construction of a phylogenetic tree from a set of characters. The method is illustrated by the example of the evolution of the vertebrate eye.

The second part of the paper is devoted to a detailed discussion of the method of the least number of changes. It is shown that this method is equivalent to the method of the maximum parsimony. The method is applied to the construction of a phylogenetic tree from a set of characters. The method is illustrated by the example of the evolution of the vertebrate eye.

The third part of the paper is devoted to a detailed discussion of the method of the maximum parsimony. It is shown that this method is equivalent to the method of the least number of changes. The method is applied to the construction of a phylogenetic tree from a set of characters. The method is illustrated by the example of the evolution of the vertebrate eye.



MARGINALIA

CAMÕES EM ESPANHA

PREPARA-SE em Espanha, com o concurso da Academia Espanhola e dos principais Institutos de cultura scientifica e literária do país vizinho, o Centenário de Camões, em cuja coroação virão colaborar a Madrid as quarenta e nove provincias do reino. Êste admirável movimento conforta o nosso orgulho de Portugueses e de Hispanos — Hispanos naquêl sentido que o próprio Camões lhe deu nos *Lusíadas*, e que, sucessivamente obliterado mercê de influências diversas, agora renasce animado de magnífica e superior consciência lusa e espanhola, peninsular.

LVSITANIA dedicará ao Centenário de Camões em Espanha tóda a atenção que merece êste facto igualmente glorioso para as duas nações, as quais dêste modo vão preparando o esplêndido porvir da civilização do Ocidente, — madre sagrada na história da civilização universal.

O RETRATO DE ALBERTO DÜRER

NA transcrição da carta latina de Jerónimo Cardoso (do artigo da *LVSITANIA*, p. 317) menciona-se «Al-

bertum Direnum (sic)». Deve entender-se que *Direnum* está por *Direrium* = *Dürerium*. O apelido *Dürer* foi alatinado em *Dürerius*, segundo a regra dos nomes gentilícios, que terminam geralmente em *-ius*: no accusativo *Dürerium*, ou com *i* por *ü*, do que dá exemplos a gramática histórica alemã. Também tenho visto alatinar *Hübner* em *Hübnerius*, *Mommsen* em *Mommsenius*, e assim por diante.

J. L. DE V.

AS DOCTRINAS DE SPENGLER

NA Residencia de Estudantes, de Madrid, — a primorosa instituição pedagógica tão simpática aos intellectuais portugueses —, realizou António Sardinha, em Junho, uma conferência de refutação das doutrinas de Spengler na sua teoria de história. Mostrou como, na hora de revisão social e intellectual que atravessamos, está em crise a noção de *homem*, segundo a concepção do Ocidente, attribuindo o facto às derradeiras consequências do individualismo formulado pela rebeldia de Lutero, a que a Revolução Francesa deu ex-

LVSITANIA

pressão final. Dentro dêsse individualismo filosófico é que Spengler profetiza o fim da civilização ocidental. Depois de filiar estas tendências mentais, o conferente desenvolveu e evidenciou a distinção entre *individuo* e *pessoa*, preconizando, contra os subjectivismos, o regresso à *filosofia do ser*, que não é outra senão o Tomismo. Nesta distinção encontra-se a idea madre da conferência, baseando a noção de *pessoa* na civilização ocidental nascida do Cristianismo, o qual purificou os valores humanos que a Grécia e Roma tinham aperfeiçoado e foram desvirtuados pelo individualismo germânico e pelo capitalismo inglês. O conferente não pode crer que esteja morta a civilização ocidental, antes pensa que se renovará nas fontes de que promana. A América — indevidamente chamada *latina* — é a maior garantia do Ocidentalismo — sinónimo autêntico de *Hispanismo*. E êste vencerá a crise moral em que se debate, afrontando, com a sua consciência máxima em Camões, os perigos que ameaçam converter numa triste Mongólia a terra sagrada do Ocidente.

RAINHA DA BÉLGICA

POR intermédio do sr. ministro em Lisboa, S. M. a Rainha da Bélgica teve a grande gentileza de notificar ao dr. José de Figueiredo

como lhe foi grata a referência feita ao seu nome, no estudo acêrca de frei Carlos, e em que a visita às Janelas Verdes e uma frase de S. M. são lembradas pelo director do Museu de Arte Antiga.

VIANA DA MOTA

O ILUSTRE professor, a cuja alta competência estava confiada a nossa rubrica de *Música*, deixa de pertencer à redacção desta Revista em virtude de lhe não sobrar tempo para lhe dedicar, occupado como se encontra com os seus trabalhos officiais e particulares. Assim no-lo declara em carta a cujos termos somos muito gratos. Apresentamos ao sr. Viana da Mota as nossas homenagens, sentindo a sua ausência.

As notas publicadas acêrca de música eram da redacção.

HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS

POR iniciativa do sr. dr. Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional, que para o caso se entendeu com o director da Imprensa Nacional de Lisboa, vai ser brevemente publicada a *História dos Descobrimientos* deixada pelo falecido escritor Faustino da Fonseca, em parte já impressa, e em parte guardada nos Reservados da Biblioteca.

MARGINALIA

CONGRESSO DE MEDICINA

O II Congresso Nacional de Ciências Médicas, a realizar em Sevilha (15-20 de Outubro) sob a presidência de honra de S. M. o Rei de Espanha, será mais uma alta manifestação das relações luso-hispano-americanas. Para presidente honorário do *Comité* português foi convidado o Dr. Melo Breyner (Conde de Mafra) e para presidente efectivo o Dr. Reynaldo dos Santos.

SALOMÃO REINACH

É COM o maior prazer que publicamos o artigo que nos enviou o eminente académico francês Salomão Reinach e a que damos o lugar de honra a que, por todos os motivos, o ilustre erudito tem direito. O seu assunto, de um alto interesse para nós, e constituindo um problema cuja solução pode abrir-nos horizontes largos, é mais uma nova afirmação da maleabilidade do espírito de Salomão Reinach, ávido sempre de novas curiosidades. Com uma bagagem hoje verdadeiramente monumental, e que os que dêle conhecem apenas os livros mais vulgarizados (*Apolo, Orpheus, Minerva,*

etc.) mal suspeitam, Reinach não descansa nunca e sobre a sua mesa de trabalho as obras acumulam-se, versando com o mesmo brilho e profundidade os temas mais opostos e variados. Não há muito que quem escreve estas linhas, ao visitá-lo em Paris, após uma ausência de um ano, o encontrou lendo Filinto Elísio, no fito de esclarecer na obra de Lamartine o que Reinach entendia não ser compreensível sem o conhecimento da obra do poeta português. E Reinach, com o seu espírito de absoluta justiça, pôde marcar assim na métrica do francês reminiscências resultantes da influência do autor das *Odes*.

Em um dos próximos fascículos publicaremos um importante estudo sobre um assunto de arqueologia portuguesa.

J. DE F.

«LVSITANIA» NO BRASIL

ENTRE as publicações do país fraterno que nos têm dispensado os mais cativantes obséquios, especializamos, por dever de gratidão, a *América Brasileira*, do Rio, e a *Revista de Filologia Portuguesa*, de São Paulo.

A ambas as brilhantíssimas Revistas endereça a *LVSITANIA* a expressão dos seus cordiais agradecimentos.

SOMMAIRE DU NUMÉRO I

LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE par SALOMON REINACH.

LA perspective nouvelle qui nous est ouverte ici permet d'entrevoir dès maintenant comme beaucoup plus importante qu'on l'avait supposée l'intervention des Portugais dans les événements de France à l'époque de Jeanne d'Arc. La figure portugaise qu'il convient d'étudier plus complètement qu'on ne l'a fait jusqu'ici est Dom Alvaro Vaz de Almada, Comte d'Avranches en Normandie. Nul doute que l'érudition de nos historiens ne réponde au suggestif appel de M. Salomon Reinach.

AUTOUR DE SANCHO II par Madame CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

LE vide n'est que plénitude inexplorée. Et c'est ainsi que dans le silence apparent du règne de Sancho II, où ne fleurissent guère les «cantigas de amor» ou «de amigo», Madame Michaëlis perçoit des voix nombreuses qu'inspire la tragédie du roi détroné par son frère Afonso. Cette floraison de «cantigas de escarnho» ou, pour employer la terminologie provençale, de *sirventés* politiques, est intéressante pour l'historien, par l'unanimité qu'elle montre contre l'intrus, partout appelé «le Comte», et contre les gouverneurs déloyaux qui lui livrent les forteresses. Ces compositions, par leur obscurité, posent au philologue de difficiles problèmes d'interprétation que Madame Michaëlis circonscrit lorsqu'elle ne les peut résoudre: elle nous donne une édition critique de l'«escarnho» de Vuitorom (Airas Perez) contre la trahison des Bezerras. A cette littérature, elle rattache la geste satirique de D. Afonso Lopes de Baião contre D. Mendo (dit Belpelho) fils du traître Rui Gomes de Briteiros, annobli par Afonso III: poème parodique dont l'auteur connaissait sans doute la Chanson de Roland.

LVSITANIA

UNE VISITE À M. WENCESLAU DE MORAIS par M. ROKURO ABE.

CETTE visite n'a pas seulement l'intérêt d'avoir été rédigée en portugais par un étudiant de Tokio, élève de M. Abranches Pinto. Cet émouvant témoignage sur les liens séculaires qui existent entre le Portugal et le Japon est en même temps un hommage rendu au grand artiste de *Dai Nippon*, à l'écrivain portugais qui, récemment encore, nous donnait *Ó-Yoné e Ko-Haru*, et que le Japon a absorbé plus totalement, peut-être, que Lefcadio Hearn.

Le cas de Wenceslau de Morais rend actualité à la *Pérégrination* de Fernão Mendes Pinto, et nous reporte au temps où les Portugais, les premiers de tous les Européens, débarquaient au Japon. Les centaines de mots empruntés au portugais par la langue japonaise conservent de façon durable le souvenir de ces relations.

RENSEIGNEMENTS SUR LE PORTUGAL EN 1578-1580 D'APRÈS LA CORRESPONDANCE D'UNE MAISON DE COMMERCE HOLLANDAISE, par JOÃO LÚCIO D'AZEVEDO.

APRÈS une brève esquisse des relations commerciales du Portugal avec les pays septentrionaux, M. J. Lúcio d'Azevedo extrait d'un livre de M. J. Nanninga Uitterdyk, archiviste municipal de Kampen, de précieuses données pour l'histoire du commerce extérieur Portugais au XVI^e siècle : la correspondance de la maison Cunertorf, outre qu'elle nous donne les prix pratiqués à l'importation des céréales et à l'exportation du sel de Setubal ou des produits coloniaux, nous montre comment les commerçants hollandais de Portugal se forgeaient une langue à leur usage en émaillant les phrases néerlandaises de mots portugais, soit à l'état brut, soit assimilés au moyen d'une désinence germanique.

L'ASTROLOGUE JOÃO GIL ET LE «LIVRO DA MONTARIA» par LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coimbra.

LE «Livre de la Chasse» composé par le roi de Portugal João I, témoigne d'une érudition astronomique fort intéressante à noter chez le père de l'Infant Henri le Navigateur. Non seulement il connaît Ptolémée et la Sphère de Sacrobosco, mais il cite Albumazar et

SOMMAIRE

Aben Ragel, astronomes arabes traduits par l'école tolédane. Et il fait grand cas de l'astrologue Juan Gil de Castiello, connu, par des documents du xiv^e siècle qu'a publiés M. Rubió y Lluch, comme ayant été au service de Pierre III le Cérémonieux, roi d'Aragon. Toute la science astronomique de la péninsule sera mise, par le Portugal, au service de la navigation de découverte.

LE MUSÉE D'ART CONTEMPORAINE par M. REYNALDO DOS SANTOS, président des Amis du Musée de Lisbonne.

LE Musée d'Art Contemporain de Lisbonne rouvre ses portes, transformé par l'heureux effort de son directeur, le grand peintre Columbano, pour en mettre en valeur toutes les ressources.

LE DIX-SEPTIÈME SIÈCLE par ANTÓNIO SARDINHA.

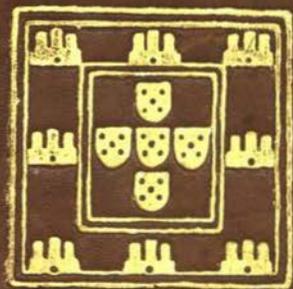
APRÈS Manuel Múrias, dont le livre récent (V. *LVSITANIA*, Fascículo III, p. 441) sert de point de départ à ses réflexions, M. António Sardinha fait l'apologie du Dix-septième siècle portugais, calomnié, selon lui, par une critique sectaire. L'influence des jésuites, le molinisme, le règne de la philosophie scolastique, bref, tout ce qui caractérise ce siècle comme celui de la Contre-Réforme, apparaît comme symptôme de vitalité nationale et de vigueur constructive. Le Sébastianisme, à la lumière de Spengler, est étudié comme l'expression d'une volonté de puissance portugaise, à la fois mythe national et messianisme purement humain. Là encore le dix-septième siècle se révèle à M. Sardinha comme plein de ce « nationalisme créateur » qui a toutes ses sympathies.

LE POÈME DU CID. Adaptation portugaise de la Chanson de Geste Castellane, par AFFONSO LOPES VIEIRA.

SUITE du Chant Second : *Les Noces des filles du Cid.*

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS
PORTVGVESES



LISBOA

LVSI-
TANIA

B. M. L.

R. 880 V/FA

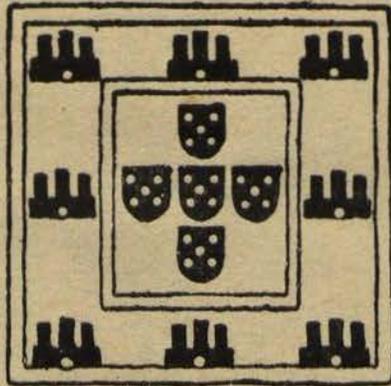
Rev.

880

V.

880

LVSITANIA

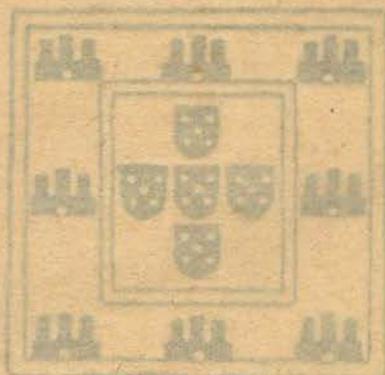


VOLUME SEGUNDO

V

Rev.

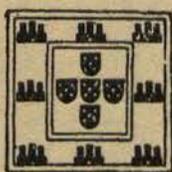
LVSIANIA



VOLUME SEGUINDO

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS
PORTVGVESES



DIRECTORA

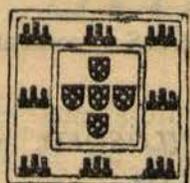
D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redactores fundadores: AFFONSO LOPES VIEIRA;
AGOSTINHO DE CAMPOS; ANTÓNIO SAR-
DINHA; ANTÓNIO SÉRGIO; CARLOS MA-
LHEIRO DIAS; FARIA DE VASCON-
CELLOS; JOSÉ LEITE DE VAS-
CONCELLOS; LUCIANO PE-
REIRA DA SILVA; MÁRIO
DE AZEVEDO GOMES;
JOSÉ DE FIGUEIRE-
DO; REYNALDO DOS
SANTOS; RI-
CARDO JOR-
GE; VIAN-
NA DA
MOT-
TA

COMPRA
DEZ 1948

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



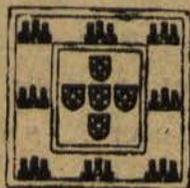
SUMARIO

FASCICULO I—SETEMBRO DE 1924

	Pág.
SALOMON REINACH— <i>LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE</i>	5
D. CAROLINA MICHAÉLIS DE VASCONCELLOS— <i>EM VOLTA DE SANCHO II</i>	7
ROKURO ABE— <i>UMA VISITA AO SR. WENCESLAU DE MORAIS</i>	27
J. LÚCIO DE AZEVEDO— <i>NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580</i>	33
LUCIANO PEREIRA DA SILVA— <i>O ASTRÓLOGO JOÃO GIL E O «LIVRO DA MONTARIA»</i>	41
REYNALDO DOS SANTOS— <i>O MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA</i>	51
ANTÓNIO SARDINHA— <i>O SÉCULO XVII</i>	57
AFFONSO LOPES VIEIRA— <i>O POEMA DO CID</i>	79
BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS	89
 Franz Hummerich: <i>Die erste deutsche handelsfahrt nach Indien</i> .— Aubrey Bell: <i>Alguns aspectos da literatura portuguesa</i> .— Sir H. C. Maxwell: <i>Catalogue of manuscripts and other objects of the Museum of the Public record office with brief descriptive and historical notes</i> .— Gonçalo Trancoso: <i>Histórias de proveito e exemplo—O Crepúsculo de Colombo</i> .—Eugénio de Castro: <i>Descendo a encosta</i> .—António Patrício: <i>D. João e a máscara</i> .—Egas Moniz: <i>Júlio Denis e a sua obra</i> .— D. Maria de Luz Sobral: <i>Contos e lendas da nossa terra—Uma carta de Jaime de Magalhães Lima</i> .	
MARGINÁLIA	129
SOMMAIRE	133

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



SUMARIO

FASCICULO CAMONIANO (V e VI) 1925

	Pág.
CARTA INÉDITA DE CAMÕES... .. .	141
JOSÉ MARIA RODRIGUES — COMENTÁRIO DA CARTA INÉDITA	145
D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS — PEDRO, INÉS E A FONTE DOS AMORES... .. .	159
CAMÕES ANOTADO POR CASTILHO — COM COMENTARIO DE AGOSTINHO DE CAMPOS... .. .	183
AFRÂNIO PEIXOTO — «BRANCAS FLORES»... .. .	209
JOAQUIM DE CARVALHO — ESTUDOS SÔBRE AS LEITURAS FILOSÓFICAS DE CAMÕES... .. .	215
ANTÓNIO BAIÃO — MANUEL DE LIRA... .. .	255
LUCIANO PEREIRA DA SILVA — A CONCEPÇÃO COSMOLO- GICA NOS «LUSÍADAS»... .. .	263
JOSÉ DE FIGUEIREDO — A ICONOGRAFIA DE CAMÕES... .. .	291
CELEBRAÇÕES CAMONIANAS NA EUROPA E NA AMÉRICA	293
A cadeira de Camões na Universidade de Lisboa. — Camões e os portugueses na América do Norte. — Camões no Brasil. Na Academia Brasileira. — «Dinamene»: Di-na-men'? — Em São Paulo. — Sociedade de Estudos Camonianos. — «El-Rei Camões». — «América Brasileira». — «Revista de Filologia Portuguesa». — Emendas inéditas ao dicioná- rio d'«Os Lusíadas». — Camões em Espanha. — Camões em Inglater- ra. — Camões em França. Na Sorbona. — Camões na América Espa- nhola. — Discurso do Sr. Alberto d'Oliveira. — Alguns trechos da conferência camoniana de D. Ricardo Rojas. — Um estudo de Fran- cisco Romero. — Camões na América do Norte. Em Washington. — Joaquim de Carvalho: Para a interpretação do «Coração mendes». Nota bibliográfica. — J. J. A. Bertrand: Camöens en Allemagne.	

